

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de concentração: Fundamentos da Educação

**A EDUCAÇÃO SOB MEDIDA: OS TESTES PSICOLÓGICOS E
O HIGIENISMO NO BRASIL (1914-1945)**

DURVAL WANDERBROOCK JUNIOR

MARINGÁ
2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Fundamentos da Educação

**A EDUCAÇÃO SOB MEDIDA: OS TESTES PSICOLÓGICOS E O
HIGIENISMO NO BRASIL (1914-1945)**

Dissertação apresentada por Durval Wanderbroock Junior, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:
Prof. Dra.: Maria Lúcia Boarini

MARINGÁ
2007

Durval Wanderbroock Junior

**A EDUCAÇÃO SOB MEDIDA: OS TESTES PSICOLÓGICOS E O
HIGIENISMO NO BRASIL (1914-1945)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Lúcia Boarini – UEM

Prof. Dra. Amélia Kimiko Noma - UEM

Prof. Dr. Sandino Hoff - UNC

28 de março de 2007

A todos que tombaram na construção de um mundo sem
exploração e opressão

AGRADECIMENTOS

A minha família, especialmente minha mãe que não poupou sacrifícios para que eu pudesse terminar essa dissertação.

A professora Lúcia, pelo empenho, disciplina e excepcional competência com que orientou esse trabalho.

As professoras Amélia e Guaraciaba pelas valiosas contribuições que realizaram tanto na condição de Banca quanto de professoras do mestrado.

Aos professores Lombardi (Zezo) da UNICAMP e Sandino pelas contribuições na qualificação e na banca de defesa da dissertação, respectivamente.

A todos(as) os(as) professores(as) com quem tive a feliz oportunidade de estudar durante os créditos do mestrado.

Aos funcionários Hugo e Márcia, pela paciência e diligência com que nos recebe na Secretaria do curso.

Aos responsáveis pelo Mestrado em Educação.

A todos os companheiros de luta.

A Pierre e Ana que muitas vezes afrontaram com heroísmo os desafios da realidade para que eu pudesse encerrar esse capítulo da vida.

Aos professores Gustavo, Edmilson, Edna, Rosilda e Maria Augusta pela valentia.

WANDERBROOCK JR., Durval. A EDUCAÇÃO SOB MEDIDA: OS TESTES PSICOLÓGICOS E O HIGIENISMO NO BRASIL (1914-1945). 169 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Maria Lúcia Boarini. Maringá, 2007.

RESUMO

O objetivo central do presente estudo é o de explicitar a concepção e o papel que a educação cumpriu para a Liga Brasileira de Hygiene Mental entre os anos de 1914 a 1945. Condicionado a esse propósito, procuramos deslindar como os testes psicológicos foram utilizados no sentido de criar uma “educação sob medida”, entendida como uma estratégia a ser alcançada graças a um duplo processo que consistiu na seleção dos indivíduos aptos e a depuração social dos considerados inaptos. Para isso, elegemos como fonte primária os Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, órgão oficial da Liga Brasileira de Hygiene Mental, também chamada de Liga. O método utilizado buscou se orientar segundo as premissas do materialismo histórico, procurando explicar o objeto a partir das múltiplas determinações de seu tempo, sem ignorar sua singularidade. Concluiu-se que a educação foi um dos principais fatores de contenção social, já que o período estudado marcou-se por intensos conflitos sociais, engendrados essencialmente pelas transformações associadas à fase imperialista do capitalismo, sendo as guerras mundiais as expressões mais evidentes desse período. A crise que se abateu no mundo inteiro também permitiu o florescimento industrial brasileiro, despertando o nacionalismo entusiasmado da classe dirigente, com quem a Liga guardou fortes vínculos materiais e ideológicos. A relação com o Estado, denominada por nós de “organicidade *sui generis*”, precipitou a Liga em atuações com o fito de satisfazer os interesses da classe dominante, submetendo os testes psicológicos a essa finalidade. A indústria, o exército e a imigração foram alguns dos principais domínios onde esse empreendimento foi realizado. Mas foi na educação onde o processo de depuração social ocorreu com maior intensidade, estando os testes psicológicos incumbidos da tarefa de selecionar “o homem certo no lugar certo”, garantindo a consolidação da “educação sob medida” preconizada pela Liga.

Palavras-chave: Liga Brasileira de Hygiene Mental. Educação. Testes psicológicos

ABSTRACT

Tailored Education: Psychological Tests and Hygienism in Brazil (1914-1945).

The concept of education and its role in the context of the Brazilian League for Mental Hygiene between 1914 and 1945 are analyzed. The manner psychological tests were employed to establish a “tailored education” is provided. Actually, it was a strategy attained by a double process which consisted of the selection of adequate persons and the social disposal of inadequate ones. The Brazilian Archives of Mental Hygiene, the official organ of the Brazilian League of Mental Hygiene, also known as the League, are the primary sources of current research. Methodology followed the premises of Historical Materialism and endeavoured to explain the object through its several determinations of period without discarding its singularity. In fact, education was one of the main factors of social restraint since the historical period under analysis has been characterized by intense social conflicts caused by transformations associated with capitalism’s imperialist phase. The two world wars were actually the most evident expressions of the period. The crisis worldwide triggered the development of Brazilian industry and awakened an enthused nationalism in the elite classes with whom the League maintained profound material and ideological bonds. Its relationship with the State, which may be called organicity *sui generis*, caused the League to execute certain activities that satisfied the interests of the dominant classes. The psychological tests employed had in fact this object in view. The industry, the army and immigration were some of the main sites in which the enterprise was undertaken. However, its intensity was felt most in education since the psychological tests had the role of selecting “the right man in the right place” and guaranteed the consolidation of the “tailored education” conceived by the League.

Key words: Brazilian League of Mental Hygiene; Education; psychological tests.

É são mentalmente o que melhor se adapta às circunstâncias perenemente modificadas do ambiente, o que mais eficazmente reage a essas mutações, conseguindo vencer momento a momento os conflitos e impasses da vida, que, além do aspecto meramente biológico, de nutrição e reprodução, apresenta, no homem, as formas complexas de problemas sociais e morais. (BITTENCOURT, 1941, p. 32)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2. NASCE A <i>LIGA BRASILEIRA DE HYGIENE MENTAL</i>: CORPO MÉDICO, CABEÇA LIBERAL	18
2.1 Higiene: origens e concepções.....	18
2.2 A higiene médico-sanitária e o nacionalismo emergente.....	21
2.3 A higiene mental moderna.....	28
2.4 A medicina nos meios intelectuais.....	37
2.5 O estado da Liga, a Liga e o Estado	40
3 . A DEPURAÇÃO SOB MEDIDA.....	58
3.1 Valores, delinqüência e propriedade privada	58
3.2 Imigrantes: o perigo vem de fora.....	69
3.3 O “Estado Maior” da higiene mental	85
3.4 O homem certo no lugar certo	99
4. A EDUCAÇÃO SOB MEDIDA	119
4.1 Cultivar desde cedo	119
4.1 Alfabetizar é higienizar	123
4.2 A escola: berço da civilização.....	125
4.3 Educador: cabo de transmissão da Liga	132
4.4 Seleção escolar: um funil sob medida	135
4.5 Os “novos educadores”	138
4.6 Em busca do padrão intelectual	140
4.7 Classes homogêneas, profilaxia mental	143
4.8 O lugar dos fracos.....	147
4.9 Estudar para produzir, educar para conter	152
4.10 Estudar para produzir... ..	153
4.11 ...Educar para conter.....	155
CONCLUSÃO	159
REFERÊNCIAS.....	164

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca deslindar a concepção de educação da Liga Brasileira de Higiene Mental¹ no contexto da crise mundial que se alastrou entre os anos de 1914 a 1945. Particularmente, interessa-nos explicitar como os testes psicológicos foram utilizados pela Liga no sentido de se estabelecer essa “educação sob medida”², entendida aqui como um processo de seleção dos mais aptos e sua separação social dos inaptos como forma de garantir uma nação saudável.

O lapso de tempo aqui delimitado marca um processo de grandes acontecimentos na história da humanidade. Anos depois de terminar a Primeira Guerra Mundial, *manu militari*, pavimentava-se o caminho para mais uma catástrofe de proporções inelutáveis. A harmonia, a tolerância e a paz eram aspirações entregues ao museu das palavras.

Os fundamentos que edificaram o capitalismo estavam corroídos, a cultura questionada, a moral abalada e a economia estagnada. O período chegou sob o signo da crise. Com a quebra da bolsa de Nova Iorque, os Estados Unidos transformavam em “anemia” sua antiga “congestão” econômica. Poucos passaram indiferentes a esses acontecimentos. A guerra não deu lugar a neutralidades e a economia se expandia de um país imperialista a outro periférico.

O imperialismo desrespeitou todas as fronteiras, submetendo os países em desenvolvimento aos mais desenvolvidos. As aspirações das burguesias dependentes a ascender evolutivamente ao plano dos países imperialistas se aproximaram de quimeras metafísicas. O imperialismo desnudou o caráter colonial ou semicolonial dos países que se auto-proclamavam independentes.

¹ Para facilitar a leitura, optamos por chamar a Liga Brasileira de Higiene Mental apenas de Liga ou, em alguns casos, de LBHM.

² A expressão “sob medida” usada nesse trabalho foi inspirada no título do livro de Claparède, chamado de “A escola sob medida” (CLAPAËDE, 1959).

A crise da bolsa de valores de Nova Iorque teve forte impacto na economia brasileira. O Brasil não saiu incólume. Os empréstimos se avolumavam, criando maiores dívidas e exigindo maiores sacrifícios sociais. As dívidas contraídas pelo país assemelhavam-se ao ciclo vicioso entre um homem com sede e um copo de água salgada: quanto mais se bebia, mais sede se tinha.

Apesar da sua dependência em relação ao capital estrangeiro, a crise aberta entre os países imperialistas alimentou os sonhos da burguesia brasileira de consolidar-se como Nação desenvolvida, despertando o ufanismo e o nacionalismo entusiasmados de vários setores sociais, dentre os quais a Liga Brasileira de Higiene Mental.

Concomitante ao processo de industrialização, outro fator social aparecia como antítese da classe burguesa: o proletariado, que crescia em número, profundidade e organização política.

O Estado não pretendia satisfazer todas as necessidades da população, de responder às demandas criadas pelos trabalhadores e de resolver os anseios de parte do exército, que não raro intensificava os conflitos sociais por meio de motins e revoltas.

A solução para semelhante cenário estava longe de ser resolvida pelo Estado, mas nem por isso foi negligenciada por toda a sociedade. Houve quem tentou encontrar um ponto de equilíbrio nessa “balança social”. As iniciativas não partiram somente do Parlamento republicano, mas também da área médica. A tribuna parlamentar deixou de ser a única “caixa de ressonância” dos interesses da Nação. A preocupação ganhou também os congressos e as revistas especializadas de medicina.

Os políticos não foram os únicos a apontar soluções para o país: eles ganharam a adesão de um setor social que não se orientava por programas partidários, mas por receitas médicas, que não se nutria de debates políticos, e sim, de argumentos higienistas. A Nação não contava somente com o Parlamento. Um novo movimento nascia como porta-voz do país: o movimento pró-higiene mental.

Quem pretender abrir as páginas da história do higienismo brasileiro, em alguns de seus capítulos, muito mais que meros interesses por limpeza, encontrará preocupações que transcendem simples medidas sanitárias e cuidados elementares sobre a higiene do indivíduo. O movimento pró-higiene mental é uma orientação teórica e prática, custodiada por uma concepção de mundo e de homem, com forte apelo ao indivíduo e à hereditariedade como princípios de uma Nação saudável.

Não obstante, o que esse movimento entendia por uma nação “saudável”? Como procurou resolver seus dilemas? Qual o papel que a educação ocupou nessa perspectiva? Como os testes ajudaram nessa iniciativa?

Essas são algumas das questões a que o presente estudo buscará responder. Como tentaremos explicitar, a Liga acreditava que a grande chaga da nação se radicava nos indivíduos considerados degenerados, menos evoluídos, anormais ou inferiores. Parcialmente viabilizada, uma das propostas encontradas pela Liga para corrigir esse problema foi a de submeter o país a um intenso processo de “depuração social”, que consistia na separação de indivíduos superiores e inferiores, em termos de habilidades mentais e aptidões. O critério de seleção eleito pela Liga foi a mente e os instrumentos para medi-la foram os testes psicológicos.

O ponto de partida para entender esse processo de depuração social é a compreensão do movimento higienista, um dos principais progenitores da utilização dos testes psicológicos naquele momento. Embora o movimento higienista estivesse articulado internacionalmente, buscaremos entendê-lo a partir de sua principal organização nacional naquele momento, qual seja, a Liga Brasileira de Higiene Mental. Esta organização deu origem à revista *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*³, órgão oficial da Liga e fonte primária de nossa

³ Para facilitar a leitura, optamos por chamar os Archivos Brasileiros de Hygiene Mental apenas de Archivos ou, em alguns casos, de ABHM.

análise⁴. Como os *Archivos* só foram publicados a partir do ano de 1925, buscaremos preencher os anos entre 1914 e 1925 com material original da época e, na impossibilidade, com referências de comentadores que estudaram o assunto.

A análise aqui empreendida é tributária de uma concepção histórica que busca entender o fenômeno a partir das relações objetivas que eles estabelecem com determinado contexto histórico. O referencial teórico e metodológico usado neste estudo sustenta que o conhecimento humano, para além do esforço individual, possui uma dimensão histórica, fundamentada nas operações que os homens realizam no plano produtivo e em sua forma de organização social.

As relações entre os homens dependem do desenvolvimento alcançado pela sociedade em sua luta com a natureza pela sobrevivência, com o fito de satisfazer suas necessidades. O conjunto dessas relações nos dá uma dimensão do período histórico que estudamos e nos oferece as chaves na compreensão dos aspectos relacionados à produção intelectual da humanidade.

Sobre o aspecto do desenvolvimento econômico e social, destacamos que o período estudado marca um avanço nas relações de produção capitalista, que deu um salto de qualidade em sua forma de reprodução, deslocando seu eixo de gravidade da simples exportação de mercadorias à exportação de capitais, resultando em formas totalmente novas de acumulação.

Essa fase, comumente chamada de fase imperialista, desnuda a crença segundo a qual todas as nações são iguais e coloca para esse estudo o desafio de explicitar os limites que a *Liga Brasileira de Hygiene Mental* encontrou para compreender a burguesia brasileira como um fenômeno tardio, fruto de um desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro⁵.

⁴ Buscaremos preservar doravante a escrita da época com o intuito de manter a originalidade do idioma. Embora algumas palavras sejam distintas das de hoje, optamos por não atualizá-las, para não correr o risco de comprometer o estilo adotado pelos membros da Liga.

⁵ Segundo Löwy (1998, p. 73), “a teoria do desenvolvimento desigual e combinado é interessante não apenas por sua contribuição à reflexão sobre o imperialismo, mas também como uma das tentativas mais significativas de romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o

Segundo o método aqui utilizado, nosso objeto não pode ser pensado fora das relações que os homens estabeleceram entre si em sua permanente luta por satisfazer suas necessidades. Assim, os homens vivem sob determinadas circunstâncias históricas, com as quais contraem certas relações que exprimem, por via do pensamento, do conhecimento, da linguagem, etc., essas mesmas relações, que correspondem ao grau de desenvolvimento e de complexidade por eles alcançada em sua luta com a natureza por satisfazer suas necessidades. O desenvolvimento dessa relação entre homem e natureza engendra uma forma de relação entre os próprios homens, cuja posição ante os instrumentos de trabalho, ou seja, ante os meios de produção, determina a classe social à qual pertencem.

A propósito do método, cabe lembrar ainda que ele não pretende reduzir os testes psicológicos e a *Liga Brasileira de Hygiene Mental* às condições que lhes são exteriores. Nosso interesse consiste em entender como a Liga estava articulada com o movimento histórico, buscando entender como a totalidade da época se expressava na singularidade desse objeto, almejando compreender o conhecimento produzido pela Liga como produção pensada do concreto histórico.

Para efeito esquemático, organizamos o trabalho em três capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro capítulo explicamos como nasceu, desenvolveu-se e atuou o movimento higienista no período entreguerras. A discussão, nessa parte do estudo, gravita em torno dos aspectos mais gerais do contexto histórico e do movimento pró-higiene mental, enfocando particularmente a atuação da *Liga Brasileira de Hygiene Mental*. No segundo capítulo procuramos penetrar em três dos principais domínios sobre os quais os testes psicológicos foram aplicados – o Exército, as fábricas e a imigração - e como estes serviram aos propósitos de depuração social. No terceiro e último capítulo pretendemos estabelecer os nexos entre os testes psicológicos, a educação e a *Liga Brasileira de Hygiene Mental*, buscando desnudar como os testes psicológicos foram utilizados no sentido de criar uma educação sob medida.

euro-centrismo. Segundo Ernst Mandel, trata-se provavelmente da maior contribuição de Trotsky à teoria marxista”.

Com esse esquema pretendemos partir das questões históricas mais gerais, entrar no terreno do movimento pró-higiene mental, na aplicação dos testes por esse movimento em três dos principais domínios da sociedade daquele momento, e, por fim, dedicar um capítulo à articulação entre movimento pró-higiene mental, educação e testes psicológicos.

A presente dissertação pretende oferecer uma contribuição no sentido de ampliar a reflexão a respeito do movimento pró-higiene mental e sua compreensão sobre o período crítico que vivia o país, bem como a respeito do espaço que ocuparam os testes psicológicos nesse ambiente marcado pela crise social. Os inumeráveis documentos produzidos pelos higienistas, somados aos diversos estudos sobre esse movimento, ratificam essa preocupação no sentido de cuidar, construir e proteger a Nação brasileira.

Tentar encontrar os nexos estabelecidos pelos higienistas com a educação, entender como atuaram sobre ela, que métodos utilizaram e sobre que concepção descansou sua orientação: eis algumas reflexões que esse trabalho pretende erigir. Os testes psicológicos foram apresentados como uma das ferramentas que a *Liga Brasileira de Hygiene Mental* possuiu para intervir no seio das escolas. Estes instrumentos ocuparam espaços nada desprezíveis nas suas publicações, conforme veremos ao longo deste trabalho.

É necessário ressaltar que no presente estudo optamos por investigar os testes a partir de sua dimensão histórica, e não técnica. Em outras palavras, buscaremos estudar o espaço que os testes ocuparam no ideário higienista a partir de uma perspectiva histórica, depositando pouca atenção em seus aspectos internos, sejam eles de ordem quantitativa ou qualitativa.

Nosso objetivo não será, destarte, explicar o que mediam, para que serviam ou para quem eram direcionados os testes psicológicos. Para o leitor menos inteirado no assunto, interessa refletir a respeito de como a *Liga Brasileira de Hygiene Mental* usou os testes, independentemente das finalidades para as quais estes instrumentos foram criados.

Embora a discussão sobre a relação dos testes com a escola não seja nova, nossa contribuição caminha no sentido de avançar no que diz respeito à ligação que ambos estabeleceram com o movimento pró-higiene mental. Explorar seus documentos, conhecer sua forma de organização, seu modo de pensar e as alternativas que propunham a esse período de crise talvez sejam os aditivos que o presente estudo pretende incrementar no debate.

A discussão sobre a dimensão histórica dos testes ganha hoje mais relevância, na medida em que o Conselho Federal de Psicologia⁶ abriu uma verdadeira cruzada pela validação destes instrumentos de medição psíquica. Na maioria dos casos, as discussões giram em torno dos aspectos técnicos e pouca atenção é atribuída aos aspectos históricos, deixando esses instrumentos em muitos casos “órfãos de historicidade”.

A contribuição específica deste estudo é a de localizar os testes psicológicos não somente no marco histórico do início do século XX, mas principalmente no marco do movimento por intermédio do qual os testes foram introduzidos no Brasil. Diante do exposto, a presente dissertação espera contribuir também com os estudos realizados pelo GEPHE – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Higienismo e o Eugenismo, do mestrado em Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá – grupo do qual a presente dissertação faz parte.

⁶ Para se ter uma idéia, um número inteiro da principal revista do Conselho Federal de Psicologia foi dedicado somente ao tema dos testes psicológicos. O próprio título da Revista, “Os dilemas da avaliação psicológica” (DIÁLOGOS, 2005), indica a importância deste instrumento para o órgão de classe.

2. NASCE A LIGA BRASILEIRA DE HYGIENE MENTAL: CORPO MÉDICO, CABEÇA LIBERAL

Hinc Usura vorax, rapidumque in tempore Foenus, Hinc concussa fides, et multis utile Bellum (BACON, 1992, p. 71)⁷.

2.1 Higiene: origens e concepções

Em si, a higiene é uma prática comum. Dir-se-á que até as sociedades mais primitivas se banhavam e lavavam seus alimentos antes de comê-los. Do ponto de vista da análise histórica, entretanto, a higiene ganha um aspecto distinto, já que determinados hábitos, determinadas formas em que se manifestam a higiene ou mesmo as concepções de higiene engendradas pelos homens podem fornecer elementos objetivos sobre o grau de desenvolvimento a que chegaram determinadas sociedades.

Pela investigação de semelhantes práticas de higiene podem-se sintetizar certas conclusões a respeito da forma como se organizaram determinadas sociedades, que hábitos possuíram e que grau de desenvolvimento alcançaram. Mas a higiene é mais que uma prática de limpeza. No campo do conhecimento humano ela se transformou em higiologia. No terreno dos movimentos sociais, transformou-se em higienismo (OLIVEIRA, 19--). Ambos os casos constituem exemplos de como a higiene ultrapassa os limites dos simples hábitos de limpeza, transformando-se em concepção e ideário.

⁷ “Donde a usura voraz, a dívida pronta, e a guerra útil a muita gente”, expressão de Lucano citado por Bacon (1992, p. 71).

Alguns dicionários da língua portuguesa já assinalam essa dimensão mais ampla da higiene, colocando-a como um domínio específico do conhecimento científico. Segundo o Dicionário Aurélio, por higiene se entende a “[...] ciência que visa à preservação da saúde e à prevenção da doença” (FERREIRA, 1986, p. 895). Essa dimensão científica também aparece em outro dicionário. Neste sentido, o Dicionário Silveira Bueno designa por higiene a “[...] parte da medicina que ensina a conservar a saúde individual e da comunidade” (BUENO, 1996, pg. 343). A diferença entre os dois dicionários é que o segundo acrescenta um domínio específico da ciência responsável pela higiene (medicina) e uma função específica a esse domínio (ensinar).

Isso mostra que a palavra higiene já não é tomada em sentido comum, mas associada a determinado campo do conhecimento humano; ou seja, não é só uma prática de limpeza, mas também uma concepção. Assim como a prática, o próprio conceito de higiene sofreu variações ao longo da história. Basta pensar que a limpeza antecede à própria criação da medicina como ciência, o que revela como determinada manifestação ganha sentido diferente segundo determinado contexto histórico.

A palavra higiene, aliás, remonta ao período grego, derivando da palavra Hegéia⁸, “deusa da saúde” (BULFINCH, 2000). O poeta Armstrong, inspirado por Higéia, celebrou as náiades⁹ com os seguintes versos:

[...] a caminho da fonte vinde, Náiades!
Donzelas venturosas! Vossas prendas
Exaltar e cantar cumpre-me agora
(Assim Péon¹⁰ ordena, assim ordenam
Da saúde os princípios poderosos)
(BULFINCH, 2000, p. 214, grifo nosso).

⁸ Algumas traduções também aparecem com o nome de Hígia

⁹ Ninfas que governavam os regatos e as fontes (BULFINCH, 2000, p. 204)

¹⁰ Nome pelo qual são chamados tanto Apolo quanto Esculápio (BULFINCH, 2000, p. 214).

Ao longo dos tempos, a higiene esteve sob os auspícios da medicina, emancipando-se depois dos trabalhos de Pettenkoffer, Metchnikof e principalmente de Pasteur, que, por intermédio de suas descobertas, reservou certa independência à disciplina, sem que com isso a divorciasse inteiramente da medicina (OLIVEIRA, 19--).

Oliveira (19--, p. 11-12) divide a história da higiene em quatro ciclos: 1) *Ciclo religioso*; 2) *Ciclo médio*; 3) *Ciclo profilático*; 4) *Ciclo econômico*. No primeiro reinava a prática da proscrição, da qual resultava o abandono do doente à própria sorte. No segundo ciclo o tratamento era endereçado ao doente, e não à doença. No terceiro e quarto buscava-se cuidar também das pessoas sadias, sendo que apenas no último *ciclo* os ataques foram assestados diretamente contra as causas das doenças (OLIVEIRA, 19--).

Com o desenvolver da disciplina, a higiene assumiu os cuidados de vastos domínios da vida humana, buscando acompanhar o homem em todas as suas fases e em todo o seu desenvolvimento. No ventre materno esses cuidados se davam com a *higiene da espécie*; depois, com as crianças, por meio da *higiene infantil*; na escola, com a *higiene escolar*; na profissão, com a *higiene do trabalho*; no indivíduo, com a *higiene corporal*; no papel da alimentação, com a *higiene alimentar*; na habitação e no meio físico, com a *higiene urbana e sanitária*; com as moléstias infectocontagiosas, através da *higiene profilática*; e até na morte do indivíduo “[...] providenciando sobre localização dos cemitérios, sepultamento ou incineração dos cadáveres, etc.” (OLIVEIRA, 19--, p. 13).

Do nascimento à morte, do berço ao túmulo: não havia fase do desenvolvimento humano desprezada pela higiene. Seu espectro de atuação é amplo, mas sua definição privilegia um campo específico: o sanitarismo. Segundo Oliveira (19--), a higiene “[...] é o estudo das relações sanitárias do homem com o mundo exterior e os meios de promover, por seu intermédio, a viabilidade do indivíduo e da espécie” (OLIVEIRA, 19--, p. 15).

A definição desse higienista brasileiro não é fortuita. Ela encontra suas raízes no processo por meio do qual a higiene foi construída, desenvolvida e

legitimada no Brasil tendo como ponto de partida a fase sanitária no higienismo brasileiro.

2.2 A higiene médico-sanitária e o nacionalismo emergente

Com o processo de industrialização em marcha, o Brasil começou a aumentar sua produtividade, ampliando a acumulação de capitais, e os lucros estimulavam novos investimentos e inovações técnicas.

As cidades logo começaram a crescer, criando uma profusão de comércios locais, estimulando o consumo e transformando grande parte da população agrária em urbana e emprestando um novo ímpeto à criação de um contingente de mão-de-obra livre para as indústrias (SODRÉ, 1976).

A escravatura estava abolida e com isso o trabalho escravo fora substituído pelo trabalho “livre”, diminuindo gradativamente a população rural, com o conseqüente aumento da população urbana¹¹. Com o crescimento desenfreado dos grandes centros urbanos¹² e a expansão do capital para outras regiões inexploradas até então pela burguesia, como o Extremo Norte do país, muitos trabalhadores foram contagiados por pestes, febre amarela e varíola¹³.

¹¹ Segundo Basbaum (1986, p. 141), “[...] por volta de 1890 a população rural correspondia a 75% da população total”, e, em 1930, “essa percentagem reduzia a 70%”.

¹² Entre os anos de 1890 e 1900 a população do Brasil era de 17 milhões de habitantes, sendo que em 1920 atingiria o número de 30 milhões de pessoas (SODRÉ, 1976). Singularmente importante para o País, esse período marca o declínio da oligarquia brasileira, o aumento da industrialização e, com ele, a ampliação no quadro de trabalhadores assalariados, que começava a ocupar papel preponderante nas cidades (SODRÉ, 1976)

¹³ O processo de industrialização promoveu precárias condições de vida à população. Em infra-estruturas improvisadas e quase inabitáveis, a população estava sujeita a toda sorte de ameaças à sua saúde. Como explica Mai (1999, p. 35), “[...] epidemias de febre amarela, cólera e varíola,

Oliveira (19--) recorda que muitas destas “entidades mórbidas” foram erradicadas quase por completo, principalmente no Rio de Janeiro, a partir de 1904, com a campanha realizada por Osvaldo Cruz no campo do sanitário e da bacteriologia.

Na realidade, o desenvolvimento do higienismo sanitário no Brasil começou a ganhar audiência nos meios públicos já a partir de meados do século XIX, quando uma profusão de epidemias irrompeu no país. Em 1844 o higienista francês José Francisco Xavier Sigaud publicou em Paris um relatório sobre as condições sanitárias do Brasil, enumerando algumas epidemias catalogadas no país. O resultado desse trabalho foi sintetizado na seguinte tabela:

QUADRO DE CONDIÇÕES SANITÁRIAS (1829-43)

Doenças	Local de manifestação	Ano
Febres intermitentes	Macacu, Magé e Irajá (RJ)	1829-35
Varíola	Rio de Janeiro	1834-35
Gripe	Rio de Janeiro	1834-35
Febre perniciosa	Pará	1835-36
Escorbuto	Pará, Bahia e Rio de Janeiro	1838
Febre tifóide	Rio de Janeiro	1836
Coqueluche	Rio de Janeiro	1835
Bronquite	Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina	1835-41
Escarlatina	Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro	1833-43
Oftalmia africana	Rio de Janeiro	1830

Fonte: Sigaud (1844, p. 165-213 *apud* Ferreira, 1999, p. 338).

doenças endêmicas e a tuberculose eram verdadeiros problemas de saúde pública e exigiam soluções rápidas”.

O quadro de doenças acima oferece uma dimensão dos problemas concretos que tinha pela frente o poder governamental e as razões que o levaram a recrutar os médicos para ajudar na resolução desses problemas.

Durante o período colonial até meados do século XIX, a medicina, que até então era praticada por uma constelação de distintos sujeitos sociais – como padres, curandeiros, barbeiros ou feiticeiros – precisava ganhar legitimidade, consolidar-se e gozar de respaldo público e social. Para isso, buscou um campo de interlocução com a população intermediado por periódicos que tratavam de vários assuntos, dentre os quais recebeu maior destaque a higiene (FERREIRA, 1999). Assim,

[...] a eleição da higiene como campo de diálogo entre a medicina e a sociedade e campo privilegiado de produção científica possibilita a compreensão não só do modo como determinadas doenças foram alçadas à condição de problemas de relevância social, mas também da forma como se deu a implantação do debate sobre os problemas sanitários do país (FERREIRA, 1999, p. 334).

Desta forma, foi a partir de 1830 que a agenda sanitária começou a ganhar as páginas dos periódicos dos médicos higienistas, já que naquele momento o surto de epidemias causou forte celeuma nos meios governamentais e no próprio seio da população, principalmente no Rio de Janeiro e nas cidades circunvizinhas. Nesse momento, os médicos sanitaristas atuaram mais intensamente na zona urbana, pois a preocupação do governo era justamente a de que se erradicassem as epidemias do Rio de Janeiro e ao mesmo tempo se impedisse que outras epidemias invadissem a cidade (FERREIRA, 1999).

Como medidas terapêuticas, os higienistas recomendavam, além da preservação da cobertura vegetal,

[...] a limpeza regular das ruas e praças, o despejo dos esgotos fora da baía, o dessecamento dos lugares alagadiços, a

eliminação de alguns morros que impediam a livre circulação dos ventos e a reformulação da forma de construção das casas, que deveriam ser mais altas e ventiladas (FERREIRA, 1999, p. 336).

Com tais medidas, os higienistas esperavam que o Rio de Janeiro se convertesse numa cidade mais organizada, ventilada e limpa.

As medidas sanitárias dos higienistas não se limitaram à zona urbana. Além do governo, haviam outros interesses igualmente importantes que encontraram nas epidemias um obstáculo intransponível sem o auxílio dos higienistas. Assim, eles desenvolveram também trabalhos em outras regiões afetadas pelos surtos epidêmicos. Um exemplo desse trabalho é rememorado por Oliveira (19-- , p. 14),

A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em que cada quilômetro custava a vida de 20 trabalhadores, só foi possível quando Osvaldo Cruz mobilizou os seus soldados para a grande batalha profilática – a destruição dos mosquitos propagadores da malária e a quininição dos operários.

Foi também assim, graças à ação dos higienistas, que a abertura do Canal do Panamá pôde ser realizada, com as ações de saneamento sendo executadas metro a metro na região.

Em semelhante cenário, os higienistas apareceram como aliados imprescindíveis, do governo e dos cafeicultores, pois a expansão das ferrovias para regiões até então desabitadas obedecia a uma lógica de expansão nacional, fruto dos interesses dos cafeicultores que precisavam substituir por novas terras as antigas, já desgastadas, ampliando ainda seu território de plantação e cultivo¹⁴. Basbaum (1986, p. 119), explica que “[...] milhares de quilômetros de trilhos foram então estendidos através de zonas completamente desabitadas e pelas quais os vagões subiam vazios para voltar carregados de café”.

¹⁴ Para efeito de ilustração, “[...] a produção brasileira que havia aumentado de 3,7 milhões de sacas (de 60 Kg) em 1880-81 para 5,5 em 1890-91, alcançaria, em 1901-02, 16,3 milhões” (FURTADO, 1961, p. 200). De 1918 a 1924 “[...] o número de pés de café ascende de 828 para 949 milhões” (SODRÉ, 1976, p. 316).

Além disso, as despesas do governo com as concessionárias eram fixadas por quilômetros, importando pouco ou nada se o caminho traçado fosse mais curto (BASBAUM, 1986). Deste modo, “[...] ao iniciar a República, as estradas de ferro somavam pouco mais de 9 mil quilômetros. Em 1919 já haviam atingido o total de 29 mil. Em 1925 ainda estávamos no mesmo. E somente em 1928 atingimos 31 mil” (BASBAUM, 1986, p. 119).

Destarte a questão da higiene transcendia os cuidados físicos, e suas medidas se ajustaram também ao desenvolvimento das forças produtivas no país, que se encontravam em expansão territorial. Este processo de expansão do capital e do país se expressava no plano ideológico dos higienistas da seguinte maneira:

Sem a higiene, a vida humana não floresceria em certas regiões do globo, assim esquecidas do resto do mundo, abandonadas e improdutivas. É no rastro aberto por ela que o homem penetra nas mais inóspitas paragens, conhecendo a terra, explorando-a, cultivando-a, rasgando as vias de comunicação, imprescindíveis à marcha do progresso (OLIVEIRA, 19-- , p. 14).

E a “marcha do progresso” indicava que o café estava deixando de ser o principal artigo de produção, exportação e enriquecimento no país. A produção exagerada da rubiácea custaria caro para os exportadores, já que o preço desse produto tenderia a baixar e, por outro lado, o desenvolvimento industrial, ainda que tardio, exigia novas combinações e arranjos no setor econômico.

Ligada já por um forte vínculo com a economia mundial, a produção e exportação do café dependiam menos de terras férteis e climas favoráveis do que das relações econômicas internacionais. A tendência internacional sinalizava “maus presságios” e a crise do café não tardaria em chegar, atingindo seu paroxismo com a crise de 1929 na bolsa de valores dos Estados Unidos, resultando numa forte retração dos preços dessa mercadoria (FURTADO, 1961). Logo se viu que no capitalismo nenhuma “erva daninha” foi capaz de provocar mais danos à lavoura que aquelas provenientes da economia internacional.

A economia brasileira seguia uma lógica de desenvolvimento desigual e combinada¹⁵, pois, se o modo de produção ainda se sustentava em formas arcaicas do ponto de vista econômico, em alguns casos baseadas no trabalho escravo, as forças produtivas que começaram a se desenvolver já apontavam para um desenvolvimento capitalista.

Foi precisamente essa combinação entre um desenvolvimento econômico tardio e a articulação internacional do capitalismo que produziu seus efeitos de industrialização no Brasil depois da Primeira Guerra Mundial. No entanto, há um detalhe: se os capitais que chegaram ao Brasil provinham de diferentes países imperialistas, depois da Primeira Guerra Mundial começa a se desenhar uma hegemonia e um domínio maior do imperialismo norte-americano. Entre a I Guerra Mundial e o ano de 1929, assiste-se a uma progressiva entrada de capitais norte-americanos no Brasil. Como assinala Sodré (1976, p. 315, grifo nosso),

[...] os Estados Unidos vinham sendo já os fornecedores dos empréstimos externos. **A política brasileira consiste em acompanhar as orientações norte-americanas.** Os capitais americanos dominam, desde então, a comercialização do café, e começam a penetrar na produção, através dos financiamentos, sendo absolutos na distribuição.

Essa transição de domínio econômico sobre o Brasil permitiu que a burguesia brasileira pudesse negociar em melhores condições sua parte no mercado, ganhando certa margem de autonomia, ainda que provisória. Nesse momento a indústria brasileira estava em ascensão, emprestando asas aos sonhos de um desenvolvimento industrial independente, despertando o ufanismo da burguesia nacional ao mesmo tempo em que lhe criava a ilusão em uma nação soberana.

¹⁵ Soares (2000, p. 02, tradução nossa), observou a respeito dessa questão que “nas sociedades consideradas periféricas, os processos se produzem de maneira similar às sociedades avançadas, existindo, entretanto, diferenças enquanto a sua extensão e repercussão social. Isto é, desde a expansão mundial do capital, ambas sociedades estão imbricadas num amplo movimento histórico e geográfico, que, não obstante, possuem diferenças locais”.

O movimento sanitarista se associa a essa orientação ideológica do nacionalismo, envidando esforços no projeto de construção nacional.

O movimento sanitarista começa a ganhar proporções organizativas, e, em 1918, surge a Liga Pró-Saneamento do Brasil, com o objetivo de alertar as elites políticas, intelectuais e econômicas sobre as condições precárias de saneamento nas quais se encontrava a população pobre brasileira.

Essa mobilização médico-sanitarista, de cunho nacionalista, fazia parte de um quadro mais amplo do movimento sanitário, que teve presença nada desprezível no início do século XX. Segundo Silveira e Lima (2004, p. 01),

[...] pode-se afirmar que há dois períodos fundamentais para o movimento sanitário: o primeiro caracterizado pela fase urbana (1903-1909), concentrado no Distrito Federal e nos portos; o segundo, entre as décadas de 1910 a 1920, com ênfase de atuação no espaço rural e nas áreas do interior do país.

A fase sanitarista do higienismo corresponde ao período de estruturação social, com presença preponderante da produção de café no país e com o desenvolvimento industrial ainda em fase embrionária. As cidades ainda estavam se reorganizando, sendo o principal problema a falta de uma infra-estrutura que correspondesse à mínima condição de existência da população. A divisão das classes sociais ainda não havia se polarizado totalmente entre burguesia e proletariado, estando a burguesia ainda representada política e juridicamente por um setor de latifundiários cafeicultores, expressando no plano político o atraso que existia no plano do desenvolvimento das forças produtivas do país. Mas o nacionalismo, como categoria ideológica, já brotava das idéias dos higienistas como preocupação essencial no desenvolvimento de seus trabalhos.

O avanço do higienismo via sanitarismo abriu as portas para o desenvolvimento da medicina, que passava a gozar de boa reputação nos meios intelectuais, econômicos e governamentais. O caminho para o higienismo estava

pavimentado, e logo os problemas sanitários ocupariam papel coadjuvante na medicina, que elegeria um novo protagonista da higiene: a mente.

2.3 A higiene mental moderna

Os problemas sanitários estiveram na “ordem do dia” para o governo e os higienistas durante longo período. Pouco a pouco o quadro das cidades foi redesenhado com novas cores. A industrialização e urbanização da cidade atraíram muitas pessoas das zonas rurais, de outras regiões e de imigrantes, os quais ampliavam o exército de desempregados em busca de uma forma de sobrevivência. A industrialização e a ascensão do capitalismo significou a mudança do pólo produtivo do campo para a cidade. Com isso, ampliou-se a concentração de força de trabalho nas cidades.

Muitos operários brasileiros eram oriundos de classes não proletárias, como pequenos agricultores falidos, comerciantes arruinados nos negócios, escravos “livres” e diversos tipos de pessoas que, por força da situação miserável e longe de conseguir um emprego em funções do setor público, ingressavam nas fábricas para garantir uma forma de subsistir (BASBAUM, 1986).

Além disso, a classe trabalhadora vivia sob condições pouco confortáveis. A organização interna das cidades ainda não estava preparada para receber aquela população. As ruas pequenas, tortas, escuras e mal-pavimentadas foram aos poucos se transformando e se adaptando ao novo contingente populacional - mas não sem morosidade.

Mesmo assim, a cidade crescia e se organizava; mas havia um matiz diferente, que parecia realçar um desarranjo na estética da paisagem. Homens com andar e indumentária excêntricos erravam pelas ruas, sem destino e sem lugar fixo para viver.

Dentre os “doentes mentais”, muitos eram recém-chegados que perambulavam pelas cidades, chamando a atenção das autoridades, que percebiam esse fenômeno como um problema a mais para resolver.

A “ordem”, o “progresso”, a “civilização” e a “Nação” dependiam de uma organização sanitária para se desenvolver. Mas isso não bastava. Era preciso avançar e corrigir outro problema importante que, aos olhos dos higienistas, produziam um efeito desestabilizador da ordem e da nação: o dos doentes mentais.

O critério de civilização, para os higienistas, deslocou-se do aspecto objetivo do ambiente físico para o aspecto subjetivo do homem. O progresso da Nação não dependia somente da erradicação de epidemias, mas também, e sobretudo, de uma mente sadia¹⁶.

Essa questão já preocupava as autoridades antes mesmo da República. Em meados do século XIX o atendimento ao doente mental foi reconhecido como necessidade, sendo inaugurado em 1852 o primeiro hospital psiquiátrico do Brasil, batizado com o nome de Hospício D. Pedro II, em homenagem ao imperador que decretou sua fundação em 1824. Mais tarde, em 1890, com a instauração da República, o estabelecimento trocava seu nome por Hospital Nacional dos Alienados.

A promulgação da Lei de Assistência aos Alienados, em 1903, avançou no que diz respeito aos cuidados aos doentes mentais; mas a materialização dessa lei só ocorreu posteriormente, em 1927, quando foi criado o Serviço de Assistência aos Doentes Mentais do Distrito Federal, responsável por coordenar administrativamente as atividades dos estabelecimentos psiquiátricos, incorporando esse serviço ao recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930.

¹⁶ Essa é uma premissa de claro viés positivista. Comte (1978, p. 69), pai do positivismo, assegurava que “atacando a desordem em sua verdadeira fonte, necessariamente mental, [...] as principais dificuldades sociais não são hoje essencialmente políticas, mas sobretudo morais, de sorte que sua solução possível depende realmente das opiniões e dos costumes, muito mais que das instituições”.

Passados cerca de 82 anos da criação do primeiro hospício e 31 anos depois da criação da primeira lei de assistência aos alienados, os problemas ainda estavam longe de ser resolvidos. Em 1934 os higienistas se queixavam da seguinte maneira (grafia original):

Os medicos que trabalham nos hospitaes de psychopatas veem assistindo, nestes ultimos tempos, o mais desolador dos espectaculos. A loucura assumiu proporções de verdadeira calamidade e vae solapando a sociedade e enchendo de victimas todos os hospicios. Já não existem enfermarias, nem leitos, nem espaço sufficientes para conter o numero elevado de insanos que todos os dias atravessa o portico dos manicômios (A CAMPANHA..., 1934, p. 64).

Nesta dissertação queremos compreender como a *Liga Brasileira de Hygiene Mental* atuou para combater tal situação, a qual consideravam um grave problema para a nação. Explicitar que soluções apontaram, que espaço cumpriram a educação e os testes psicológicos diante destas circunstâncias é a tarefa central deste estudo.

Os higienistas trabalhavam não só no atendimento, mas também nos estudos, nas pesquisas e classificações dos doentes mentais, a fim de encontrar as causas da doença mental e seus sintomas sociais. Para tanto, precisaram desenvolver um arsenal de conceitos que respondesse ao problema dos diversos doentes mentais, cuja existência preocupava as autoridades da época.

Nessa fundamentação “científica” da doença mental não faltaram associações da loucura com a desordem, o crime, o alcoolismo, a raça, a falta de inteligência, a preguiça e tantos outros termos que tipificavam o que os higienistas entendiam como obstáculos para o desenvolvimento da Nação. Como observa Engel (1999, p. 547), “[...] os focos de ameaça à integridade da ordem estabelecida, considerada nas suas mais variadas dimensões – morais, sociais, econômicas, políticas, culturais etc. – seriam identificados e/ou associados à doença mental”.

A concepção positivista da Liga aparece por meio da identificação da Nação como “organismo social” e pela defesa da ordem estabelecida como pré-condição de progresso. Como assinala Comte (1978, p. 69),

[...] o espírito positivo leva sempre a estabelecer exata harmonia elementar entre as idéias de existência e as idéias de movimento, donde resulta, mais especialmente, no que respeita aos corpos vivos, a correlação permanente das idéias de organização com as idéias de vida e, em seguida, graças a uma última especialização peculiar ao organismo social, a solidariedade contínua das idéias de ordem com a idéia de progresso. Para a nova filosofia, a ordem constitui sem cessar a condição fundamental do progresso e, reciprocamente, o progresso vem a ser a meta necessária da ordem.

As fronteiras entre a saúde e doença no plano físico vão se separando entre doença e saúde no plano mental. A medicina amplia seu raio de ação, e a higiene mental vai ocupando um papel preponderante na educação e consolidação de hábitos higiênicos.

Mas essa nova vertente da higiene não se devia somente ao problema do número de doentes mentais circulando livremente pelo país. Era preciso saber que tipo de problema eles representavam e se somente eles resultavam em problemas para a Nação. Se fossem apenas os “anormais” que preocupassem as autoridades, que razões teriam os higienistas para atuar com igual ou maior importância sobre os considerados “normais”? O conceito de “normal” e “anormal” pode ajudar a entender melhor o fulcro da questão.

Rocha¹⁷ (1904 *apud* ENGEL, 1999, p. 549) explica que o conceito de “anormal” consistia na “[...] desarmonia, transitória ou permanente, nas relações do indivíduo com seu meio social”. Essa definição sugere que aqueles cujo “meio social” não é incompatível nem se encontra em “desarmonia” não podem ser considerados “anormais”. É importante enfatizar que essa concepção sugere ainda que não basta atuar sobre os considerados “anormais”, porquanto são os “normais” os que garantem a “harmonia social”. Quanto mais numerosos forem,

¹⁷ Rocha, F. da. Esboço de psiquiatria forense. São Paulo: Laemmert, 1904.

proporcionalmente, os normais, mais equilibrada e harmoniosa seria a sociedade: premissa vital para uma Nação saudável, como dirão os higienistas.

É importante enfatizar nesta etapa da discussão que não é do interesse deste estudo aprofundar as diversas concepções sobre o que é (a)normalidade, mas sim, resgatar o que para os higienistas era sinônimo de “desarmonia” social e como os testes psicológicos foram usados no sentido de restabelecer essa harmonia ou estabilidade social, que era traduzida em práticas entendidas pela *Liga Brasileira de Hygiene Mental* como da ordem de “depuração social”.

Na maioria dos casos, a Liga entendia a crise como um problema de ordem individual. A conveniência dessa concepção partia do princípio de que os meios para se alcançar a “harmonia social” seriam mais bem empregados em casos individuais. A estabilização da crise dependia, portanto, da estabilidade emocional dos indivíduos: mais crise, menos saúde mental.

O destino de cada indivíduo deveria estar orientado pela concepção dos higienistas a respeito dele. Aos loucos o internamento, aos não-loucos a prevenção. O “dever patriótico” dos higienistas consistia, portanto, em “internar” os “loucos” e evitar que os “normais” chegassem à loucura, principalmente os “predispostos” à lamentável desgraça. Assim,

Si os hospícios estão abarrotados de doentes, o meio social, por sua vez, está repleto de debeis nervosos, que caminham para a insania ou para o crime. Cumpre, **por um dever de patriotismo** e de solidariedade humana, evitar que essa **multidão de predispostos** atinja o despenhadeiro ou seja tragada pela voragem da alienação mental (A CAMPANHA..., 1934, p. 64, grifo nosso – ortografia original).

A concepção evolucionista salta aos olhos. Para se obter uma nação saudável era preciso, segundo a Liga, excluir os não-saudáveis e manter a vida dos indivíduos saudáveis. À medida que evoluísse com os indivíduos considerados saudáveis, a Liga estaria mais próxima do ideal de Nação.

Aos olhos dos higienistas, todo “normal” era suspeito, e os “deveres patrióticos” para com a Nação impunham múltiplos esforços para estabelecer o “equilíbrio social”, mediante processos depurativos. Por essa razão, o “giro” da higiene sanitária à higiene mental estava associado à necessidade social daquele momento, que exigia uma ação muito mais sobre a mente do que sobre as enfermidades propriamente ditas. Isso implicava, ao mesmo tempo, um estudo e uma ação no plano subjetivo do homem. O maior ou menor êxito no controle de determinadas epidemias ajudava a garantir a sobrevivência da população, mas não modificava sua forma de pensar, antes dependia dela, de seus hábitos e costumes ou de sua mente. Essa premissa mais uma vez guarda identidade de pensamento com o positivismo¹⁸.

Atuando também sobre essa “multidão de predispostos”, os higienistas passaram a mediar os interesses da Nação com os supostos interesses da população. É especialmente importante a compreensão deste papel dos higienistas neste marco, porque toda a análise realizada no presente estudo terá como fio condutor esse aspecto mediador da Liga como caixa de ressonância dos interesses da Nação no seio da sociedade.

Uma das razões desse papel surgiu da necessidade de os movimentos sociais o assumirem, como forma de ocupar o vazio deixado pelos políticos brasileiros, interessados em toda a sorte de problemas, salvo aqueles diretamente relacionados aos interesses da população pobre¹⁹.

¹⁸ Segundo Comte (1988, p. 43), “[...] na medida em que o curso natural dos acontecimentos caracteriza a grande crise moderna, a reorganização política se apresenta cada vez mais como necessariamente impossível, sem a reconstrução prévia das opiniões e costumes, uma sistematização real de todos os pensamentos humanos constitui pois nossa primeira necessidade social, igualmente quanto à ordem e progresso”.

¹⁹ Em discurso na Câmara dos Deputados, Bulhões (1979, p. 304) enumerava as prioridades do país, sustentando que “[...] o problema monetário figura na linha dos grandes problemas nacionais e reclama uma solução. Com ele se entrelaçam interesses viscerais, ou, devo dizer, dele dependem os mais caros interesses do País, como sejam: a imigração, o povoamento do solo, a importação de capitais, a organização do crédito, o desenvolvimento normal das indústrias e do comércio, a estabilidade das finanças federais, estaduais e municipais”. Não era de espantar que a população não tivesse recebido nenhum sinal significativo de apoio dos parlamentares, pois sequer figurava entre os “interesses mais caros do País”.

Embora o trem da industrialização estivesse em marcha, o país amargava dívidas com os países imperialistas, em especial com os Estados Unidos, criando um profundo *déficit* nas contas. A importância dos empréstimos e o déficit que as contas inevitavelmente produziam constituíram motivo de grande preocupação entre parlamentares da época. Bulhões (1979, p. 344) manifestou essa preocupação com o *déficit* nas contas, ressaltando que,

[...] esgotados os nossos recursos ordinários, tivemos de apelar repetidas vezes para o crédito, para as despesas comuns da Nação. Foram tantos empréstimos, que este Governo, em quatro anos, como já se fez aqui há poucos dias a soma, fez operações na importância de 30 milhões de esterlinos, e, para liquidação das contas em exercício, cogitava-se de um empréstimo igual.

A conseqüência não tardou em chegar, com o sugestivo nome de “bancarrota” (BULHÕES, 1979, p. 344).

Quanto mais dívidas contraía o país, mais dependente se tornava do capital financeiro. Essa, aliás, é a característica mais importante da fase imperialista: a total submissão das economias coloniais ao domínio dos monopólios (LÊNIN, 1987).

Preocupados fundamentalmente com os empréstimos do país, os políticos da época criaram um vazio, que foi ocupado por setores de classe média,²⁰ os quais tomaram para si a tarefa de apontar soluções para o país. Na política não existe vácuo. Se por um lado a burguesia dava as costas aos principais problemas da população, por outro o proletariado emergente ainda não estava organizado como força social efetiva, restando à classe média o papel de protagonizar algumas lutas reivindicatórias no início do século XX.

²⁰ Conforme Basbaum (1986, p. 171), entendemos por classe média “[...] todas aquelas categorias sociais que se colocam entre o proletariado e a grande burguesia urbana. Nelas incluímos não apenas os pequenos fabricantes, donos de pequenas oficinas, artesãos e pequenos comerciantes, como ainda o funcionalismo público, as chamadas ‘profissões liberais’ e intelectuais e ainda militares, não tanto pelas suas condições de vida [...], diferentes entre si. Mas pela sua ideologia, pelas suas concepções de vida, de uma vida que não têm, mas que já tiveram ou pensam que um dia poderão ter”.

Os limites históricos impostos à classe média, como classe transitória e dependente, exprimiam os limites de suas reivindicações. Sua meta não foi a revolução, mas o reformismo; sua expressão organizativa não se dava no campo revolucionário, mas nos movimentos reivindicatórios.

Uma das manifestações organizativas de luta da classe média se deu no campo militar, tendo o *tenentismo* como uma das expressões mais concretas desse fenômeno²¹. Entretanto, havia uma guerra contra a qual nenhum exército, por maior que fosse sua artilharia, poderia lutar. A pobreza, as condições de vida, de moradia e de trabalho da população formavam um quadro preocupante. Falando metaforicamente, o “organismo social”, com baixa imunidade, engendrava enfermidades perigosas, que, não combatidas a tempo, poderiam alastrar-se rapidamente, criando uma situação endêmica.

Esse foi o problema que as guarnições do exército, por mais competentes que fossem, não poderiam solucionar. As epidemias, doenças e demais enfermidades desafiavam a sociedade. A cada dia uma nova pessoa era recrutada pela enfermidade. Os que contraíam as doenças formavam um vasto contingente moribundo, e a proliferação não precisava de outro aliado que não a própria condição miserável em que vivia a população.

Nessa luta, as milícias revoltadas estavam condenadas à esterilidade e à impotência. No lugar das armas de fogo, surgiram armas ideológicas, pretensamente científicas, que alguns setores da sociedade empunhavam com disciplina militar. Os novos “oficiais” não saíram da Academia Militar, eles foram educados nas faculdades de medicina. As reivindicações não previram eleições diretas, nem melhores salários, e muito menos, mudanças governamentais. O inimigo foi outro: a doença; e o movimento teve outro nome: higiene mental.

²¹ A esse propósito, Sodré (1976, p. 318) caracteriza que “[...] o *tenentismo*, fenômeno típico de classe média, era muito mais superficial em sua interpretação e muito mais modesto em suas reivindicações. Começava por supor que tudo dependia dos homens que estavam no poder, e que a simples substituição deles levaria a resultados significativos. [...] O que mais feria a classe média, sofrendo as conseqüências do agravamento a que levava a política de concentração da renda [...], era a falha eleitoral”.

O problema, para alguns higienistas, passou a ser localizado na “hereditariedade”, nas “raças inferiores” e na “degeneração mental” dos indivíduos. Os problemas nacionais eram os principais alvos das discussões naquele momento da história brasileira; mas, segundo entendiam alguns membros da *Liga Brasileira de Higiene Mental*, as doenças da população eram as causas, e não os sintomas de uma enfermidade social e econômica. Como afirma Mai (2003, p. 45),

[...] a imagem de um povo doente, que condenava o país ao atraso, poderia ser recuperada através de ações de higiene e saneamento, fundadas nas novíssimas descobertas da microbiologia e da bacteriologia, no conhecimento médico e implementadas pelas autoridades públicas.

Os problemas nacionais, não obstante, eram parte intrínseca do desenvolvimento do capitalismo, que, segundo sua lógica, enriquecia uma pequena parcela da sociedade, enquanto o restante da população amargava condições quase subumanas. Como afirma Boarini (2003, p. 35),

[...] apesar da espetacular prosperidade dos países industrializados, a grande maioria da população continuava convivendo com a falta de moradia ou com péssimas condições de habitação, com as longas jornadas de trabalho, com a exploração do trabalho da criança e da mulher, com a grande frequência de acidentes e insalubridade no trabalho.

Assim, a falta de higiene era identificada com a pobreza, e as doenças, como sintomas da pobreza. Para resolvê-las, a saída estava na educação higiênica, que culminou com as cruzadas em prol da higiene. Entre as mais importantes mencionavam-se a “[...] higiene escolar, higiene social, puericultura, higiene mental, educação física, educação sanitária, etc.” (BOARINI, 2003, p. 36).

Os interesses pela higiene mental eram identificados com os interesses da Nação e guardavam forte unidade ideológica com os interesses da elite da época. De alguma maneira, a Liga esperava transformar os interesses particulares da

elite em interesses universais da população. Com isso projetava sobre a realidade o homem segundo sua própria imagem e semelhança. Era esse homem que servia de modelo, de norma e de critério para medir, por meio dos testes, as capacidades intelectuais, as aptidões e as faculdades dos indivíduos. Com isso, estabelecia-se *a priori* um modelo de homem, projetando nos indivíduos características presentes nos testes antes mesmo de estes serem aplicados. Esse homem, portanto, era um homem idealizado, projetado pelo ideário da Liga para os indivíduos medidos pelos testes. O interesse da Liga era, então, garantir esse homem como ponto zero da evolução da Nação.

Destes interesses o essencial era a “depuração social” como forma de restabelecer o “equilíbrio social”, como entendia a *Liga Brasileira de Hygiene Mental*. Semelhante tarefa impunha uma forma de organização mediante a qual os higienistas pudessem sistematizar e coordenar seus esforços para que se tornassem mais efetivas as suas ações.

2.4 A medicina nos meios intelectuais

A medicina em geral e os médicos em particular começavam a gozar de um prestígio tal que lhes abria um canal de audiência qualificado nos meios intelectuais da época. A reputação dos médicos se devia, em parte, ao papel técnico que cumpriram como aliados da Nação na luta pela higienização social, em parte ao acúmulo de conhecimentos científicos que adquiriram no tratamento de diversas doenças, e ainda à própria penetração dos médicos na condição de intelectuais e literatos.

A medicina não estava circunscrita ao meio médico, ela ganhava as poesias, os livros de literatura e os discursos da intelectualidade brasileira. No “Estado Maior” da literatura brasileira, a Academia Brasileira de Letras, por exemplo, eram feitas homenagens a eminentes médicos, alguns dos quais faziam parte daquele círculo. As honrarias destacavam com excepcional admiração os

feitos, a obstinação e a envergadura intelectual dos médicos, quer em vida quer em morte.

Em homenagem póstuma a Osvaldo Cruz, Castro (1919, p. 298), seu sucessor na Academia, proferiu as seguintes palavras,

[...] o chefe era exemplo. Superintendendo o instituto, ao mesmo passo que executava a grande obra de saneamento do Rio de Janeiro, a todas e tão grandes obrigações acudia com inexcedível dedicação; e o mesmo administrador que consumia horas em aplicar regulamentos e dar audiências sem vergar de cansaço, trazia a ponto em dia, com admirável espírito de método, o precioso cabedal da sua vasta instrução.

Os médicos não eram os únicos a ocupar os discursos dos escritores, poetas, intelectuais e políticos da Academia Brasileira de Letras. A ciência e, especificamente, a medicina, eram objeto de elogios, críticas e polêmicas, testemunhados pelos oradores que se revezavam na tribuna. Havia os que na ciência não encontravam outra coisa senão “frieza” e “racionalidade”, como se a distância guardada entre a ciência e os homens não deixasse ao cientista outra alternativa que a de se recolher à insensibilidade exigida por seu ofício. Assim,

[...] para os homens de ciência, que agem por exclusivo **amor de ciência**, as criaturas que sofrem não são mais do que objeto de experimentação e de prova, tão fria é a análise, tanto o poder absorvente do raciocínio (ALENCAR, 1947, p. 314, grifo nosso).

Não deixa de ser paradoxal a concepção segundo a qual um cientista, visto como um homem frio, possa ao mesmo tempo ser capaz de amar algo, ainda que seja a própria ciência. Entretanto, essa visão do cientista e da ciência não era hegemônica. A maioria das manifestações associava a ciência com o desenvolvimento da nação, com o progresso e a democracia. O lado “frio” do cientista, se é que existia, era então ocultado por detrás do papel que ele cumpria na sociedade. Peixoto (1919, p. 303) afirmava que “[...] a ciência tem, mesmo por

ofício, um endereço que nós poderíamos, usando de termo político, chamar democrático”.

As idéias democráticas eram necessárias àqueles homens que viviam, sobretudo, da “liberdade da palavra”. A associação da ciência com a democracia devia-se essencialmente ao período de florescimento dos ideais republicanos, que foram apadrinhados pela perspectiva positivista de Augusto Comte. Essa matriz de pensamento fazia reluzir os ideais de república, Nação e, desde que bem mantida a ordem, de democracia. Grande parcela da intelectualidade brasileira, higienistas ou não, reivindicavam esses ideais.

Bandeira (1905, p. 79) recordou o poeta, deputado e jornalista Martins Júnior com o seguinte testemunho,

[...] cheio de fé no futuro, pintava o povo regenerado pela ciência, mostrava a República dominando o mundo dentro em poucos anos e a humanidade, chegada a era definitiva de paz e do trabalho, em pleno reinado do Estado positivo de Augusto Comte.

Assim, a ciência era identificada com a república, com o desenvolvimento da nação e responsável pelo progresso social. Mais que identificada, a ciência era sinônimo de progresso. Era a própria civilização. Nas palavras de Peixoto (1919, p. 304), “[...] é, pois, a ciência – a civilização ou o progresso, se o quiserdes, são outros nomes seus – essencialmente democrática, popular, acessível, niveladora das eminências, levantadora da mediocridade”.

Os médicos não pretendiam limitar sua esfera de ação ao domínio intelectual. Era preciso penetrar também na vida da população, tornar-se acessível e capitalizar seu respaldo; mas, antes disso, precisavam ganhar legitimidade nos círculos governamentais e intelectuais da época. Como afirma Magalhães (1926, p. 437), “[...] e se essa medicina já pompeia nas cortes celestes, já ornou sólios pontifícios e tronos imperiais, permita-se-lhe também o direito de um dia sonhar com o aplauso das assembleias, o esplendor dos concílios e a glória das academias”.

Esse elitismo, do ponto de vista intelectual, definia o perfil dos médicos da época; mas, das “cortes celestes” à crua realidade da maioria da população existia uma distância que precisava ser dirimida, já que era do solo dessa realidade que brotava a maioria dos problemas que os higienistas queriam pulverizar com seu ideário.

Legitimada nos círculos intelectuais, a higiene mental precisava atuar no seio da população para ali também ganhar sua legitimidade, porém essa tarefa só poderia ser realizada mediante uma organização preparada, centralizada e ajustada para esse fim. A *Liga Brasileira de Higiene Mental* foi a forma de organização encontrada pelos médicos higienistas para levar a termo a tarefa de “regenerar o povo pela ciência”, como salientou Bandeira (1905).

2.5 O estado da Liga, a Liga e o Estado

Em novembro de 1922, o médico Gustavo Riedel, depois de participar de um congresso latino-americano de higiene mental, foi “incumbido” pelo filantropo Clifford Wittinghan Beers, de “[...] fundar na América do Sul a primeira Associação de Medicina Social, o que levou a efeito nos últimos dias de 1922, com a denominação de *Liga Brasileira de Higiene Mental*” (RIEDEL, 1925, p. 210).

Um ano depois, em 1923, mediante o Decreto n.º 4.778, a Liga foi reconhecida como de utilidade pública pelo Governo Federal, que, um ano depois, em 1924, ofereceu uma subvenção para o exercício de suas funções (RIEDEL, 1925).

A Liga não representava uma organização de massas, e foi criada com um número relativamente pequeno de associados. A julgar por seu estatuto de fundação, não chegava a 200 pessoas o total de associados. Era, portanto, uma associação de ultravanguarda, encabeçada por um setor específico da sociedade, qual seja, “[...] *um grupo de médicos, em sua maioria psiquiatras* [...]” (A CAMPANHA..., 1934, p. 65). Isso, entretanto, não impediu que outros membros ingressassem na Liga, como “[...] *médicos de distintas especialidades, juristas,*

educadores, jornalistas, homens de letras e outros intelectuais” (A CAMPANHA..., 1934, p. 66). Pela quantidade de membros e pela qualidade que esses poucos associados representavam em matéria de produção intelectual, pode-se dizer que a Liga nasceu com um corpo de anão e uma cabeça de gigante; entretanto, por sua identidade com o pensamento dominante e por sua majoritária composição orgânica, pode-se dizer que nasceu com um corpo médico e uma cabeça liberal.

Seus membros, seguramente, representavam uma aristocracia intelectual entre os médicos da época. A julgar pelas traduções que faziam de artigos vindos do exterior, muitos dos higienistas eram políglotas. A participação dos membros da Liga em eventos no exterior, com apresentação de trabalhos de complexidade, demonstra bom domínio idiomático e, além disso, o prestígio que possuíam em países estrangeiros.

Em menos de um ano, alguns membros da Liga participaram de eventos na França, Portugal, Espanha, Estados Unidos, Canadá e Alemanha (NOTICIÁRIO, 1929, p. 24). O reconhecimento por seus méritos intelectuais levou três dos membros do Conselho de Administração da Liga a participarem como “[...] *membros associados da Sociedade Franceza de Psychologia*” (NOTICIÁRIO, 1925, p. 202).

No Uruguai, a Liga foi homenageada com o convite a vários de seus membros a participarem como “[...] *colaboradores estrangeiros*” (NOTICIÁRIO, 1929, p. 24). Assim, os membros da Liga eram chamados a publicar textos, artigos e outros documentos no Exterior. O intercâmbio de opiniões se materializava em permutas entre os higienistas brasileiros e do mundo que encaminhavam seus trabalhos na esperança de um julgamento por parte dos higienistas brasileiros. Como eles próprios reconheceram,

[...] essa circunstancia de recebermos um numero progressivamente maior de publicações technicas de valor ha de ser tida; por certo, como uma prova de que o nosso esforço é bem visto pelos que mais autoridade possuem para o julgar (EDITORIAL, 1934, p. 02).

Esse reconhecimento não era fortuito. Era a expressão da importância intelectual que possuíam os higienistas brasileiros no Exterior. Tal reconhecimento não se devia somente à quantidade, mas também à qualidade dos trabalhos publicados, muitos dos quais foram dignos de prêmios importantes no Exterior, como o Prêmio Cesare Lombroso, através do qual: “[...] dois preclaros biólogos brasileiros” foram “consagrados pelo voto de legítimas sumidades de um dos países mais cultos” (FACTOS..., 1934, p. 53).

Essa profícua produção intelectual, reconhecida nacional e internacionalmente, definia um padrão entre os membros da Liga, em favor do qual seus estatutos estabeleciam um critério seletivo à entrada de novos membros. Segundo seu Art. 4º, só poderiam participar da Liga, “[...] qualquer pessoa de maioridade, **de instrução elevada**” (ESTATUTOS..., 1925, p. 224, grifo nosso).

Para além dessa dimensão intelectual, a Liga ainda mantinha inúmeras relações com figuras importantes do cenário político e econômico brasileiro, a começar pelo próprio Presidente da República, Arthur Bernardes, que aparecia como o primeiro nome na lista de “*Membros Honorários*” da Liga, vindo na seqüência, pela ordem, o Ministro das Relações Exteriores, Felix Pacheco; em seqüência, o Ministro do Interior, João Luiz Alves; o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Pires e Albuquerque; os senadores Conde de Frantin e José Eusébio; os deputados Carlos Maximiliano e Clementino Fraga; o prefeito do Distrito Federal Alair Prata, entre outras figuras importantes, devidamente registradas no Estatuto da Liga (ESTATUTOS..., 1925, p. 229).

As relações com políticos eram uma necessidade para a Liga, que dependia da ajuda municipal, estadual e federal para manter suas atividades. Essa dependência financeira muitas vezes ditava o ritmo das atividades da Liga. Interromper as subvenções implicava muitas vezes interromper as próprias atividades. Para se precaver de eventuais cortes das subvenções, os higienistas convidavam freqüentemente as autoridades políticas a participarem de suas

atividades, como, por exemplo, o 2º Congresso Brasileiro de *Hygiene Mental*, que contou com a presença do Dr. Mello Viana, “[...] Presidente eleito no Estado” (NOTICIARIO, 1925, p. 201).

Por isso os interesses nacionalistas defendidos pelos higienistas não eram somente de ordem ideológica. A dependência financeira com o Estado alimentava, além do caixa, o “espírito” nacionalista da Liga. Além disso, essa visão nacionalista era fetichizada, como se a Nação fosse algo em si mesma, como se ela fosse dotada de vida própria, autônoma e independente. Os higienistas não viam a Nação como fruto do desenvolvimento das forças produtivas, como espaço sobre o qual se desenvolve um amplo processo interno e externo de luta entre as classes sociais. Não faziam distinção entre uma nação subdesenvolvida e uma desenvolvida, apenas julgavam que as menos desenvolvidas não haviam atingido progresso suficiente para comparar-se com as nações superiores. Com isso, a Liga colocava um sinal de igualdade entre todas as nações, desconsiderando que entre elas existe um desenvolvimento desigual e combinado.

Embalados com a ilusão de que a Nação brasileira poderia algum dia chegar à qualidade de nação imperialista, a Liga projetava para a realidade suas próprias aspirações sociais, sua própria ideologia, tentando transformar a Nação em algo que não era. Transportavam para a Nação a mesma visão que tinham de indivíduo, como se ela fosse também um “organismo” que se desenvolveria de forma linear e retilínea, evoluindo progressivamente até chegar a uma fase superior. O fetiche²² higienista consistia, portanto, em transformar um fenômeno social em natural.

A preocupação com a Nação não encerrava um problema apenas de ordem ideológica, derivava também dos vínculos materiais que a Liga estabeleceu com o Estado e as autoridades políticas que subvencionavam suas atividades. Sua dependência ideológica estava também enlaçada materialmente com sua

²² Grosso modo, o fetichismo é a ilusão criada a partir do falso entendimento daquilo que é socialmente criado. O processo social engendra determinado objeto que não pode ser visto diretamente, sendo naturalizado pelo homem. Como assinalou Bottomore (1988, p. 149), “[...] se essas formas são tomadas como naturais, isto se deve a que seu conteúdo ou essência social não é visível imediatamente e só pode ser revelado pela análise teórica”.

dependência financeira. Gustavo Riedel, antes mesmo de fundar a *Liga Brasileira de Hygiene Mental*, já guardava um forte vínculo com as classes dominantes, de quem recebia grandes donativos para a execução de algumas obras. Como noticiou a Liga,

[...] o Dr. Gustavo Riedel, alienista do Hospital Nacional, sendo, ha 6 annos, nomeado Director da Colonia de Alienados, no Engenho de Dentro, **lembrou-se de obter de abastados capitalistas seus amigos** e de outros philantropos, a quantia necessária para erguer em terrenos da mesma Colonia um ambulatorio modelo, que recebeu o nome de Rivadavia Corrêa, em homenagem ao Ministro que fundara a Colonia de Mulheres, em 1911 (NOTICIARIO, 1925, p. 196, grifo nosso).

Assim os nexos entre a classe dominante e os higienistas coadunavam-se também no plano material. Contrariar os interesses da Nação - isto é, da classe dominante, significava subverter a premissa segundo a qual quem paga a banda escolhe a música.

Mas o apoio não era de mão única. Em troca, os higienistas prestavam seus serviços à Nação, que também tinha interesses em erradicar os males sociais que naquele momento eram confundidos com a doença mental. Ambos interesses – tanto os da Liga quanto os da classe dominante – se não convergiam totalmente, tampouco conflitavam no plano ideológico. Como assinalou Riedel (1925, p. 212, grifo nosso),

[...] a boa vontade e o desejo de satisfazer as aspirações da nossa Liga que **visa tão somente o aperfeiçoamento da nossa raça**, prevenindo os factores de degeneração pela luta contra a syphilis, a tuberculose, etc., e realizando a medicina social contra os toxicos, conduziram os benemeritos Srs. Presidente da Republica Dr. Arthur Bernardes e Ministro da Justiça Dr. João Luis Alves a ceder **para aquelle fim** o Pavilhão Argentino da Exposição do Centenario, doado ao nosso Paiz pela Republica visinha num gesto da mais nobre e elevada cortezia de Nação amiga.

Além da doação de um espaço físico, a afirmação sugere uma convergência de opiniões, de concepções, se assim podemos inferir, entre o Governo, representante máximo da classe dominante, e os higienistas. Como se ambos compartilhassem das mesmas “aspirações” quanto ao “aperfeiçoamento da raça” e à “prevenção de fatores degenerativos”.

O arco de relações da Liga não se limitava à classe dominante ou ao governo que representava essa classe. De modo geral, as instituições do regime mantinham um vaso de comunicação com a Liga. À guisa de exemplo, podemos citar o Ministério da Justiça, por intermédio do Ministro João Luís Alves, o Conselho Municipal, intermediado por Mário Piragige, e, finalmente, o setor militar, através dos “[...] *Institutos de Engenharia Militar e Docentes Militares*” (RIEDEL, 1925, p. 212).

Nas principais instituições do Estado a Liga tinha suas referências, seus contatos e, em alguns casos, seus membros compunham tais instituições, como Anísio Teixeira. Isso sem contar sua periferia de simpatizantes, como Arthur Bernardes e Getúlio Vargas, simpático ao eugenismo. Do Governo Federal à Câmara de Deputados, da Prefeitura ao Exército e alguns ministérios, incluindo-se aí o Judiciário, não restou quase nenhuma instituição do Estado com a qual a Liga não guardasse relações.

Essa relação guardava certas peculiaridades: a Liga não era nem totalmente orgânica nem totalmente independente do Estado. Na falta de uma expressão mais adequada à relação da Liga com o Estado, caracterizá-la-emos como uma organicidade *sui generis*, conceito que procura definir a relação da Liga com o Estado, baseada na dependência material e financeira, na identidade ideológica e combinada com a autonomia organizativa. A importância dessa definição é que não basta entender as formas pelas quais a Liga expressava no plano abstrato, teórico, epistemológico ou ideológico as relações sociais, econômicas e políticas que emanavam da realidade. É preciso entender os nexos concretos e materiais que essas concepções guardavam com determinada forma de organização social, mediadas fundamentalmente pelas relações com o Estado.

A nosso juízo, essa organicidade *sui generis* era parte do projeto da Liga, que estava, ao que tudo indica, consciente de sua relação de dependência com o Estado - dependência principalmente financeira, é preciso assinalar. Tanto que no estatuto da Liga, em seu segundo artigo, o primeiro ponto destacava: “[...] *actuar junto aos poderes publicos federaes, estadoaes e municipaes, suggerindo medidas e obtendo realizações*” (ESTATUTOS..., 1925, p. 223). Seria engano, entretanto, acreditar que essa relação da Liga com o poder fosse harmônica e sem conflitos.

Após a instalação do Estado Novo – com sua política de absorção de entidades de classe, associações ou demais organizações sociais – a Liga publicou um editorial inteiro em seu *Arquivo Brasileiro de Hygiene Mental*, tratando especificamente do tema da estatização. O título, sugestivo, era: “*As Ligas de Hygiene mental não devem ser oficializadas*” (EDITORIAL, 1934a, p. 219). Entenda-se por oficialização o processo de absorção da Liga pelo Estado, ou, em outras palavras, sua estatização.

A crítica, no entanto, não era endereçada ao Governo Vargas ou ao Estado Novo, embora a Liga lembrasse que, naquele momento, o país passava por “[...] *tempos de predominio cada vez maior da mentalidade ‘estatal’*” (EDITORIAL, 1934a, p. 219, grifo do autor).

Por não entender efetivamente que essa “mentalidade estatal” era parte de um processo de reorganização social e uma medida necessária que o governo tinha de tomar para centralizar o poder, subordinando qualquer movimento social à sua tutela a fim de impedir que a luta de classes ganhasse proporções fora – ou, mais precisamente, contra - o Estado, a Liga apreendeu da realidade apenas seus aspectos residuais em detrimento dos essenciais. Não se deu conta do movimento que a classe dominante, através do governo, teve de fazer para estabelecer um marco de contenção social que garantisse a ordem e permitisse a expansão de capitais.

Os limites da análise da Liga sobre essa questão expressavam os limites do pensamento liberal, que não conseguia visualizar outro horizonte que não o do

Estado burguês. No presente caso, a Liga, partindo do princípio de que o problema não estava no Governo, no Estado ou na classe interessada nesse processo de contenção social, endereçou suas críticas apenas à “Prefeitura Municipal”, a quem atribuía a responsabilidade pelos esforços em desfazer-se dos serviços prestados pelos membros da Liga.

Para a Liga, é como se a Prefeitura lhes dissesse: “[...] prescindimos do vosso concurso; temos technicos para pôr em pratica desde já todo o programma da vossa especialidade. Podeis cerrar as vossas portas. Desinteressamo-nos da vossa sorte” (EDITORIAL, 1934a, p. 219).

Essa análise maniqueísta partia da avaliação de que o Governo Federal era bom e a Prefeitura Municipal era ruim. Assim, “[...] a Prefeitura desacertou, negando, *ex-abrupto*, todo e qualquer apoio á *Liga Brasileira de Hygiene Mental*” (EDITORIAL, 1934a, p. 220). Por outro lado, comentam, “[...] o *Governo da União*, *apesar de saber que a nossa actividade se desenvolve sobretudo no Districto Federal, continúa honrando-nos com a sua protecção*” (EDITORIAL, 1934a, p. 220).

Com essa limitação no campo de análise, a Liga discutia apenas o fenômeno em si, sem se preocupar com as razões econômicas, políticas e sociais que se operavam por detrás da decisão da Prefeitura de colocar em marcha esse processo de estatização dos serviços. Deste modo, a questão flutuava apenas entre as vantagens e desvantagens da estatização, chamadas por eles de “*officialização*”.

Mas quais argumentos a Liga sustentava contra a estatização? As justificativas gravitavam basicamente em torno de três argumentos. O primeiro deles é que determinados serviços, uma vez estatizados, poderiam colocar em conflito um ministério com outro, impedindo que determinadas medidas fossem levadas de forma conseqüente. Para efeito de ilustração, a Liga cita a campanha antialcoólica como argumento em favor das desvantagens da possível estatização dos serviços. Assim,

[...] perguntamos, poderia, por exemplo, semelhante serviço, de certo integrado no Ministério da Educação, profligar com vehemencia o estrabismo fiscal do Ministerio da Fazenda, quando deixa de gravar fortemente com impostos as bebidas alcoolicas, do mesmo passo que onera mais do que fora racional fazel-o as bebidas realmente saudaveis, isentas do terrivel toxico? (EDITORIAL, 1934a, p. 220).

A questão assim colocada pode dar a impressão de que, de fato, dois ministérios não podem caminhar em razão inversa. Para a Liga, não. Mas a questão não está em saber se os ministérios estão colidindo entre si ou com os interesses da classe dominante. Se não, como explicar medidas como a “Lei Seca”, aplicada em alguns países em períodos de crise, muito mais como medida de contenção social do que como princípio higienista? Por desconsiderar que os ministérios representam interesses de classe, e não de si mesmos, a Liga não entendeu que impostos sobre produção de bebidas podem ou não ser aplicados com maior ou menor intensidade, dependendo das circunstâncias históricas. Tudo irá depender do interesse da classe dirigente, e não da vontade própria dos ministérios. De qualquer forma, esse foi o primeiro argumento que a Liga utilizou para tentar explicar as desvantagens da estatização de sua organização.

O segundo argumento consiste em justificar que a Liga abrigava especialistas que os serviços “*officiaes*” não poderiam abrigar. Assim, lembram que com “[...] *uma sociedade scientifica e philanthropica podem colaborar, como seus associados, numerosas pessoas cujo concurso não poderia ser aproveitado por um serviço official*” (EDITORIAL, 1934a, p. 220-221).

Esse argumento poderia ser colocado em questão com uma simples pergunta: e se os serviços “oficiais” acolhessem esses especialistas?

A importância dessa pergunta não está simplesmente em colocar em dúvida os argumentos dos higienistas, como se se tratasse de uma manobra retórica que atira para o campo das possibilidades uma resposta no intento de vulgarizar uma pergunta. A importância da questão reside no fato de que naquele momento a absorção de determinados serviços, movimentos, entidades e

associações era precisamente a dinâmica que tomava o Governo, que buscava consolidar um modelo baseado no “[...] dirigismo estatal” (IANNI, 1968, p. 54).

Em outras palavras, a questão da estatização não eliminava, antes pressupunha a existência de determinados serviços que até então não pertenciam ao Estado. Além disso, como afirma Ianni (1968), esse período marca o segundo período de industrialização do país, realizado principalmente depois do golpe de 30. O Brasil, como país dependente, é obrigado a adequar seus interesses aos dos grandes monopólios, que entraram em crise a partir de 1929. A economia do Brasil, portanto, deveria combinar os interesses da burguesia nacional com os interesses da burguesia imperialista. Mas não somente entre os interesses nacionais e imperialistas: dentro do país também deveria acomodar os interesses das classes sociais, combinando-os e, a exemplo do que ocorre entre o país e o imperialismo, preservando os interesses dos mais fortes. Como assinala Ianni (1968, p. 55),

[...] a combinação dos interesses econômicos e políticos do proletariado, classe média e burguesia industrial é um elemento importante do getulismo. Essa combinação efetiva e tática de interesses destina-se a favorecer a criação e expansão do setor industrial, tanto quanto do setor de serviços. Em concomitância, criam-se instituições democráticas, destinadas a garantir o acesso dos assalariados a uma parcela do poder.

A centralização do Estado implicava a centralização dos serviços, ao mesmo tempo em que os expandia. Essa era a oficialização que a Liga temia, mantendo-se contrária à estatização de sua organização, a qual pretendia manter independente, ainda que, contraditoriamente, dependesse das subvenções estatais para afiançar suas atividades. Com isso, a Liga expressava toda a essência do pensamento liberal, que procura diminuir o papel do Estado, deixando aberto o caminho à livre iniciativa. Em convergência com o pensamento liberal, a Liga entendia que o Estado não deveria interferir nos serviços de saúde prestados por ela; mas naquele período, a dinâmica de estatização fugia ao seu controle,

fragilizando o argumento segundo o qual o Estado não poderia acolher profissionais que a Liga mantinha no seu quadro de associados.

O terceiro e último argumento contra a estatização residia na contradição que existia entre a criação de serviços oficiais e o crescimento da Liga precisamente onde esses serviços eram oficializados. O caso do Estado de Pernambuco então foi chamado em socorro da Liga para ilustrar esse argumento. Assim,

[...] como é sabido, de facto, foi naquelle Estado que se criou, em nosso paiz, o primeiro serviço publico de hygiene mental, faz isso já cerca de um lustro. (...) Pois bem. Apezar da utilidade manifesta dos trabalhos realizados naquelle departamento official, comprehenderam os neuro-hygienistas pernambucanos não ser possivel incluir nelle todos os dominios da especialidade – e, como consequencia logica, acabam, por sua vez, de fundar a Liga Pernambucana de Hygiene Mental (EDITORIAL, 1934a, p. 221).

De fato, o crescimento da Liga era progressivo. Do primeiro estatuto, publicado em 1925, ao publicado em 1929, observa-se um aumento no número de membros da seção de estudos de dez para vinte pessoas, assim como um aumento no número de delegados regionais, com o acréscimo de quatro Estados representados, conforme tabela abaixo:

COMPARAÇÃO ENTRE NÚMERO DE DELEGADOS

Delegados Regionais		Delegados Regionais	
Estado	Membro da Liga	Estado	Membro da Liga
São Paulo	Dr. Pacheco e Silva	Amazonas	Dr. Araújo Lima
Bahia	Dr. Alfredo Britto	Pará	Desembargador Avertano Rocha
Minas Geraes	Dr. Samuel Libanio	Rio Grande do Norte	Dr. Luiz Antonio dos Santos Lima
Rio Grande do Sul	Dr. Raymundo Gonçalves Vianna	Parayba do Norte	Dr. Sá Benevides
Estado do Rio	Dr. Waldemar de	Pernambuco	Dr. Ulysses

	Almeida		Pernambucano
Pará	Dr. Porto de Oliveira	Bahia	Prof. Alfredo Britto
Pernambuco	Dr. Ulysses Pernambucano	Espirito Santo	Dr. Archimedes Britto
Parayba do Norte	Dr. Sá e Benevides	Estado do Rio	Waldemar de Almeida
Fonte: ESTATUTOS..., 1929, p. 56.		S. Paulo	Dr. Pacheco e Silva
		Santa Catarina	Prof. Laercio Caldeira
		Rio Grande do Sul	Prof. Raymundo Vianna
		Fonte: ESTATUTOS..., 1929, p. 56.	

Destarte, o crescimento se reflete na inclusão de mais quatro Estados (Amazonas, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina), representados por delegados da *Liga Brasileira de Hygiene Mental*. Além disso, diferentemente de 1925, a Liga acrescentou em seus estatutos mais um item, com a descrição de seus membros correspondentes, que somavam o total de 13 membros (ESTATUTOS..., 1929, p. 56).

A rigor, o grande objeto de preocupação da Liga não era a criação de novos serviços por parte do Estado. Em certa medida ela desejava tal iniciativa, pois sentia-se como progenitora dessas idéias. Conforme manifestaram ante o governo Vargas,

[...] o Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, egregio chefe do Governo Provisorio, recebendo em audiencia um representante da Liga, mostrou-se favoravel á idéia da officialização de um serviço de hygiene mental, dentro do novo Ministerio da Educação e Saude Publica, ora confiado á proficiencia e ao zelo do ilustre Sr. Dr. Francisco Campos (EDITORIAL, 1931, p. 02).

O que a Liga temia era que a criação desses serviços pudesse significar a retirada das verbas destinadas à sua organização. Mais que isso, a preocupação essencial era com a estatização da própria Liga, que perderia toda a sua independência organizativa caso essa medida fosse tomada. Essa “alergia” a uma

possível intervenção do Estado se associava à concepção de livre iniciativa do liberalismo. Por mais que dependesse financeiramente do Estado, isso não poderia ser traduzido em interferência no seio da Liga²³.

A crítica direcionada ao prefeito municipal revela como a Liga estava preocupada com o corte de verbas, mas ocultava o essencial, que era atribuir ao Estado, não ao prefeito, a responsabilidade pelo processo de estatização que estava ocorrendo. Assim, a Liga desconsiderava que a oficialização realizada pelo prefeito era apenas uma pequena engrenagem começando a se movimentar na grande máquina do Estado.

Apesar disso, é preciso considerar que a verba destinada pela prefeitura chegou a ser vital à manutenção das atividades da Liga. Em 1932, por exemplo, determinada verba oferecida pela prefeitura ajudou a Liga a retomar certas atividades ameaçadas de cessar por falta de verba. Conforme noticiou, “[...] *semelhante apoio respirava, póde se dizer, a Liga com verdadeiro desafogo, e parecia ter sobrados motivos para encarar com optimismo o futuro*” (A CAMPANHA..., 1934, p. 69-70). Esse futuro, como vimos, contrariou o otimismo anteriormente estimulado.

Importa ressaltar, não obstante, que, embora a Liga mantivesse relações estreitas com as autoridades políticas, essa relação não era totalmente harmônica ou livre de conflitos. De quando em quando o Governo, por contenção de gastos, cortava algum benefício cedido à Liga, como em 1927, quando teve que “[...] *suprimir-lhe a subvenção*” (A CAMPANHA..., 1934, p. 68). Além das subvenções, os prédios também vez ou outra eram retirados da Liga por razões diversas. A *Clínica de Euphrenia*, por exemplo, que tinha como objetivos imediatos

²³ Sobre a posição liberal ante o “intervencionismo do Estado”, Stewart Jr (1988, p. 27) explica que “[...] o intervencionismo obriga a que haja a submissão do consumidor ao Estado. Esse é o seu equívoco básico. O liberalismo, ao contrário, defende a soberania do consumidor”. O equívoco do liberalismo, nesse sentido, é o de confundir um investimento do Estado com um gasto privado. Com essa concepção a saúde deixa de ser um direito para ser uma mercadoria. A saúde, na perspectiva liberal, não seria garantida, mas comercializada.

[...] a correcção dos maus habitos infantis e a estabilização dos caracteres psychologicos normaes innatos na creança” estava na **“imminencia de ser extinto, por ter a Prefeitura necessidade do predio em que se acha o mesmo localizado** (A CAMPANHA..., 1934, p. 70 – grifo do autor).

Outro prédio perdido pela Liga foi o Pavilhão da “[...] Exposição do Centenario [...], pois tinha de ser esse predio demolido, apesar do seu bom estado de conservação” (A CAMPANHA..., 1934, p. 68).

Na impossibilidade de atender nos prédios, a Liga era obrigada a adaptar suas atividades às circunstâncias adversas. A propaganda, então, era sua principal arma e os cursos, seu principal meio. Assim,

[...] cursos de psychologia applicada, de psycanalyse, de neurologia e de neuro-embryologia, conferencias sobre múltiplos temas de hygiene mental foram realizadas, regularizou-se a publicação do orgam official da Liga, os ‘Archivos Brasileiros de Hygiene Mental’, revista que tem levado aos paizes mais adeantados do mundo a demonstração da cultura brasileira, na especialidade, e graças á qual se tem enriquecido a bibliotheca da Instituição com numerosas publicações periódicas, recebidas em permuta (A CAMPANHA..., 1934, p. 69).

Mesmo assim, a Liga não desistia e pretendia retomar os atendimentos logo que se restabelecesse financeiramente. Mas como o fariam, se a dinâmica apontava para cada vez mais cortes nos gastos por parte do Governo Federal e da prefeitura? A saída foi pedir ajuda. Mas para quem? Assim explica a Liga,

[...] acham-se, porém, agora empenhados os dirigentes da Liga, não só em fazer conhecido do publico o que tem feito a instituição em outros domminios da prophylaxia mental, como em solicitar o apoio geral para novas iniciativas de grande alcance que desejam pôr em pratica, na medida dos recursos que forem obtendo (A CAMPANHA..., 1934, p. 66).

Assim, o apelo era endereçado, como entendia a Liga, a “[...] *todas as classes sociaes*” (A CAMPANHA..., 1934, p. 67). Mas, em especial, às “[...] *classes conservadoras, como a Industria e o Commercio*” (A CAMPANHA..., 1934, p. 66). E a ajuda não tardou em vir. De um total de cerca de 235 doadores, 126 eram pessoas físicas, 107 jurídicas e 02 eram anônimos (A CAMPANHA..., 1934, p. 204).

Essas doações ajudaram em certa medida a Liga a sair do sufoco. Em troca desses apoios, ela oferecia às classes “conservadoras” cadeiras como membros honorários e à população em geral ofereceria seus serviços gratuitos, como os “[...] *Consultórios de Prophylaxia Mental*” (A CAMPANHA..., 1934, p. 67).

Desta forma, por mais que necessitasse do Estado, a Liga ainda tinha outras opções, como a doação de pessoas físicas e jurídicas, embora essas doações fossem imprevisíveis quanto ao seu volume.

A falta de apoio dos governos e da prefeitura não passou impune. A Liga também tecia críticas à falta de empenho dos governos em acompanhar suas atividades, como na ocasião em que ocorreu o *I Congresso Latino-Americano de Neuro-Psychiatria*, em que a Liga ressaltou que “*a nenhuma bôa vontade dos Governantes, que não se dignaram, siquêr, tomar conhecimento do assumpto*” (ACTAS..., 1931, p. 164). Mas nada se compara aos adjetivos direcionados contra o Diretor de Assistência da Prefeitura, que cortou parte das verbas da Liga e foi ostensivamente taxado de “[...] *odiento e rancoroso*” (ACTAS..., 1934, p. 78). Assim, fica clara a relação da Liga com o Estado, que nem sempre era harmônica.

Enfatizar o caráter *sui generis* da organizabilidade da Liga com o Estado é ressaltar sua relativa autonomia organizativa, como uma associação, e não como instituição a serviço do Estado e da classe dominante. Essa independência é relativa na medida em que ela dependia do Estado para manter suas atividades.

Apesar disso, a Liga demonstrava uma confluência ideológica com o Estado, principalmente no que diz respeito à defesa da Nação. Essa confluência se dava no intento de fazer da Nação a portadora da vontade nacional. Com isso,

ocultavam-se as duas faces do verdadeiro propósito da Nação: o lado da dívida pública e o lado do lucro privado; ou seja, a Liga ocultava que a Nação não era outra coisa que um “guarda-chuva” jurídico sob a proteção do qual a burguesia contraía as dívidas públicas, enquanto os lucros permaneciam privados²⁴.

Alguns membros da Liga mais próximos das concepções eugênicas defendiam posições mais radicais, por assim dizer, no que diz respeito ao processo de “depuração social”. Uma dessas medidas era a esterilização, que, segundo Kehl (1925, p. 70), “[...] *constitue uma das medidas complementares da política eugenica, a qual estabelece, precipuamente, o exame de sanidade prenupcial, o impedimento á paternidade indigna, á procreação, em summa, de cacoplastas e desgraçados*”.

Nestes termos, é possível caracterizar melhor a Liga como um movimento social elitista e não popular, já que não nasceu nem se desenvolveu no seio da população, mas entre uma parcela social muito mais próxima da classe dominante e do Estado. Esse elitismo aparecia sem disfarces. Essa relação com a elite servia muitas vezes de amparo ante alguma atividade inacabada. Em virtude da pouca adesão à campanha antialcoólica, por exemplo, a compensação que os higienistas encontraram foi descrita com as seguintes palavras: “[...] *conforta-nos, pelo menos, saber que a elite do nosso paiz está ao nosso lado, prestigiando-nos com a sua adesão e com o seu apoio moral*” (CALDAS, 1929a, p. 57).

Desta forma, a Liga é uma associação que atua *no* Estado, *com* ele e *para* ele, mas isso não implica que ela seja *do* Estado ou pertença a ele. A Liga atua *nos* marcos do Estado burguês, em conexão *com* ele e segundo os interesses da

²⁴ A propósito das dívidas, Marx (1984, p. 288, grifo nosso) assinala que “[...] a dívida do Estado, isto é, a alienação do Estado – se despótico, constitucional ou republicano – imprime sua marca sobre a era capitalista. **A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente entra na posse coletiva dos povos modernos é – sua dívida do Estado**”. Já sobre a “riqueza nacional”, Engels (1976, p. 10) observa que “[...] a expressão riqueza nacional foi imposta apenas pelo desejo de universalização dos economistas liberais. Enquanto existir propriedade privada, esta expressão não tem sentido. [...] Ou se faz desaparecer esta expressão, ou se aceitam condições que lhe dêem sentido”. Portanto, a Liga ignorava esse duplo aspecto da Nação segundo o qual as dívidas são públicas e a riqueza é privada.

classe que o dirige; mas ainda assim guarda certa margem de autonomia organizativa, não estando totalmente absorvida *pele* Estado.

Com essa caracterização, queremos enfatizar a relação da Liga com o Estado e como essa relação se expressou no ideário e nas práticas da Liga. Se indivíduos “degenerados” comprometiam o destino da Nação, era preciso de alguma maneira selecioná-los para que não se “misturassem” com os demais. Neste sentido, o processo de seleção por meio de testes psicológicos, embora não fosse a única²⁵, foi uma das maneiras de “depurar socialmente” os indivíduos “anormais” ou “menos desenvolvidos”.

O desenvolvimento da indústria trouxe consigo também a preocupação com a mensuração. As engenharias foram a última palavra no desenvolvimento tecnológico e a medida tornou-se um paradigma. Com o advento da física, os processos de mensuração se tornaram quase uma obrigatoriedade para a ciência. Era como se a ciência nada pudesse fora da quantidade e da medida. A Liga deslocou os critérios quantitativos da física e os transportou para dentro do domínio humano. Com isso pretendia fazer dos testes o critério mais seguro para medir o indivíduo. Como toda ciência comporta uma concepção de homem, os testes não ficaram livres dessa determinação.

Era preciso então que estes instrumentos fossem submetidos à prova da realidade. A tradução, criação, adaptação e consolidação dos testes dependiam de sua utilização. Para isso, a Liga precisaria resolver dois problemas: o primeiro, de natureza técnica, era o de saber quais eram os melhores testes, seus limites e alcances; o outro, de natureza social e econômica, era o de descobrir em quais domínios eles seriam mais bem aplicados. Embora a Liga atuasse sobre uma constelação de domínios humanos que passava pela família, os tribunais ou a imprensa – para ficar só nesses – três destes domínios chamaram a atenção pela

²⁵ Alguns membros da Liga mais próximos das concepções eugênicas defendiam posições mais radicais, por assim dizer, no que diz respeito ao processo de “depuração social”. Uma dessas medidas era a esterilização que, segundo Kehl (1925, p. 70), “[...] *constitue uma das medidas complementares da política eugenica, a qual estabelece, precipuamente, o exame de sanidade pre-nupcial, o impedimento á paternidade indigna, á procreação, em summa, de cacoplastas e desgraçados*”.

importância que tiveram no período entreguerras e pela frequência com que apareceram nos *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*: o exército, as indústrias e a imigração. Em combinação com a necessidade de validar os testes psicológicos no Brasil, havia também a necessidade de selecionar o imigrante certo para viver no país, o trabalhador certo para a fábrica e o militar certo para a guerra. Assim, a “educação sob medida” ultrapassava os limites da escola. O “homem certo” deveria ser selecionado também em outras esferas humanas, por meio de um rigoroso processo de depuração social.

3 . A DEPURAÇÃO SOB MEDIDA

Porquanto se não trata unicamente de remover factores palpaveis geraes e sim de corrigir vicios enraizados, extirpar infecções gravissimas, depurar organismos sociaes e aperfeiçoar a raça
(ROXO, 1925, p.02).

3.1 Valores, delinqüência e propriedade privada

Os membros da Liga tinham uma esperança: garantir a “estabilidade social” do país. A realização dessa esperança dependia, dentre outras medidas, da depuração dos considerados degenerados, cujos prognósticos exigiam medidas profiláticas. Os meios de propaganda higiênica aspiravam aos mesmos fins: inoculação de valores. Para cada esfera, uma medida; para todas elas, testes psicológicos.

O espectro da guerra rondava o mundo e o da crise tomava o corpo, a carne e principalmente a mente da sociedade. O desespero era inevitável e qualquer idéia que servisse de conforto seria bem-vinda. A Liga pedia socorro. Assim exclamava Roxo (1943, p. 4),

nos dias infelizes que atualmente o mundo atravessa, em que tudo concorre para que a humanidade se torne cada vez mais excitada, deve-se acolher com satisfação qualquer idéia que dê meios de tal evitar.

Testemunhos como esse eram freqüentes naquele momento. A explosão da Primeira Guerra Mundial serviu de alerta. As “antenas” da Liga estavam sintonizadas, embora captassem apenas as “ondas curtas” dos fenômenos, sem assimilar com profundidade o fato de que havia interesses econômicos por detrás dos quais se operavam os maiores episódios bélicos da história da humanidade. A

família se decompunha²⁶, os laços sociais se fragmentavam e a moral se despedaçava. Bicudo (1944, p. 63) fez a seguinte descrição,

[...] a guerra acarreta uma desorganização social pela drenagem de toda economia para o esforço de guerra, pela mobilização, em massa, da população. Os homens são convocados para o serviço militar e as mulheres para o trabalho fora do lar. A guerra atual envolve toda população. é a denominada guerra total. Nesta guerra, a participação dos que ficam na retaguarda é tão importante quanto aqueles que combatem na vanguarda. a população civil deve estar integrada no esforço comum, mantendo disciplina, calma e segurança na ação. Mas, pelas mudanças nas condições de vida, a guerra atinge a organização social.

Entenda-se como organização social todo o conjunto das relações estabelecidas no interior do modo de produção capitalista. A descrição da autora é importante porque demonstra o poder de mobilização que tem a guerra e a capacidade que possui de desestabilizar a “organização social”. Enfim, demonstra como o destino de milhares de militares é compartilhado com a sorte de milhares de pessoas que participam apenas como coadjuvantes, na retaguarda.

No Brasil, a economia estava corroída em dívidas e a propriedade privada ameaçada. A quem imputar o papel em semelhante processo de desestabilização da Nação? Quem seriam os paladinos de seu progresso?

Os membros da Liga não tinham dúvidas sobre o fator crise no processo de desintegração social, mas com uma pequena ressalva: a esses problemas eles aplicavam um critério médico, sustentando a doença mental como causa e, por conseguinte, a saúde da mente como cura. Como afirmou Roxo (1943, p. 4), “[...] não temos recursos para corrigir a situação mundial, mas temos meios de atenuar alguns dos seus malefícios”. Para o câncer do capitalismo, a Liga propunha uma aspirina moral.

Não é difícil imaginar que se o problema era médico, os únicos “salvadores da pátria” só poderiam partir... da medicina. Essa constatação não era dissimulada

²⁶ Bicudo (1944, p. 63) recorda que, em períodos de conflitos bélicos, “a família [...], é desfalcada pela mobilização”.

pelos membros da Liga, que afirmavam categoricamente que, “[...] *muito lento é esperar dos poderes publicos reformas que atinjam os perigos sociaes. É da propaganda dos médicos, que poderá resultar algum proveito para o grupo humano*” (MOREIRA, 1929, p. 03).

Essa propaganda tinha o claro caráter de propagar o que para os higienistas eram os princípios de uma Nação saudável. Os *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, por exemplo, mantinham esse caráter doutrinário, de inoculação de hábitos e de apelo moral. Assim,

[...] os ‘Archivos’, como órgão oficial da Liga Brasileira de Hygiene Mental, têm uma grande e nobre missão a realizar: órgão de **doutrina e combate**, elles se propõem a abrir, em nosso meio, a senda por onde possam enveredar, crescer e frutificar os ideaes de hygiene mental e eugenia, que consubstanciam o programa d’aquella Instituição (CALDAS, 1929, p. 01, grifo nosso).

Transformar os valores preconizados por um pequeno núcleo de médicos em valores universais era o objetivo da Liga. Era preciso transmitir a idéia de que esses eram valores de toda a humanidade, universais, naturais e, por isso mesmo, eternos. A Liga exortava seus membros a transformarem seu meio de propaganda num porta-voz da moral nascente. Como confessou Esposel (1925, p. 105), “[...] *eu pleitearia que a Liga de Hygiene Mental fizesse maior propaganda e adoptasse um programma pratico para realizar nas massas uma formação moral mais apurada*”.

A Liga sabia que, para ser efetiva, sua moral deveria penetrar nas entranhas da população, materializar-se como hábito e efetivar-se como prática social. Mas, para consolidar-se efetivamente como ideário na consciência das massas, a linguagem utilizada em seu periódico oficial não poderia estar circunscrita ao âmbito médico, acadêmico ou intelectual. Os *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, para cumprir com seu papel de propagar as idéias da Liga, deveria ser de fácil entendimento para as massas. Como ressaltou Roxo (1941, p. 03),

[...] é preciso inculcar no ânimo da população o modo pelo qual se deve evitar a doença mental. E não basta escrever artigos a respeito. É preciso que eles despertem interesse e sejam lidos. Por este motivo não devem ser longos, nem recheados de termos científicos.

A Liga almejava criar, com a propaganda, uma nova referência às massas, que passavam por um intenso período de crise moral e de consciência. Esse processo de crise brotava do próprio ventre das relações estabelecidas no capitalismo²⁷. A Liga não desprezava esse fato. Em polêmica com socialistas da época, afirmavam que,

[...] por esse carácter proprio, não constituíam somente uma mera questão econômica, como affirmam os socialistas, mas uma grande questão moral da maior actualidade, e por essa vereda, um assumpto prendendo-se a outro, toda a magna Questão Social da época (PENAFIEL, 1925, p. 14).

Naturalmente, a questão não seria só econômica, mas a Liga se fixava na forma, e não no conteúdo da crise. A moral era um dos resultados dessa crise, e não sua causa. Importa ressaltar, entretanto, que a Liga não desconhecia e muito menos ignorava que uma moral em crise era tão capaz de assimilar outra moral quanto uma esponja a água.

Com isso, a Liga traçava uma linha divisória entre a moral que deveria ser desprezada e a que deveria ser assimilada pelas massas. A linha que estabeleciam para definir qual moral deveria prevalecer era clara: se partisse das massas insurrectas, era distúrbio; se partisse da Liga, era profilaxia. Como enfatizou Esposel (1925, p. 105, grifo nosso),

para provar com mais elementos, acrescento que acredito piamente no effeito de um tal systema de formação moral como prophylactico das psycho-neuroses ou mesmo do nervosismo sem

²⁷ Souza (2001, p. 01-02), explica que a expressão “crise de consciência” é definida como “[...] aquele momento, mais intensamente manifesto, em que os registros mentais [...], constituídos no interior de uma dada formação social anterior, se defrontam com uma nova realidade emergente, que exige aptidões humanas ainda não existentes para viabilizar a sobrevivência”.

rotulo, de disturbios elementares do systema nervoso, que fazem, muita vez quando não amarga e torturada; disturbios, esses que podem gerar paixões, crimes, **idéas extremistas, reivindicadoras ou revolucionárias.**

Interessante notar como idéias que preconizavam categoricamente a esterilização não foram vistas como extremas. Mais: o ideário higienista, como princípio moral, não era visto somente como uma alternativa, mas o único meio de assegurar o futuro da humanidade. A Liga se tornava, então, a tutora da moral humana. Os *Archivos*, neste caso, estavam para o país como a Bíblia para os cristãos. Portadora da nova moral que libertaria a humanidade dos perigos degenerativos, a palavra de redenção dos *Archivos* deveria ecoar nas mentes dos degenerados como as palavras do “Profeta” ecoaram sobre as mentes dos hereges. A propósito desse caráter “bíblico” dos *Archivos*, afirmaram certa feita,

[...] pretendem ser os ‘Archivos’ não só um repositório do que se publique sobre o assumpto em nosso meio, ou alhures, mas também, si possível, um nucleo de attracção de proselytos, no amplo dominio dessa Hygiene Mental, que com justo direito aspira tornar-se **a moral universal de amanhã** (EDITORIAL, 1925, p. 01, grifo ao autor).

A moral, então, torna-se o canal pelo qual as aspirações higiênicas penetrariam no imaginário social. Bastava seguir os “mandamentos” dos *Archivos* para que a sociedade franqueasse seu lugar neste novo horizonte moral. Mas aqui surge uma questão: se a mente humana é determinada pela hereditariedade, de que adiantaria investir em ensinamentos morais?

A concepção hereditária não foi abandonada, mas agora era a educação do pensamento das massas que precisava ser resgatado. Se a “depuração social” não foi possível por meio da esterilização, restou investir na educação da população para que o higienismo pudesse atuar em outro âmbito: no pensamento. Assim, “[...] *a educação higienica das funções do pensamento (...), é dos mais importantes e constantes problemas de pedagogia*” (RADECKI, 1925, p. 56).

Com isso, os higienistas encontraram uma solução de compromisso entre a hereditariedade e a educação. Como afirmaram em comunicação à população,

Si, (...), foi dotado V. Excia. de taes qualidades moraes e intellectuaes, em parte porque as herdou dos seus progenitores, em parte porque recebeu uma educação adequada ao seu temperamento, não ignorará por certo que neste mesmo meio social em que V. Excia. é um vencedor, milhares de creaturas existem que fracassam em todas as suas tentativas para melhorar de sorte(...) (A CAMPANHA..., 1934, p. 63).

Se os “predispostos” estavam condenados pelo fator hereditário, que pelo menos fossem educados para adaptar-se ao meio. Para que seu ideário penetrasse no foro moral das massas, os higienistas não pouparam recursos e meios. Bastava para isso uma boa dose de “valores higiênicos”. Com isso, os membros da Liga reafirmavam a predominância do fator hereditário, mas não negavam mais o poder de fixar novos valores por meio de uma educação moral da população. A capacidade hereditária para absorver esses valores é a mesma, o que mudou foi o valor que atribuíram ao papel da educação. Conforme destacou Radecki (1925, p. 46), “[...] o educador, pois, ‘educa’ a fixação, não pode, porém, modificar a capacidade”.

Entenda-se por “educar” a preconização de valores apregoados pelos membros da Liga. Mas em que consistem esses valores? Radecki (1925, p. 75) nos explica que esses valores são,

[...] as regras da moral religiosa, o código penal, as leis tradicionais, etc., não são outra coisa mais que os extractos formulados dos conjunctos de valores, que cada pessoa é obrigada a observar na sua vida particular e coletiva além dos valores elaborados pela experiência individual.

Os valores abarcariam vários domínios da atividade humana, sendo eles os “[...] valores *ethicos, estheticos, econômicos, sociaes, altruísticos, egoísticos, etc.*” (RADECKI, 1925, p. 75). Assim, valor é aquilo que é determinado pelo meio, tendo

o indivíduo a obrigação de adaptar-se a ele. Como assinalou Radecki (1925, p. 75), “[...] *todas relações sociaes baseam-se sobre o que é acceito pelo meio de accôrdo com definidos valores que normalizam a actividade dos individuos*”. E quem seria o responsável pela “normalização” desses valores? É o próprio Radecki (1925) quem explica. Segundo esse autor,

[...] onde quer que a collectividade social ou o governo opere com a força exercida sobre os subordinados, elle deve poder impôr os valores negativos no caso de não obedecerem às suas ordens. O castigo representa neste caso o valor negativo que cada individuo tem que tomar em consideração na deliberação das suas acções (RADECKI, 1925, p. 75).

Os membros da Liga estabeleciam como valores positivos aqueles fundamentados na adaptação ao meio e como negativos aqueles impostos aos eventuais “transgressores” destas normas.

O processo de crise pelo passava qual o mundo fez com que os valores até então apregoados entrassem em xeque. As preocupações que os membros da Liga expressavam no plano teórico repetiam as preocupações em manter sob ordem um mundo abatido por crises em todos os planos: na família, no trabalho, no exército, nas escolas, etc. Desta forma, esperavam que essa “crise de valores” pudesse dar lugar a valores mais “saudáveis” - valores estes em franca convergência com os defendidos pela classe dominante naquele momento.

A preocupação, portanto, era conservar determinados valores então ameaçados pelo processo de crise social. Mas quem eram esses indivíduos que, para a Liga, pervertiam os valores? E que valores efetivamente eles ameaçavam?

Por sua relação com o Estado, denominada anteriormente de organicidade *sui generis*, os valores que os membros da Liga queriam garantir eram os mesmos que o Estado defendia. Os indivíduos “transgressores” desses valores, neste caso, eram considerados criminosos ou “delinqüentes”, já que feriam os princípios não somente sociais, mas também legais. Entretanto, esse critério de criminalidade era analisado desde um ponto de vista médico, como se fosse uma conduta

“anormal”, motivada por fatores hereditários. Conforme assinalado (RESENHAS, 1934, p. 158),

[...] trata-se ainda da questão de determinar as disposições que crêam a adaptação ou não adaptação do individuo ao meio. Essas disposições, ou são normaes, ou pathologicas. Nessas ultimas se contam as tendencias as acções immoraes ou delinquentes.

Com respeito ao estudo desses “delinqüentes, alerta Carrilho (1925, p. 134),

[...] da maior importancia será o estudo dos factores hereditários que actuaram na formação de sua personalidade, do modo pelo qual n’elles se revelam as tendências instinctivas e as aptidões, afim de que sejam apuradas as taras somaticas e psychicas que, acaso, tivessem influido na determinação dos varios delitos.

Uma vez que a causa de tais delitos era médica, os “delinqüentes” deixavam de ser somente caso de polícia para serem também “auspiciados” pelos tratamentos médicos, que os membros da Liga se propunham a ajudar a prover. Com semelhante deslocamento de funções, as cadeias seriam igualmente substituídas por hospícios ou transformar-se-iam em centros de observação. Como assegurou Carrilho (1925, p. 132),

[...] se assim é, se as reacções antisicoaes reflectem, de algum modo, as deficiências e as perversões psychicas dos indivíduos que a ellas são levados, o problema de delinquencia é por excellencia um capitulo da hygiene e da prophylaxia mentaes e, consequentemente, as penitenciarias devem constituir centros de estudos e de convergencia de realizações praticas visando a orthopedia psychica dos delinquentes.

Destarte, os membros da Liga emprestavam um fundamento hereditário a um problema de ordem social. Naturalizaram, por assim dizer, um fenômeno “por excelência” social. Com isso, os “contraventores” da ordem, das normas e dos

valores eram “delinqüentes”, cujas “tendências instintivas e aptidões” eram determinadas por fatores de natureza hereditária.

Aqui aparece uma vez mais o sentido evolucionista que a Liga atribuía ao desenvolvimento social. Era como se as tendências hereditárias, e não o desenvolvimento social, determinassem a história. A espinha dorsal da história deixa de ser o sujeito histórico para ser a herança hereditária. Como a hereditariedade não muda, a história permaneceria a mesma, sempre e eternamente. Uma vez mais os limites da análise da Liga se encerram nos limites do pensamento da classe dominante da época.

Fica um hiato, entretanto, a ser preenchido: que valores eram esses que os membros da Liga temiam tanto serem afetados? Com que tipo de valores esses “delinqüentes” se chocavam? Quais os principais “delitos” que praticaram? Aqui o maior de todos os “valores” aparece nas palavras da Liga, ao enfatizar, sem rodeios, que são os “[...] *delictos contra os costumes sociaes, delictos contra a propriedade*” (RESENHAS, 1934, p. 333).

Todos aqueles que de alguma maneira ameaçavam a propriedade privada eram tidos como “delinqüentes”, indivíduos portadores de uma hereditariedade que os impelia ao crime, à destruição dos “costumes” e que feria de morte o coração do capital e do Estado. Para a maioria dos “delinqüentes” a ajuda poderia partir de uma “boa dose” de educação ou de instrução higiênica. Mas um outro tipo de delinqüência não tinha cura, porque o crime do delinqüente não tinha perdão. As palavras da Liga são claras nesse sentido:

[...] dir-se-hia, entretanto, que, para mais uma vez ficar provado não haver regra sem excepção, defronta-se o psychiatra com o caso unico em que a instrucção somente póde ser prejudicial: é o dos perversos irreformaveis. Nomeadamente aquelles amoraes que têm incoercivel tendencia a delinquir contra a propriedade [...] (RIEDEL, 1925, p. 215).

Vê-se sem dificuldade quem eram os “delinqüentes” e que tipo de “valores” comprometiam. A posição ideológica da Liga aparece indisfarçável. A despeito de

seu fundamento “médico”, o olhar lançado pela Liga à sociedade não se chocava em nada com o olhar do Estado. A grande diferença é que, para a Liga, a sociedade era como que um organismo, que funcionaria “bem” se dependesse da “elite eugênica” e padeceria de sérias enfermidades caso não se “depurassem socialmente” os indivíduos hereditariamente “anormais”.

Desta forma, qualquer “disfunção” nesse organismo mereceria “correções” profiláticas, que variavam da tentativa de “esterilização” até a imposição de valores higiênicos. Entretanto, nos casos em que os “delitos” atingissem as leis que garantiam a propriedade privada, nenhuma correção era possível e o banimento era, neste caso, o melhor remédio. Assim,

[...] um individuo totalmente normal não irá jamais deliberadamente pôr-se em conflito com as leis penaes. É geralmente por perversão, por fraqueza, por arrastamento, por impulsão, ou por qualquer outro phenomemo psychopathico que o crime ou o delicto são determinados. A repressão, para ser efficaz, não deve exercer-se automaticamente, calculada tão só e segundo a natureza e a gravidade da infração. Deverá, ao contrario, ser individualizada, adaptada á mentalidade do criminoso, e deve visar a emenda do criminoso, se tal for possivel, o seu simples afastamento da vida social, si não houver outro remedio (RESENHAS, 1925, p. 174).

De todos os “valores” defendidos pelos higienistas, o maior deles, aquele em relação ao qual nenhuma enfermidade estaria justificada, nenhuma “anormalidade” teria solução e nenhum “delito” teria perdão, esse valor sagrado era a propriedade privada. Ao transformar os fenômenos humanos em fenômenos naturais – e não históricos e sociais – a Liga permitia que as propriedades humanas também se tornassem propriedades naturais. Sendo assim, qualquer ameaça a esse direito “natural” seria tomado como um desvio.

Uma vez naturalizados, tanto os valores morais como a propriedade privada eram eternizados, ratificando o axioma segundo o qual os valores dominantes de uma época são os valores da classe dominante daquela época. Essa linha de raciocínio conduzia a preterir o fato de que esse direito “natural” era restrito a

menos de um terço da sociedade, enquanto a maioria era premiada em nome dessa lei natural.

A preocupação fundamental da Liga era manter a estabilidade do país. A depuração social não era outra coisa que não um dos recursos utilizados pelos membros da Liga para manter a estabilidade social. Com isso a manutenção da propriedade privada estava garantida, desde que, naturalmente, os “delinqüentes” não oferecessem mais ameaças a esse “valor”. Para isso, era preciso diferenciar quem fazia parte da “elite eugênica” e quem não fazia.

O ponto de vista que sustentava a concepção dessa elite, para a Liga, estava baseado naquilo que ficou conhecido como o “social-darwinismo”, corrente de pensamento que transporta para o campo social a concepção de Darwin sobre o mundo animal. Segundo essa vertente de pensamento, na luta social, assim como no reino animal, vence o mais forte, o mais apto e supremo dos homens. No caso do Brasil, essa concepção traduzia em linguagem médica as diferenças sociais entre as classes mais e menos fortes economicamente. Para a Liga, os mais fracos economicamente eram identificados como mais fracos do ponto de vista hereditário. Sua predisposição ao processo degenerativo era hereditariamente determinada.

Antes de entrar no processo de “depuração social” era preciso “diagnosticar” corretamente quem fazia parte dos “predispostos” à degeneração. Uma vez “diagnosticados” esses sujeitos, o processo de profilaxia seria mais bem aplicado. Mas como “diagnosticar” essa gente? Como estabelecer um critério seguro e “científico” que não desse margem a dúvidas? Que instrumento utilizar para esse fim? Como, enfim, medir essas diferenças?

Surge a necessidade, então, de submeter esses “predispostos” a instrumentos de medida. Mas não eram a altura ou o peso as medidas que a Liga queria encontrar. Em se tratando de higiene mental, a unidade de medida não poderia se encontrar em outro lugar que não a própria mente. Os testes psicológicos, portanto, encontram na Liga seu espaço. Nesse grande “edifício

social”, os testes psicológicos estiveram para a Liga como o prumo para uma construção: de ambos se espera que denunciem o (des)equilíbrio da obra.

Como o objetivo da Liga era criar uma educação sob medida, era preciso que os testes fossem aplicados nos mais diversos domínios da vida humana. De todos os âmbitos da vida, a Liga privilegiou quatro setores para estabelecer uma educação sob medida. Neste capítulo analisaremos três destes: os imigrantes, o exército e a indústria. A escola será matéria de estudo no último capítulo dessa dissertação.

3.2 Imigrantes: o perigo vem de fora

O fenômeno da imigração²⁸ não passou despercebido aos membros da Liga. A crise em muitos países imperialistas, sendo a guerra o paroxismo dessa crise entre eles, afugentou muitas pessoas, que vieram para o Brasil em busca de uma melhor condição de vida. Cavalcanti (1945-46, p. 52) assinalou, descontente, que

[...] atualmente temos egrêssos da guerra, seja da luta mesma ou de campos de concentração, de cidades bombardeadas, de zonas confusas e famintas. Serão indivíduos quase que expulsos de suas pátrias, como na guerra passada se verificou, países que impeliram todos os seus filhos imprestáveis, física e mentalmente, para a América Latina, ótimo campo para êsses doentes disfarçados.

Mas essa não era uma necessidade unilateral, ou seja, uma necessidade apenas do imigrante de sair de seu país e encontrar uma vida melhor em outro. O Brasil, órfão de mão-de-obra qualificada no início do processo de industrialização, também necessitava de trabalhadores que já haviam acumulado alguma

²⁸ Segundo Furtado (1970), somente no continente latino-americano, entre 1900 e 1930, houve um crescimento na taxa decenal de crescimento populacional em cerca de 20%. Já Basbaum (1986), assinala que entrou no país mais de 1 milhão de imigrantes.

experiência com as máquinas²⁹. O imigrante europeu, por exemplo, atendia a essa exigência produtiva.

A experiência do trabalhador europeu, entretanto, não estava restrita à produção: esse acúmulo também se dava no plano político. Com mais experiência acumulada na Europa do que os brasileiros que acabavam de aprender o bê-á-bá da luta de classes no Brasil, os imigrantes encabeçaram muitas lutas por melhores condições de trabalho, salários e outras questões de ordem econômica e política (BASBAUM, 1986).

Enquanto os operários brasileiros estavam no processo de “acumulação primitiva” de suas reivindicações, os operários europeus já se encontravam na fase “imperialista” da luta de classes. No Brasil as greves “engatinhavam”, na Europa elas já se encontravam em estado “senil”. A experiência que faltava entre os operários brasileiros foi nutrida com a experiência dos operários imigrantes. Com a expansão do capitalismo mundial, a luta de classes no Brasil era falada em vários idiomas.

Essa era a preocupação essencial do governo Vargas, por exemplo, que não desconhecia o âmbito internacionalista da classe trabalhadora e o papel, nesse processo, dos imigrantes, cuja entrada no país ele queria desencorajar. Conforme salientou a esse respeito,

[...] no mundo contemporâneo há clima propício a todas as ideologias. Não devem procurar o Brasil os que professam convicções em desacôrdo com as nossas, os que pretendem infiltrar no espírito brasileiro o falso e cômodo internacionalismo que dissolve as energias patrióticas e pode servir a tudo e a todos, conforme o preço e as ocasiões. Êsses não terão mais entrada no país (VARGAS, 1943, P. 293).

A indulgência do governo com “todas ideologias” excluía, naturalmente, a da classe trabalhadora, a única que efetivamente ameaçava o governo. Uma

²⁹ Cavalcanti (1945-46, p. 54) também reconheceu essa necessidade, assinalando que “[...] tanto o imigrante como o capital estrangeiro, são úteis ao país”.

questão que fica em suspenso é a de saber qual seria o “verdadeiro” internacionalismo, já que um deles é considerado falso. Seja como for, não cabem dúvidas de que a preocupação do então presidente dizia respeito ao internacionalismo proletário, já que era a única ação efetiva que os imigrantes engendravam e que mereceu o “convite” do Presidente para que esses “internacionalistas” não retornassem mais ao país.

Também aos olhos dos membros da Liga, estes imigrantes ofereciam uma forte ameaça à estabilidade social do país. As opiniões divergiam quanto às soluções que deveriam ser dadas. Alguns membros da Liga, acossados pela idéia de que os imigrantes eram uma ameaça iminente ao progresso da nação, acreditavam que esse era um mal que deveria ser “extirpado” do “organismo social”. Outros, ainda que a contragosto, tentavam encontrar no fenômeno de imigração algo mais que um mal. Todos, entretanto, concordavam em que, para permanecer no país, os imigrantes deveriam passar por um rigoroso processo de “triagem”, para que fosse filtrada a entrada dos mentalmente comprometidos. Assim,

[...] no trabalho de defesa, de prevenção e de prophylaxia, urge cuidar de medidas de eugenia, que visem diminuir os maleficios da hereditariedade pathologica, agitando a necessidade de regulamentar o casamento, talvez a de segregar ou de esterilizar os grandes deficientes, mas certamente a de pôr cobro a livre entrada de immigrants de mentalidade anormal e de deportar os que conseguirem penetrar no paiz, provado que já não desembarcaram no estado de saude mental (NOTICIARIO, 1925, p. 194).

O processo de “seleção imigratória” ganha proporções inelutáveis para os membros da Liga. Existia um consenso em torno da questão da fiscalização dos imigrantes. De certa maneira os membros da Liga estavam de acordo quanto a um forte processo de fiscalização dos imigrantes para que o Brasil não se tornasse um “cano de escape” de pessoas indesejadas provenientes de outros países. Essa posição pode ser sintetizada nas palavras de Moreira (1925, p. 109), segundo o qual,

Temos, pois, de fiscalizar os elementos que nos chegam de todas as partes do mundo, pois não nos devemos conformar com a pouco agradável posição de escoadouro de quanto emigrado indesejável, sob o ponto de vista mental, que porventura para aqui se dirija.

A convergência de opiniões acerca desse processo de fiscalização se devia ao fato de que todos os membros da Liga sabiam que o Brasil, por sua vasta extensão territorial, possuía espaço suficiente para acolher pessoas vindas de outros países. Além disso, o país passava por um intenso processo de industrialização, necessitando de mão-de-obra qualificada para o trabalho nas fábricas. Concomitantemente, necessitava-se fundamentalmente do maior número de braços possível para o trabalho rural. O governo brasileiro não escondia essa necessidade, assinalando que “[...] o Brasil continua a ser país de imigração por força da necessidade de povoar o seu vasto território. Precisamos de braços numerosos e adestrados, principalmente no cultivo da terra” (VARGAS, 1943, p. 291).

A Liga também não ignorava o fato de que a imigração era um fenômeno irreversível e necessário. A condição para isso, entretanto, era que não fossem esses imigrantes “indesejáveis” o fator de aprofundamento da crise em que o país vivia (MOREIRA, 1925, p. 109).

A par dos fenômenos mentais, a Liga lançava um olhar a partir do ângulo quantitativo, ou seja, sobre o número de imigrantes que entravam ou deveriam sair do país. O problema central, entretanto, era qual função social poderiam cumprir esses imigrantes, principalmente seu papel ante o processo de luta de classes.

À Liga interessava apenas saber se esses imigrantes comprometeriam ou não seu projeto de criar uma elite eugênica, daí o motivo de estabelecer critérios à sua seleção, evitando que entrassem no país imigrantes sem utilidade produtiva ou que prejudicassem a Nação com suas doenças. Como afirmou Pacheco e Silva (1925, p. 34), “[...] o Brasil carece e muito de braços para a sua expansão, mas de gente sadia, que venha melhorar as nossas condições de vida e que seja ao

mesmo tempo um factor eugenetico" (p. 34)³⁰. Tomando a nação por meio de sua composição "eugênica", a Liga imaginava que o progresso da Nação estava determinado pelas qualidades raciais de seus indivíduos; ou seja, se o desenvolvimento dos indivíduos está garantido por suas qualidades "saudáveis", então uma "Nação saudável" estará assegurada.

A Liga estava "sintonizada" com as necessidades produtivas do país e queria selecionar, no processo de imigração, aqueles que poderiam contribuir com o processo de produção, principalmente no âmbito rural, carente de farta mão-de-obra. Nesse processo de seleção queriam evitar apenas uma coisa: que os "incapazes" para esse campo de trabalho migrassem para as cidades, errando pelas ruas e ampliando o contingente dos "indesejáveis". Como advertiu Cardoso (1925, p. 144),

[...] anualmente se transportam para o nosso paiz individuos de varias precedencias, com costumes, indoles, temperamento e educação diversos, com idéas falsas e não raro absurdas com relação ao Brasil e que atraz dos favores outorgados pelo governo, aqui chegam como immigrantes agricultores, quando nada conhecem de agricultura. E, ao envez de irem cultivar os campos, fogem à vida agrícola, porcurando os grandes centros, onde vão agravar as condições econômicas das populações urbanas e se entregam aos vicios e maos costumes.

O destino desses "indesejáveis"! Não era muito dificultoso eleger o Estado para onde se dirigirem, já que um deles crescia em expansão e profundidade, transformando-se sua capital em uma das mais importantes metrópoles do país. A preocupação da Liga não era somente para onde se dirigiam, mas as conseqüências que traziam essas levas de imigrantes para o destino do Estado. Pacheco e Silva (1925, p. 29) assinala que, "[...] a maioria dos estrangeiros que

³⁰ Cavalcanti (1945-46, p. 53) manifestou-se com as seguintes palavras a esse respeito: "[...] é necessário valorizar tanto o brasileiro nato como incrementar em grande escala a imigração de elementos sadios, realizar uma triagem rigorosa entre os adventos, tanto adultos quanto crianças, sem distinção de nacionalidade, uma seleção perfeita principalmente quanto às suas características neuro-psíquicas, uma seleção de modo a não permitir que se integrem e permaneçam no meio gregário brasileiro, indivíduos tarados, perturbados, cheios de complexos, desajustados, enfim, imigrantes que não servem porque, em lugar de nos ajudar, vêm como peso morto".

*aportam ao Brasil dirige-se para S. Paulo, e é aqui que melhor se podem apreciar as consequências da falta de seleção entre elles*³¹. Mas quais eram essas conseqüências que tanto temor provocavam na Liga? Os dados coletados por Pacheco e Silva (1925, p. 29), no Hospital Juqueri levaram ao seguinte quadro:

NÚMERO DE “DOENTES MENTAIS” ESTRANGEIROS HOSPITALIZADOS NO BRASIL

Annos	Brasileiros		Estrangeiros		Porcentagem de alienados criminosos brasileiros	Porcentagem de alienados criminosos estrangeiros
	Total dos doentes entrados	Alienados criminosos entrados	Total dos doentes entrados	Alienados criminosos entrados		
1921	286	12	108	11	4,1%	10,1%
1922	192	15	75	4	7,8%	5,3%
1923	208	10	59	5	4,8%	8,4%
1924	180	7	58	5	3,8%	8,6%

Fonte: ABHM, Pacheco e Silva, 1925, p. 29.

Destarte, a Liga temia que não somente esses imigrantes fossem “inaptos” para o processo produtivo, mas também que seu bilhete de viagem tivesse como destino não as fábricas ou os campos, mas o manicômio.

Onde a Liga analisava somente problemas de ordem “mental” e “hereditária” se escondia um profundo problema de “natureza” política, já que esses imigrantes em verdade haviam caído num verdadeiro “conto do vigário”. Embora a taxa de imigração tenha decrescido, o número de “alienados

³¹ São Paulo, nesse momento, ocupava destacado papel como centro produtivo, político e social no Brasil. Até 1907, o Estado estava em segundo lugar em matéria de importância produtiva, perdendo apenas para o Distrito Federal – Guanabara – com o Rio Grande do Sul em terceiro lugar (BASBAUM, 1986). Entretanto, a partir de 1910, o Estado passa ao primeiro lugar na produção industrial do país. Basbaum (1986), apresenta o seguinte quadro na hierarquia de empresas no país: número total de empresas de madeiras no Brasil: 1207, sendo 183 em São Paulo e 95 no Distrito Federal; número total de metalúrgicas no país: 509, sendo 142 em São Paulo e 131 no Distrito Federal; número total de empresas químicas no Brasil: 950, das quais 265 em São Paulo e 232 no Distrito Federal; empresas de alimentação: total de 3.969 no país, com 1.267 em São Paulo e 203 na Capital; finalmente, das 1.988 empresas de vestuário no país, 736 ficavam em São Paulo e outras 422 no Distrito Federal.

criminosos” se manteve em razão de que os que se inteiraram da farsa do governo não imigraram mais para cá, enquanto os que apostaram na ilusão de “enriquecer” tombaram vítimas do descaso e da marginalidade. Como reconheceu Basbaum (1986, p. 143),

[...] a causa desses *déficits* imigratórios era o ‘aliciamento por meio de uma propaganda desonesta de mirabolantes vantagens oferecidas pelo Brasil ao lavrador (...). Verificando aqui que deviam aceitar uma situação de simples colonos, deram trabalho às autoridades e acabaram se dispersando falidos moralmente, presas fáceis do crime, elementos de anarquia e desintegração.

A Liga, no entanto, não estava preocupada com as razões políticas e sociais desse processo de marginalização. Para ela importava resolver o problema, não exigindo do governo que honrasse o compromisso que assumira, mas que revigorasse a seleção dos imigrantes, como se fossem eles, e não a “propaganda desonesta” do governo, a causa do problema. A Liga deixava o governo livre de suas responsabilidades, imputando aos imigrantes as causas dos crimes, por julgá-los inaptos ao trabalho, e não porque esse trabalho para o qual haviam sido convidados não existisse. Como reafirmou Pacheco e Silva (1925, p. 29), o objetivo da Liga era “[...] sanar as dificuldades creadas por um numero de individuos inaptos para o trabalho”. Com isso, a única exigência da Liga ao governo não era desmentir as promessas de terras, mas que coibisse a entrada desses indivíduos “perigosos”. Nas palavras de Pacheco e Silva (1925, p. 27),

[...] de facto temos tido occasião de observar vários casos que demonstram a necessidade urgente em que se encontram os nossos governos de estabelecer medidas rigorosas, afim de cohibir o ingresso de individuos perigosos ao nosso meio social.

Desta forma, os imigrantes logo eram associados a criminosos ou predispostos ao crime, afetando não só a produção, mas também o que mais importava à Liga: a raça. As cobranças da Liga então redobram quanto aos procedimentos de seleção de imigrantes, pois, se interessava ao governo maior

quantidade de mão-de-obra, para a Liga eram considerados indesejáveis sujeitos que pudessem comprometer a composição racial do país. Neste sentido,

[...] desnecessario se torna assignalar o alcance de providencias nesse sentido, cujos effeitos se fariam sentir immediatamente, não só em relação á criminalidade que entre nós tem augmentado extraordinariamente, como tambem contribuiria para a selecção da nossa raça, afastando elementos nocivos que só servem para influir maleficamente na constituição das futuras gerações brasileiras (PACHECO e SILVA, 1925, p. 27).

Assim, com o fito de dificultar a entrada dos imigrantes considerados “perigosos”, a Liga propôs um rigoroso exame de seleção. Se o problema dos imigrantes era a doença mental, que conduzia ao crime, então era preciso “testar” as capacidades dos imigrantes para ter certeza de que eram “aptos” do ponto de vista mental. Com isso, selecionavam melhor não só a mão-de-obra mais qualificada, mas também aqueles que não ofereciam riscos à degeneração mental da raça.

Não obstante, um problema se impunha: como aplicar qualquer teste se grande parte dos imigrantes não sabia ler ou escrever? Esse problema antecedia qualquer “teste” e a Liga teria que resolver esse detalhe antes de submetê-los ao processo de seleção.

A questão do analfabetismo, então, se transforma no primeiro obstáculo que deveria ser desobstruído pela Liga. Com isso, um dos primeiros critérios de seleção era estabelecer quem sabia e quem não sabia ler e escrever. A esse respeito, comenta a Liga, “[...] *temos de fiscalizar a saude physica e mental da gente que nos chega dos outros povos. Não devemos deixar entrar no territorio nacional emigrante doente ou que não saiba ler e escrever*”³² (NOTICIARIO, 1925, p. 197).

³² A questão para a qual não conseguimos uma resposta satisfatória nos *Archivos* poder ser resolvida da seguinte maneira: em qual idioma os imigrantes deveriam saber ler e escrever? Em português ou no idioma de origem? Tudo indica que a Liga exigia a alfabetização dos imigrantes em sua língua materna, mas essa é uma interpretação ainda carente de registros.

Esse critério seletivo tinha sua razão de ser no fato de que seria impossível - ou quase impossível - para a Liga inocular o ideário higienista em pessoas que mal sabiam o alfabeto. Como aplicar a profilaxia mental em pessoas analfabetas, se para entender o higienismo antes de tudo era preciso entender o alfabeto? Essa questão foi assinalada pela Liga ao definir que, “[...] *visto que o alfabeto é essencial á compreensão do valor da saude e ao aproveitamento da educação higienica, nenhum immigrante que não saiba ler e escrever correntemente deve ter entrada no paiz*” (RIEDEL, 1925, p. 211).

Em torno da questão do analfabetismo – não somente dos imigrantes, mas de toda a população – debatia-se toda a sociedade, da Liga ao Governo Provisório. Não era para menos. Por volta de 1930, por exemplo, o Brasil “[...] figurava nas estatísticas, em matéria de alfabetização, entre os mais atrasados do mundo, ao lado da Índia, do Egito, do Paraguai e do Equador, com 75% de analfabetos” (BASBAUM, 1986, p. 194).

A preocupação da “alfabetização” não respondia somente ao simples interesses de ensinar a ler e escrever. Era preciso pular logo essa etapa para que a população passasse ao mais importante: ser educada, não somente alfabetizada.

Milhares de trabalhadores tinham colocado sua força de trabalho à disposição do capital. Outros milhares de brasileiros e imigrantes compunham o “exército de reserva” da classe trabalhadora, ajudando com isso a rebaixar os salários dos que estavam empregados. Se sobravam braços para o trabalho, faltavam trabalhadores com nível intelectual suficiente para assumir funções qualificadas (BASBAUM, 1986). Eis que a preocupação com o trabalho técnico surge como uma necessidade imperiosa. Como assinalou Vargas (1943, p. 321), “a instrução de que precisamos desenvolver, até o limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo na época caracterizada pelo predomínio da máquina, é impossível trabalho organizado”.

Desta forma, com o processo de organização do Estado, da produção e principalmente a modernização das forças produtivas, o Brasil necessitava

alfabetizar o maior contingente possível de trabalhadores para que, a partir daí, estes pudessem receber a educação necessária à sua formação técnica, moral, intelectual e higiênica. Como reconheceu o governo da época,

[...] todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: **física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola**, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional (VARGAS, 1943, p. 320, grifo nosso).

Com isso, o sinal para a alfabetização em massa estava aberto. Essa era a real necessidade à qual a entrada dos imigrantes estava condicionada. A seleção, portanto, teria que ser realizada no sentido de “depurar socialmente” aqueles imigrantes que não poderiam cumprir nenhum papel no processo de produção industrial ou rural.

Foi por volta desse período - década de 30 - que surgiram os testes preocupados com a alfabetização. Veremos no último capítulo desta dissertação como e por que esses testes eram aplicados nas escolas. Pra efeito de exemplo, citemos aqui um dos trabalhos que desenvolveu a Liga em uma fábrica do Distrito Federal, onde um dos testes aplicados era o “[...] o ‘*test de Bourdon-Radecki*’, para analphabetos” (ACTAS..., 1925, p. 220).

Outro teste importante que surgiu voltado à questão da alfabetização, embora endereçado às crianças e não necessariamente aos imigrantes, foi batizado de “Testes ABC”. O objetivo deste teste era verificar “[...] a relação entre maturidade e aptidões necessárias à aprendizagem da leitura e da escrita” (MONARCHA, 2001, p. 28). Embora fosse esse o objetivo *técnico* do teste, o objetivo do autor era outro. Ao insinuar o papel da cultura na formação, o autor explica que, por esse termo,

[...] temos que entender adaptação convinável ao tempo e ao meio, orientação das novas gerações aos problemas da vida presente, já nos seus variados aspectos de defesa da saúde,

produção da riqueza, já nos de **equilíbrio e melhoria das instituições sociais** (LOURENÇO FILHO, 1957, p. 13, grifo nosso).

Destarte, para além das preocupações técnicas, a concepção dos testes descansava sobre o umbral histórico do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que abria ao cortejo técnico as ferramentas com as quais se manteria o “equilíbrio social”; e os imigrantes, para a Liga, ofereciam sérios perigos a essa estabilidade, salvo se devidamente examinados antes de entrarem no país.

Essa preocupação era comungada pelo governo, que expressava a opinião de que os imigrantes eram bem-vindos, desde que não contribuíssem com o agravamento da situação “desequilibrada” em que se encontrava o país. Como afirmou o então Presidente da República, “[...] o imigrante tem de ser, entre nós, fator de progresso e não de desordem e desagregação” (VARGAS, 1943, p. 292).

Era em nome da manutenção desse “equilíbrio” ou da “ordem social” que a Liga guardava profunda desconfiança quanto ao ingresso de estrangeiros no Brasil. Por isso o critério de seleção não poderia se reduzir a “diagnosticar” os analfabetos, ela deveria, também, recorrer ao âmbito mental, com o propósito de detectar aqueles que de alguma maneira poderiam ser vítimas ou disseminadores de idéias que provocassem o “desequilíbrio social”. Em conferência realizada na Liga, é consagrado o último ponto da discussão ao tema da política, interpretando-a, segundo as circunstâncias de então, como “[...] *factor occasional de distúrbios psychicos, durante as grandes convulsões sociaes*” (LOPES, 1929a, p. 108). Quem eram os responsáveis por essas convulsões? A Liga entendia que alguns dos principais responsáveis por semelhante processo eram provenientes de outros países.

Embora reconhecesse o papel “positivo” dos imigrantes quando devidamente selecionados, Cardoso (1925, p. 144) advertia de que,

[...] devemos conservar abertas as nossas fronteiras, para todos que quizerem colaborar comnosco para o nosso progredimento e desenvolvimento commum. Necessario se torna entretanto que

nos defendamos dos maos elementos, dos indivíduos indesejáveis, perigosos e perturbadores da ordem social.

O conceito de ordem social entre os membros da Liga, o governo e o Estado era de uma flagrante unidade. Os imigrantes poderiam trabalhar, enriquecer a burguesia, ajudar a desenvolver o capitalismo no Brasil, mas lutar por melhores condições de vida, de salário ou moradia estava fora de cogitação. A unilateralidade dos interesses salta aos olhos: ao capitalismo tudo, aos imigrantes, o rigor dos exames psicológicos.

Com essa finalidade, a Liga insistia na necessidade de se desenvolver um processo de “[...] *triagem dos imigrantes sob o aspecto psicologico*” (A CAMPANHA..., 1934, p. 71). Como reafirmaram, “[...] *é da maior importancia que seja instituida uma rigorosa fiscalização da imigração, com exame physico e mental de cada immigrante de modo a só admittir os individuos sãos*” (RIEDEL, 1925, p. 211). Isso porque, para a Liga, muitos imigrantes abarrotavam os hospícios, daí a necessidade de “[...] *legalizar e fazer a selecção individual dos immigrantes, visto ser grande o numero de tarados que aportam ao Brasil, vindos de outras terras*” (CALDAS, 1929, p. 159).

Os exemplos para tais procedimentos eram imitados da Inglaterra e principalmente dos Estados Unidos. Como afirmou Moreira (1925, p. 109),

[...] de nada nos servirá envidar esforços no sentido de melhorar as condições de saude physica e mental de nossa gente se tivermos sempre a chegar novas levas de taes indesejáveis. As medidas tomadas pelos Estados Unidos do Norte, pela Inglaterra em seus dominios, não foram mais do que resultante da verificação da somma de males provenientes da imprevidente liberalidade com que eram recebidos os emigrantes de toda parte do mundo.

Em que consistiam esses males? Segundo Moreira (1925, p. 110), a entrada de imigrantes em solo norte-americano ajudou “[...] *em grande parte o tremendo augmento de doenças nervosas e mentaes alli verificado*”. Para a Liga

esse era um dos fatores mais importantes que os impeliam a sustentar com cada vez mais convicção a necessidade da seleção de imigrantes.

Os testes, então, eram uma ferramenta importante na seleção dos imigrantes, para que fizessem, tal como nos Estados Unidos, uma “peneira” imigratória, estimulando ao trabalho os de boa saúde física e psíquica e desestimulando os considerados “predispostos” às doenças mentais. Mas, que teste psicológico usavam os norte-americanos e com que objetivo o empregavam?

A preferência dos norte-americanos no processo de seleção de imigrantes nos Estados Unidos era o teste Binet-Simon, que, a partir de 1908, foi padronizado naquele país por Henry Goddard (KAMIN e EYSENCK, 1981). O que pretendia Goddard com a aplicação destes testes? Segundo Kamin & Esysenk (1981, p. 108),

Goddard aplicou o teste de Binet, traduzido, junto com alguns testes ‘não verbais’, ou de ‘desempenho’, a vários ‘imigrantes médios’ chegados a Nova Iorque. Seus resultados pretendiam mostrar que 83% dos judeus, 87% de russos, 80% de húngaros e 79% dos italianos eram oligofrênicos.

O estudo, além de descortinar a superioridade econômica norte-americana transportada para o campo “racial”, revela também um problema técnico, já que, como observou Anastasi (1967, p. 639, grifo da autora),

[...] não se pode supor que estes grupos sejam amostras representativas de suas populações originais. Eles não são tirados proporcionalmente de todos os níveis educacionais e ocupacionais, mas geralmente constituem um grupo selecionado. Além disso, fatores seletivos poderão atuar diferencialmente em cada país. Conseqüentemente, os grupos imigrantes de diferentes nações **não são uma amostra razoável de suas populações originais nem são comparáveis entre si.**

A assimetria de desenvolvimento de um país com respeito a outro criava o inconveniente de que ambas as amostras não poderiam ser equacionadas. A avaliação não poderia obedecer a critérios unitários para demandas diversificadas.

A Liga pretendia aplicar um critério igual para um público desigual. Por essa razão, do ponto de vista técnico, a fundamentação científica desse procedimento ficou abalada.

A inconsistência científica desse processo de seleção sugere que dificilmente a aplicação dos testes encontraria maior respaldo que o dos interesses econômicos e ideológicos que ele pretendia satisfazer. Independentemente disso, é preciso enfatizar que o problema a ser resolvido nos Estados Unidos não era somente o de evitar a entrada maciça de imigrantes no país, mas também o de diminuir o número de doentes mentais que se alojavam nos hospitais psiquiátricos. Com isso, pretendiam diminuir os gastos com atendimentos dessa natureza. Como ressaltou Moreira (1925, p. 110), “[...] *para não citar muito, basta-me referir que o Estado de Nova York só em 1912 dispendeu com seus doentes estrangeiros nos hospitaes psychiatricos a respeitavel somma de 2.579.902 dollars*”.

Desta forma, a Liga utilizava os testes no processo de seleção dos imigrantes com o mesmo propósito que os norte-americanos. A preocupação também estava com o número de internados estrangeiros nos hospitais psiquiátricos do Brasil. Como alertou Moreira (1925, p. 111), “[...] *em uma estatística de dez annos (1905-1914) de pacientes admittidos no Hospital Nacional para tratamento de doenças mentaes, verificamos que em 7.212 alienados homens, 2.258, isto é, mais de 31% eram estrangeiros*”.

Da análise que a Liga fazia do número de “alienados” existentes nos hospitais psiquiátricos era sonogado o fato de que muitos destes imigrantes, iludidos com a “propaganda desonesta” do governo”, nem sequer tinham um lugar para viver, sendo o hospital o destino de quem provavelmente caiu no desespero. Assim, o hospital se transformou também no ambiente para imigrantes desempregados, sem perspectiva de vida, sem condições de sobreviver com os próprios recursos, afastados de suas famílias e abandonados à própria sorte.

Embora não fosse preparado por nenhum *gourmet*, há que se considerar que o quadro alimentício³³ não seria dispensado por alguém em condições de desemprego, faminto e sem perspectivas. Além disso, a Liga não queria contrariar seu ideário sequer no plano alimentar, o que significava que todo o planejamento nutricionista era orientado por concepções eugênicas, segundo as quais a alimentação interferia no desenvolvimento racial. A orientação era clara: “[...] *seleccionar os alimentos que tonifiquem e acalmem, eis um objectivo que concorrerá para que se aperfeiçõe a raça*” (LOPES, 1929, p. 35). Preservar esses princípios no hospício custava caro, principalmente num país de famintos.³⁴

Esses eram os gastos que, a exemplo dos Estados Unidos, os membros da Liga queriam evitar no Brasil. Daí a importância dos testes como critério definidor daqueles que iriam trabalhar e daqueles que, desclassificados, retornariam a seu país. Portanto, o que os higienistas queriam evitar era o ingresso no país destes imigrantes que, em última instância, no caso dos “indesejáveis”, estavam mais próximos dos hospícios que do trabalho.

O maior problema, entretanto, residia no fato de que esses “indesejáveis” tomassem conta das ruas, aderindo ao processo de luta que desnudava a crise em que o país vivia. O discurso eugênico por trás dos testes não era mais que um arremedo ideológico dos países imperialistas, que, por sua superioridade econômica, imaginavam-se também superiores como raça. A incongruência ideológica da Liga residia no fato de que, no Brasil, essa “raça superior” não encontrava justificativa econômica como país dependente e “inferior” aos países

³³ No “Hospital Colonia de Psychopaths”, por exemplo, o regime alimentar era o seguinte: “[...] às 6 horas da manhã – café (infuso de 100 grs.) com 20 grs. de assucar, 1 pão de 85 grs. de manteiga com sal. Às 10 ½ horas – almoço, consistente em 330 grs. de arroz, 350 grs. de carne de vacca ensopada com 90 grs. de batatas; sobremesa de 2 bananas prata. Às 13 horas – merenda de mate com 20 grs. de assucar, 1 pão de 85 grs. e 8 grs. de manteiga com sal. Às 16 horas – jantar constante de 200 grs. de feijão preto, com 20 grs. de farinha de mandioca, 150 grs. de arroz, 100,0 de carne ensopada, 2 grs. de banha” (LOPES, 1934, p. 304).

³⁴ Basbaum (1986, p. 162), conta que, no Brasil, no início do século XX, a “[...] produção alimentar comercializada não é partilhada entre os 50 milhões de indivíduos, mas entre 25 ou 30” (p. 162). Na década de 40, a população brasileira consumia cerca de 2.300 calorias, “[...] bem menos que para o Egito” (BASBAUM, 1986, p. 162). No Hospital Colônia, como ressaltou Lopes (1934, p. 305), o número “[...] attinge um total de 2.458 calorias”.

imperialistas. Tal pretexto ideológico só encontrava sua razão de ser ante as massas famintas que habitavam o país, das quais muitos imigrantes faziam parte.

Assim, a preocupação da Liga era que essas “estirpes inferiores” não se proliferassem, dando lugar apenas à reprodução das camadas “superiores”. Os testes eram uma maneira de impedir que essas “raças inferiores” continuassem se avolumando, ampliando o quadro de doentes mentais. Para a Liga, um dos princípios que concorriam para aumentar o número dessas doenças, independentemente de serem provenientes de imigrantes ou não, consistia em que

[...] a proporção de doenças mentaes é mais alta entre as estirpes inferiores que entre as superiores. As cifras dos nascimentos tem declinado nos ultimos annos pronunciadamente e acreditar-se que esse declinio é maior entre as camadas superiores. Si continuar tal estado de cousas, as gentes de amanhã serão cada vez mais susceptiveis de se tornarem doentes mentalmente (RESENHAS, 1925, p. 103).

A objeção aos imigrantes também era marcada por um forte traço de nacionalismo, já que grande parte dos problemas nacionais se devia à entrada dos imigrantes, sobretudo os “[...] *moralmente indesejaveis*” (CARDOSO, 1925, p. 143). Em todo o caso, a Liga exigia que alguma garantia fosse dada pelo país de origem do imigrante e, para entrar no país, que se provasse

[...] a) bom procedimento moral e civil; b) não estar processado nem pronunciado, nem condemnado pelos crimes de homicidio, furto, roubo, bancarrota, contrabando, falsidade, moeda falsa, lenocinio ou estellionato³⁵; c) não soffrer de molestia infecto contagiosa (CARDOSO, 1925, p. 143).

Com todos esses procedimentos a Liga perseguia a “depuração social”, utilizando-se de critérios de seleção de imigrantes “indesejáveis”, valendo-se de

³⁵ Até hoje muitos concursos, agências de trabalho e demais processos de seleção utilizam esse critério para definir o recrutamento ou eliminação de candidatos.

testes psicológicos que garantissem a entrada apenas dos indivíduos sadios do ponto de vista mental. Assim, imaginavam que o “equilíbrio social” estaria garantido, evitando que imigrantes provenientes do exterior pudessem contribuir com a “desordem social” do país. Além disso, imaginavam que estariam evitando o rebaixamento da raça brasileira, como assinalou Moreira (1925, p. 115), sustentando que “[...] *almejo á saude mental da nacionalidade brasileira que elementos maus não venham de paizes extranhos concorrer para abaixar-lhe o nível*”.

Manter a “ordem social”, “elevar o nível racial do país”, “depurar socialmente” os imigrantes “indesejáveis” e “selecionar”, por intermédio dos testes, apenas aqueles que pudessem prover, no campo e na cidade, sua força de trabalho: a receita para um evolucionismo estava pronta, bastava aplicá-la aos imigrantes. Com isso a Liga esperava que ninguém lhe cobrasse por negligenciar os problemas da Nação. Em tom premonitório e com ares de missão cumprida, Pacheco e Silva (1925, p. 35), previne as autoridades,

[...] aqui fica nosso brado. Si elle não fôr ouvido pelos nossos legisladores, ninguem poderá dizer, mais tarde, quando as consequencias do nosso descaso forem ainda mais dolorosas, que os psychiatras brasileiros se descuidarem do assumpto e que a Liga Brasileira de Hygiene Mental não cumpriu o seu programma.

A crise que o mundo enfrentava não teve como resultado somente o processo de imigração: as guerras também colocaram na ordem do dia outro fenômeno que bateu à porta da Liga, o qual mereceu, da parte de seus membros, atenção especial: o exército.

3.3 O “Estado Maior” da higiene mental

A palavra estava aberta. Escuta-se então o seguinte discurso:

[...] esta Guerra, que não corresponde aos interesses de nenhum dos povos, não irrompe tendo em vista o bem-estar do povo alemão ou de qualquer outro povo. Trata-se de uma guerra imperialista, uma guerra pela dominação capitalista do mercado mundial e pela dominação política de regiões importantes para a instalação do capital industrial e bancário (LIEBKNECHT, 2002, p. 19).

Essas foram as antológicas frases proferidas por Karl Liebknecht no início de seu discurso na sessão no Reichstag (Parlamento Alemão), no dia 2 de dezembro de 1914. Essas palavras ganharam o plenário como uma flecha assestada contra o chauvinismo estreito e o patriotismo obscuro da maioria dos parlamentares alemães que se decidiam pelo apoio à guerra. O “Inflexível Liebknecht”, como o batizou Trotsky³⁶ (1919 *apud* LIEBKNECHT, 2002, p. 69) ou o “mais bravo dos bravos”, como recordou John Reed³⁷ (1919 *apud* LIEBKNECHT, 2002, p. 63), posicionou-se contra os créditos de guerra e pagou depois com a própria vida, junto a Rosa de Luxemburgo, por suas posições contra o imperialismo de seu próprio país: a Alemanha.

Assim como na Alemanha, países beligerantes de todo o mundo se debatiam em torno da questão da guerra, que se avizinhava como um dos maiores pesadelos já vistos pela humanidade. A iminência deste fatídico episódio colocou para a maioria dos países do mundo a questão da preparação de seus exércitos, quer para participar da guerra, quer simplesmente para se defender de eventuais ataques³⁸.

No Brasil a situação do exército não era das melhores. Em 1914, no início da I Guerra Mundial, o deputado Carlos Peixoto Filho dava um panorama da situação do exército brasileiro, questionando os parlamentares,

³⁶ TROTSKY, Leon. O inflexível Karl Liebknecht. Discurso pronunciado em janeiro de 1919. In LIEBKNECHT, Karl. *Contra a guerra*. Curitiba: Pão e Rosas, 2002.

³⁷ REED, John. Artigo publicado em *The Revolution Ago* em 1919. In LIEBKNECHT, Karl. *Contra a guerra*. Curitiba: Pão e Rosas, 2002.

³⁸ No Brasil a preocupação com as forças armadas se expressava com o orçamento destinado à contratação de pessoal. Basbaum (1986, p. 174) salienta que “[...] no orçamento de 1907, 83% da verba do Ministério do Interior e Justiça eram destinados ao pagamento do pessoal enquanto no Ministério de Guerra era de 79%”.

[...] quando a falta de trens de guerra, de material de transporte torna impossível pensar em uma mobilização e até ridículas verbas destinadas a manobras são desviadas, tornando impossível a sua realização? Quando enfim, o Sr. Relator de guerra resume as suas críticas, dizendo à Câmara com louvável e patriótica franqueza: **temos um Exército que não é Exército?** (PEIXOTO FILHO, 1978, p. 353-354, grifo nosso).

Além disso, o Brasil era sacudido por inúmeras revoltas no seio do exército, tendo o *tenentismo* como uma das expressões mais avançadas do ponto de vista organizativo (SODRÉ, 1976). Apesar disso, explica Sodré (1976, p. 318),

[...] o *tenentismo*, fenômeno típico de classe média, era muito mais superficial em sua interpretação e muito mais modesto em suas reivindicações. Começava por supor que tudo dependia dos homens que estavam no poder, e que a simples substituição deles levaria a resultados significativos. (...) O que mais feria a classe média, sofrendo as conseqüências do agravamento a que levava a política de concentração da renda (...), era a falha eleitoral.

Com os graves problemas que sacudiam o país, a pequena-burguesia ocupou o vazio de poder deixado pelo proletariado ainda em formação e a burguesia negligente. O *tenentismo* foi esse fenômeno transitório que impeliu a pequena-burguesia à luta por reivindicações que até então eram insatisfeitas. Embora se limitasse, estrategicamente, a reformar, e não pretendesse revolucionar o regime, o *tenentismo* preocupou os governantes da época.

Ao findar a Primeira Guerra Mundial as coisas se acomodaram, mas os resultados dos processos “intestinais” pelos quais passava o país nesse período só tiveram visibilidade depois dos conflitos. Com a “poeira baixa”, as coisas começaram a se acomodar, tendo como resultado o processo que desencadeou a Revolução de 30. Como assinalou Sodré (1976, p. 320), “[...] as duas correntes, a do *tenentismo* e as cisões tradicionais nos quadros políticos, acomodam-se,

assim, num amplo estuário, o da Revolução de 1930". A Revolução de 30, resultara, portanto,

[...] de uma brecha na classe dominante, cindindo-se e permitindo a composição de uma de suas frações com os elementos de classe média presentes em todas as fermentações internas. Há na revolução, assim, duas componentes: a tradicional, representada pelas forças políticas que exerciam o domínio do país, e a nova, que até então não haviam encontrado oportunidade para organizarem-se e atuarem, particularmente representada no *tenentismo* (SODRÉ, 1976, p. 326).

Nesse processo a classe operária, ainda desorganizada, esteve ausente, portando-se de forma passiva e cumprindo um papel apenas coadjuvante. Os propósitos desse breve retrospecto servem unicamente para ilustrar a importância que tinha o exército nesse momento, como força precípua que ajudou a definir momentos decisivos na história do país.

Mesmo com o fim da Primeira Guerra Mundial as relações entre os países continuavam tênues, a ponto de irromperem novos conflitos. A pólvora dos canhões mal tinha se esvaído em fumaça e as forças imperialistas já se preparavam para novos combates. Em tempos de paz é que são preparadas as novas batalhas, e o Brasil não desprezou essa possibilidade. Três anos depois de assumir o poder, o governo Vargas (1943, p. 249) já manifestava essa preocupação, insinuando que,

[...] atravessa o Mundo uma hora particularmente inquieta, cheia de ameaças e incertezas, que impõem às nações a obrigação de preparar-se para enfrentar quaisquer eventualidades. Não podemos, por isso, descurar do nosso aparelhamento bélico, e o estamos processando ordenadamente, de acordo com as nossas necessidades e recursos.

A Primeira Guerra Mundial deixou algumas lições importantes. Uma delas é que não bastavam recursos bélicos para vencer. A questão da unidade era vital

para qualquer iniciativa bélica, e as revoltas militares eram incompatíveis com essa unidade. Era preciso unidade, coesão e preparação das tropas, coisa que só seria possível mediante a inoculação de hábitos cívicos e morais compatíveis com a formação de um exército organizado. Nesse sentido,

[...] os problemas da defesa entrelaçam-se, diretamente, com os do próprio desenvolvimento do país, não só no terreno econômico e industrial, mas, também, no moral e cívico, pela educação do cidadão para o cumprimento dos seus deveres (VARGAS, 1943, p. 250).

Nesse terreno a Liga poderia prover o exército dos seus serviços. Ela o fez, mas, como não poderia ser diferente, desde um ponto de vista médico-higienista. Isso não significava, contudo, que a Liga desprezava os conflitos bélicos espalhados pelo planeta; ao contrário, guardava profundo interesse por esses conflitos, mas os interpretava sob a perspectiva médica, analisando seus reflexos na mente e suas conseqüências psíquicas. Como assinalou CAMPOS (1925, p. 92),

[...] se em tempo de paz, as circunstancias proprias á profissão militar constituem uma pedra de toque para os psychopathas, em tempo de guerra as emoções violentas, a fadiga physica e mental em constante accumulo, os modernos meios de destruição, ainda mais favorecem a sua eclosão.

Analisando os últimos conflitos bélicos que ocorreram no planeta, a Liga aplicava seu crivo higiênico e os cuidados que deveriam ter as forças armadas na preparação das tropas para evitar certas enfermidades mentais que se abatiam sobre os militares. Tais enfermidades, no entanto, não eram as mesmas que em guerras antigas. Elas apareceram a partir do que a Liga considerava “guerras modernas”, realizadas principalmente no marco das guerras “[...] austro-prussiana e da franco-alemã” (CAMPOS, 1925, p. 92). Desta forma,

[...] o flagello da guerra, depois das recentes invenções, revelou-se outrossim, mais que antigamente, factor de distúrbios mentaes até entre os não combatentes, pela possibilidade de ataques aereos ou de artilharia de grande alcance ás cidades abertas, o que entretém forte tensão emotiva durante semanas e mezes. Findo o conflito armado, chega a vez das múltiplas dificuldades novas da vida inherentes á phase de após-guerra, resultando ainda d'ahi desadaptações e psychoses entre os frageis de mentalidade (RESENHAS, 1925, p. 169).

As guerras, portanto, significavam o acréscimo de novas enfermidades mentais, as quais a Liga deveria estudar e para as quais propunha os mesmos métodos de profilaxia. Como afirmou Vianna (1925, p. 176), “[...] *hoje, ao lado da prophylaxia physica, existe a prophylaxia mental, cuja importancia as perturbações trazidas pela grande guerra vieram pôr em pleno relevo*”.

Para a Liga importava, antes de tudo, entender quais os tipos de enfermidade mental se abatiam nos soldados: antes, durante e depois das guerras, para saber qual tipo de tratamento endereçar para cada etapa determinada.

Durante os conflitos, vários estudos foram desenvolvidos. Cada guerra trouxe enfermidades diferentes e cada função na tropa concorria para uma patologia distinta³⁹. Na maioria dos casos, entretanto, as enfermidades apareciam sob a rubrica de “degeneração mental”. Como afirmou Campos (1925, p. 91),

[...] no que respeita á discriminação diagnostica os transtornos mentaes verificados no soldado enquadram-se sobretudo na degeneração mental – na psychose alcoolica, na demencia precoce, na psychose manio-depressiva e na epilepsia. Os que occorrem entre os officiaes, filiam-se principalmente á paralysisa geral, á paranoia e estados paranoides, e á psychose alcoólica.

Se todas as patologias eram abarcadas pela denominação de “degeneração mental”, na maior parte dos casos ela aparecia acompanhada do

³⁹ A Segunda Guerra Mundial, por exemplo, foi também chamada pela Liga de “guerra de nervos”, já que “[...] muito se vale da psicologia como arma ofensiva” (BICUDO, 1944, p. 64).

álcool como principal “ingrediente”, e, dentre seus “usuários”, os oficiais pareciam ser os mais inclinados. Na guerra russo-japonesa, por exemplo, “[...] os excessos *alcoolicos concorriam com 7,5% dos casos de psychose entre as praças e com 30%, entre os officiaes*” (CAMPOS, 1925, p. 92). Durante a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, “[...] predominaram os casos de alcoolismo agudo” (CAMPOS, 1925, p. 92).

Em geral, a medida contra a utilização do álcool era a repressão ao seu consumo (CAMPOS, 1925). Não obstante, as patologias com as quais a Liga se preocupava eram de natureza psíquica. Destas, uma chamou a atenção da Liga, por se tratar de algo novo, embora não estivesse necessariamente entre as degenerações mais graves. Como anunciou Campos (1925, p. 92),

[...] na phase da luta nas trincheiras, consecutivamente ao emprego dos explosivos em forte carga, surgiram as chamadas psychoses de guerra, verificando-se, desde logo, que, pelo prognostico benigno e rapido tratamento, sem internações, muito se afastavam das psychoses ordinárias.

De todos os fatores que desencadeavam as degenerações mentais, a Liga, influenciada pelas idéias do higienista francês Toulouse, destacava três principais. A primeira delas eram as “[...] *causas predisponentes, determinantes e occasionaes*” (RESENHAS, 1925, p. 169); a segunda causa “[...] corresponde ás infecções ou ás intoxicações”, a terceira causa “[...] *são as que, insuficientes por si mesmas para determinar a doença nos individuos resistentes, podem desencadeal-a nos predispostos*” (RESENHAS, 1925, p. 169). Por essa razão, as causas mais importantes para a Liga eram as “predisponentes”, que, segundo assinalavam, “[...] *encontram-se em todas as doenças ou intoxicações que, accommettendo os genitores, possam ser causa de degeneração nos filhos*” (RESENHAS, 1925, p. 169).

Aí residia a principal preocupação da Liga, pois não se tratava somente de cuidar das doenças “ocasionais” que assaltavam os soldados durante a guerra ou aquelas causas “determinantes” que provocavam alterações mentais. Era preciso

entender quem eram os “predispostos”, inquiri-los do ponto de vista hereditário, examiná-los em suas antecedências familiares e constatar seus precedentes “morais” para que o exército não fosse saturado de degenerados. Se com os imigrantes o perigo poderia vir de fora, no exército o perigo era maior ainda, pois não somente estava “dentro”, mas também armado.

A seleção dos soldados, então, tornou-se um problema de primeira grandeza, estando os exames para a depuração do exército assim como estiveram outrora para a entrada de imigrantes. A questão da hereditariedade, portanto, deveria ser investigada. Assim, “[...] *ao medico torna-se possivel, por ocasião do registro de incorporação, verificar detalhes relativos aos antecedentes hereditarios e pessoas dos soldados, assim como certos estigmas psysicos e mentaes*” (CAMPOS, 1925, p. 95).

Parte da influência desses exames era proveniente da França, onde a Liga se nutria quanto aos procedimentos de investigação hereditária. A esse respeito, assinalou Campos (1925, p. 96),

[...] no exercito francez, uma circular de 1913, determina o exame psychico dos indiciados, preventivo do conselho de guerra, sempre que haja duvidas sobre sua integridade mental, ou em virtude das cinscumstancias em que fôrem commetidos os crimes, ou ainda em attenção á existencia de certos antecedentes pessoas e hereditários.

Tais exames ainda não eram realizados no Brasil, o que se tornou motivo de lamentações por parte da Liga, que não encontrava outra opção para a seleção dos candidatos a não serem esses exames. Como se queixou Campos (1925, p. 96), “[...] *no nosso Codigo de Organização Judiciaria e Processo Militar, não ha dispositivo expresso a respeito do exame psychico dos delinquentes, o que explica até certo ponto a frequencia dos casos de alienação mental entre os setenciados*”. Os “delinquentes” a que se referia a Liga eram os militares acusados de algum delito no exército. Caso fossem considerados doentes mentais, passariam das mãos do Conselho Militar para as mãos dos psiquiatras da Liga. Da mesma forma

como franqueavam um “Tribunal de Eugenia”⁴⁰ para selecionar os casais aptos ou não para o casamento e a reprodução, pleiteavam um lugar no exército para julgarem os considerados doentes - portanto, inculpáveis - e aqueles que deveriam ser condenados. O exame psicológico, neste caso, era o principal instrumento por meio do qual a Liga poderia decidir quem eram os sujeitos investigados e quem deveria tutelá-los. Uma vez realizado esse exame,

[...] a título preventivo, por ocasião do inquerito policial militar, evitar-se-ia dum lado a condenação dos alienados que nenhum alcance repressivo ou disciplinar pode ter, e doutro, a instauração inútil do conselho para julgar individuos isentos de culpabilidade, em face do proprio Codigo Penal Militar (art. 27) (CAMPOS, 1925, p. 96).

O critério de culpabilidade do acusado, portanto, era relativizado pela Liga, pois se tratava, antes de tudo, de determinar o estado mental do indivíduo. Conforme ressaltou Carrilho (1925, p. 137-138),

[...] o velho erro de punir de accordo com as proporções do crime e as erroneas formulas contidas nas tarifas das penas, segundo as quaes a tal delicto deve corresponder tal tempo de sequestração, terá, assim, que ser substituido por esse outro criterio, o da individualisação que encontra nos meios e na finalidade da prophylaxia mental o seu mais formal elogio.

Com esse critério, a Liga pleiteava seu lugar no processo de acusação de algum “delinqüente”, ganhando seu espaço também na lei e nos processos criminais. Assim, estaria garantindo sua função como parte do Estado, ajudando a selecionar aqueles que deveriam ser encarcerados na prisão e os que mereciam outro tipo de encarceramento: o hospício.

⁴⁰ O Tribunal de Eugenia foi um dispositivo previsto na Lei de Esterilização Alemã, criado por Hitler e traduzido para o Brasil pela Liga em 1934. Segundo essa Lei, o Tribunal de Eugenia gozava de amplos poderes e praticamente decidia quem seria ou não esterilizado. Conforme o Art. 12º da Lei de Esterilização Alemã, “[...] si o Tribunal decidiu **irrevogavelmente** que seja feita a esterilização, esta será realizada, embora contra a vontade do esterilizando [...]” (FACTOS..., 1934, p. 56, grifo nosso).

Como no Brasil ainda não estava regulamentado este tipo de exame, a Liga se inspirava nos procedimentos da França para tentar implementar no Brasil pelo menos mecanismos que garantissem que os antecedentes dos candidatos fossem assegurados pelo governo ou pela prefeitura. Ao lado disso, manter-se-iam os exames psicológicos para total segurança de que nenhum soldado ingressaria mentalmente comprometido. Assim, “[...] recommenda-se por isso, além do exame rigoroso, a exigência dum attestado do prefeito da localidade de procedencia do voluntario de que a notoriedade publica não lhe attribue nenhuma enfermidade mental” (CAMPOS, 1925, p. 95).

Na aparência, o que pretendia a Liga era afrontar o problema da doença mental, mas fazê-lo criando um marco de segurança que impedisse pessoas com predisposição à doença mental de ingressar nas fileiras do exército. O que os higienistas pretendiam mesmo era que esse atestado mental fosse expedido não pela Prefeitura, mas pela própria Liga - daí a importância do “exame mental rigoroso” como procedimento de seleção dos militares. Mas, o que queria evitar a Liga com esses procedimentos seletivos?

A primeira questão está relacionada à preocupação com um contingente de “doentes mentais” que pudesse debilitar o exército, fragilizando seu principal fator: os soldados. Os “distúrbios mentais” eram freqüentes entre as tropas, e a Liga queria evitar que esses distúrbios tomassem conta de todo o contingente. O processo seletivo, neste caso, era essencial para transformar o exército em um “organismo” forte e não doente; e foi nos Estados Unidos que a Liga buscou sua inspiração para aplicar os testes psicológicos no exército brasileiro.

Comentando os resultados da aplicação de testes nos Estados Unidos, Roxo (1925, p. 08) assinalou que,

[...] no exército americano basta que haja qualquer pequeno defeito sob o ponto de vista mental ou nervoso, para que desde logo o individuo seja eliminado, e por este processo durante a grande guerra 680.000 homens foram tirados das fileiras”.

Os defeitos a que se referia o autor eram de ordem hereditária, como se a guerra afetasse principalmente os predispostos. Como afirmou a esse respeito Pacheco e Silva (1925, p. 28), “[...] os indivíduos que participaram da guerra tornaram-se excessivamente predispostos e não estão, na maioria das vezes, em condições de resistir ao exgotamento físico exigido pela concorrência vital em nossos dias”.

Aqui mais uma vez aparece a adesão ideológica da Liga ao liberalismo. A concepção de que os dias de hoje exigem uma “concorrência vital” entre os indivíduos traduz, outra vez mais, uma avaliação cara ao liberalismo. O liberalismo da Liga, entretanto, não era o mesmo que o liberalismo dos países imperialistas. É incongruente falar de concorrência numa fase do capitalismo em que impera o monopólio. A concepção da Liga, portanto, é de um liberalismo tardio, ultrapassado pela história. Não há como falar de livre concorrência entre um país e outro quando na verdade o que ocorre – e a guerra confirma isso da forma mais dramática – é que os países imperialistas rateiam, dividem e assumem a custódia da maioria dos países coloniais ou semicoloniais.

A despeito dessa visão liberal da Liga, a contradição que salta aos olhos é afirmar que a guerra causou uma “excessiva predisposição” nos indivíduos. Ora, como podem os soldados ser predispostos se foi precisamente a guerra que causou seu “esgotamento físico e psíquico”? Quer-se dizer que se não fossem à guerra não seriam predispostos? Essas são algumas questões incongruentes que a Liga levantava com respeito à sua concepção hereditária. Mas, apostando nessa predisposição é que a Liga buscava os encaixes hereditários dos soldados, valendo-se dos testes psicológicos para isso.

A Primeira Guerra Mundial não deixou de oferecer pretextos para que a Liga se empenhasse na aplicação dos testes ao exército. A própria entrada do Brasil na guerra exigiu atenção redobrada da Liga às forças armadas⁴¹. Como

⁴¹ Mangabeira (1978, p. 180), expôs os seguintes argumentos ao declarar a entrada do Brasil na guerra: “[...] em uma situação como esta, se diga, alto e bom som, aos brasileiros: a força que nos conduz, que nos há de levar fatalmente a colaborar nessa guerra não é a do Congresso ou a do Governo; a dos partidos ou a das correntes políticas; a da imprensa ou a das vozes das ruas; é a

recordou Lopes (1925a, p. 161), “[...] a grande guerra veio das múltiplas confirmações do valor pratico da psychologia experimental, para a selecção dos conscriptos, sendo notáveis os trabalhos realizados a respeito”.

Assim, buscaram apontar os países em que os testes tiveram bons resultados para justificar por que eles deveriam ser aplicados também no Brasil, explicando que “[...] coube ao exercito dos Estados Unidos, em 1917, demonstrar a exequibilidade e as vantagens praticas do exame psychico systematico dos conscriptos” (CAMPOS, 1925, p. 94). A eleição dos Estados Unidos como modelo não se dava somente pelos méritos na aplicação dos testes⁴². Os Estados Unidos eram nada menos que o país que recebeu o apoio do Brasil durante a guerra⁴³. Mas, que teste era usado nos Estados Unidos que foi capaz de apresentar semelhantes “vantagens práticas”? Campos (1925, p. 94), explica que,

[...] por meio de “tests”, organizados segundo uma modificação da escala de Binet-Simon, rapidamente é feito o exame de centenas de homens, procedendo-se imediatamente ao exame individual dos que apresentam situação psychica muito inferior á media, cerca de 2 a 3%. Do resultado deste exame dependia a exclusão ou a inclusão num batalhão de desenvolvimento.

Entenda-se por “exclusão” e “inclusão” o processo mediante o qual eram “excluídos” os “predispostos” e incluídos aqueles considerados intelectualmente superiores. Para compor, portanto, o “batalhão de desenvolvimento”, a Liga imprimia no exército o processo de “depuração social”, elegendo os mais aptos às

do próprio destino da Nação; é a força incoercível do destino, que todo povo tem de completar, a seu tempo e do seu modo, na superfície da Terra”.

⁴² Bomfim (1928, p. 17), observa que, nos Estados Unidos, “[...] grandes psychologos procuram realizar a medida de intelligencia por meio de tests collectivos. A entrada daquelle paiz na guerra mundial deu ensejo para um grande ensaio neste sentido, e que se realizou na applicação das series de tests organizados, para o Governo americano, pelo committee da National Psychological Association”.

⁴³ Mangabeira (1978, p. 181, grifo nosso), justifica o apoio aos Estados Unidos nos seguintes termos: “[...] o da defesa militar, para que tenhamos exército, para que tenhamos esquadra; o da sua defesa econômica, para que possuamos, pelo menos, o com que nos alimentamos a nós mesmos; e o da sua defesa financeira, para que **honremos nossos compromissos, honrando e salvaguardando o nosso crédito**”.

funções de oficiais e excluindo os que consideravam que integrariam o “batalhão” de degenerados.

O que efetivamente os testes queriam diagnosticar? Que tipos de conduta a Liga queria evitar no exército, que lhe cobrava tamanha responsabilidade? Que tipos de distúrbio os testes foram chamados a denunciar? Nesse ponto o ideário higienista é descortinado, revelando sua adesão à ideologia da classe dominante da época e indicando claramente atrás de que tipos de “distúrbio” a Liga estava. Como explica Campos (1925, p. 96-97), “[...] os *‘tests’* empregados informam não só sobre o bom senso, como também sobre a compreensão mais ou menos justa e rápida das ordens recebidas, sobre o espírito de iniciativa e de decisão”.

Deixemos de lado se há alguma possibilidade de um militar agir com “bom senso” no período de guerra. Deixemos de lado que resultados poderia ter um soldado num campo de batalha, armado, sob máxima pressão, em meio a fogo cruzado, buscar utilizar o “bom senso” antes de atirar. O que importa nessa definição é o que a Liga assinala como “compreensão rápida das ordens recebidas”, pois aí consiste o cerne da questão para a qual os testes deveriam ser empregados.

O que a Liga queria testar, neste caso, era a possibilidade de o soldado se rebelar ou não contra o comando dos oficiais. Era esse “espírito de reação” que a Liga estava interessado em medir, tanto que entre os distúrbios que caracterizava como os mais perigosos no exército encontravam-se “o abandono do posto, a deserção, a insubordinação, a inutilização de armas” e, finalmente, a “rebeldia”, “degenerações” as quais a Liga chamava de “[...] reacções morbidas” (CAMPOS, 1925, p. 95-96). A preocupação, portanto, era que não houvesse o que em linguagem militar costuma-se chamar “rebelião de base”. São essas rebeliões que a Liga chamava de “distúrbios”, e elas ocorriam com freqüência nesse período. Entre os anos de 1906 a 1916, por exemplo, na guarnição da Capital, “[...] a frequência de taes distúrbios attingiu a 4.2 p. 1.000 do effectivo médio” (CAMPOS, 1925, p. 91). Essa constatação é corroborada pelo comentário de Sodré (1976, p. 318), de que “[...] em torno de rebeldias militares esporádicas, para as quais

gravitavam crescentes apoios de inconformismo político, giram os acontecimentos internos mais importantes”.

Assim, a preocupação da Liga era dar um marco de contenção a essas “rebeldias”, usando os testes como medida de “depuração militar”, não somente com o fim de excluir os “predispostos”, mas também para fazer sua divisão hierárquica, elegendo os “aptos” para funções de comando e os “aptos” para funções de subordinação. Assim, com os testes psicológicos “[...] faz-se ao mesmo tempo a classificação dos recrutas em diversos grupos, o que facilita a escolha dos que **têm aptidão para oficial**” (CAMPOS, 1925, p. 96, grifo nosso).

Era a lógica segundo a qual cada soldado certo deveria estar no lugar certo. Uma vez eleitos segundo suas aptidões, os oficiais já não mais precisariam se submeter aos testes psicológicos, pois estaria provado que não possuíam determinações hereditárias que os comprometessem no futuro. Como assinalou Campos (1925, p. 95), “[...] aliás o exame periódico da oficialidade, como requisito de promoção, bastaria para o afastamento desse inconveniente”.

A Liga estava interessada não somente em aplicar os testes nos soldados, mas também em preparar os oficiais para assumirem essa tarefa. A finalidade, como confirmou Campos (1925, p. 100), era “[...] instruir o soldado, desenvolver-lhe a educação moral, fortificar-lhe a coragem, inculcar-lhe o justo uso da iniciativa e o sentimento da disciplina”.

Com essa finalidade a Liga queria pôr em prática uma série de medidas com o fim de auxiliar o exército. Uma delas era criar um núcleo de “[...] assistência psiquiátrica ao soldado [...]”, formado “[...] por pessoal especializado [...]”, como principal tarefa “[...] da higiene mental nos exercitos” (CAMPOS, 1925, p. 98). A outra medida foi criar, na própria Liga, uma seção responsável unicamente pelas questões militares. A formação, segundo “[...] Relação dos Membros Titulares da Liga Brasileira de Higiene Mental” (1925, p. 190), era a seguinte:

Dr. Esmeraldino Bandeira – Professor Catedrático da Faculdade de Direito

Dr. Garcia Dias Ávila Pires – Do Exército Nacional

Dr. Murillo de Campos – Do Exército Nacional

Dr. Thales Martins – Do Exército Nacional

Dr. Mario Bittencourt – Do Exército Nacional

Dr. Porto Carrero – Da Marinha Nacional

Dr. Octavio de Souza Prof. Da Escola Militar e Titular da Ac. N. de Medicina

Dr. Mario Kroeff – Da Marinha Nacional

Com essa seção, cuja maioria dos membros pertencia às Forças Armadas, a Liga criava em seu próprio seio o “Estado Maior” da Higiene Mental. Isso significava que se membros importantes das Forças Armadas estavam na Liga e a penetração desta naquela seria fácil, estando abertas as portas à prática de higiene mental e, por isso mesmo, à inoculação do ideário higienista também entre os soldados.

A questão a saber era: se os testes psicológicos poderiam trazer esses benefícios no caso do exército, por que não seriam também aplicados na indústria, a exemplo do que fez Munsterberg, que, “[...] *durante a guerra, chegou a colaborar na propaganda para um intensivo trabalho psicologico de selecção e orientação, no exercito americano*” (LOPES, 1929a, p. 110).

Estava assim lançado o desafio da Liga de fazer nas fábricas, na indústria e no mundo do trabalho aquilo que estava realizando no processo de imigração e no exército.

3.4 O homem certo no lugar certo

Nos anos entre 1914 e 1945 muitas transformações ocorreram no mundo do trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas parecia ilimitado, não fosse a forte crise de superprodução e a destruição de amplos setores de produção em função das guerras.

A classe operária, progenitora de toda a riqueza produzida, mostrava que podia mais que trabalhar, ela podia também se organizar. A Revolução Russa de 1917 surpreendeu menos pela violência com que foi realizada do que pela capacidade ainda desconhecida do proletariado em tomar em suas próprias mãos

a produção social. O medo da burguesia mundial era que esse fenômeno pudesse contagiar.

No Brasil a situação do proletariado até cerca da década de 1920 era desesperadora. Segundo o censo industrial de 1907, existiam cerca de 3.258 estabelecimentos com 150.000 operários, mas esse número subiu para 13.336 estabelecimentos com cerca de 276.000 operários no ano de 1920 (SODRÉ, 1976). Em termos de percentagem, o capital empregado em estabelecimentos industriais subiu de 12,4% em 1909 para 24,2 entre 1915 e 1919 (SODRÉ, 1976). Isso significava que com o crescimento da classe trabalhadora também chegou o crescimento do desemprego. Num pólo o desenvolvimento das forças produtivas. No outro o empobrecimento dos trabalhadores e a superexploração de sua força de trabalho.

O preço dos alimentos de primeira necessidade triplicavam, os salários não subiam e a jornada de trabalho chegava a 12 horas ininterruptas ou com apenas uma hora de almoço (BASBAUM, 1986). Em semelhante situação, os trabalhadores começaram a se organizar para lutar por melhores condições de vida.

O número cada vez maior de trabalhadores na cidade deixou de ser apenas uma soma quantitativa para transformar-se em fator qualitativo, graças à formação de uma nova classe social que logo faria sentir suas primeiras ações sociais⁴⁴. Como aponta Sodré (1976, p. 314), “[...] as primeiras greves, em 1918, mostram que uma nova classe está presente no quadro político, a classe operária”.

Com as grandes greves surge a Confederação Operária Brasileira (COB) e centenas de jornais operários tomam conta das fábricas (BASBAUM 1986). O Partido Comunista Brasileiro (PCB) era fundado e a classe operária ensaiava seus primeiros passos nas organizações políticas, ainda que posteriormente sob influência do stalinismo.

⁴⁴ Basbaum (1986) observa que a partir da abolição, e principalmente entre os anos de 1914 a 1920, o operariado brasileiro girava em torno de 500 mil trabalhadores, subindo para 800 mil em 1930.

Preocupado com esse processo, o governo Vargas reconheceu que era hora de dar os anéis para não perder o dedo. Com isso, substituiu os antagonismos sociais pela colaboração social, a luta de classes pela conciliação de classes. Em suas palavras,

[...] a organização do trabalho, no sentido que se lhe deve dar, num momento conturbado e de profundas transformações sociais e econômicas como o atual, não pode realizar-se, com proveito para as classes patronais e benefícios para os operários, senão mediante inteligente, ponderada e sistemática coordenação para conciliar e garantir os seus mútuos interesses (VARGAS, 1943, p. 224).

O discurso parece desafiar a lei da luta de classes. Seria mesmo possível “conciliar” duas classes com interesses antagônicos? Seria o governo capaz de burlar esse “diedro social” em que uma classe se encontra em franca rota de colisão com a outra? Ou trata-se de pretexto para que uma classe entre com a corda e a outra com o pescoço? Como pode uma classe que vive da exploração da outra diluir seus interesses em função dela? Quem poderia testemunhar esse processo a partir das entranhas da produção? A quem se poderia recorrer para responder a essa dúvida? No tribunal da história é o governo quem chama sua própria testemunha, e o socorro atende pelo nome de higienismo, tanto nas “fábricas” quanto nas “usinas” (VARGAS, 1943, p. 224).

A Liga não desconhecia o poder do capital e não hesitava em reconhecer que “[...] o *capitalismo é implacável*” (PENAFIEL, 1925, p. 15). É certo que há algo de fatalista nessa concepção, porque o capitalismo não é um modo de produção eterno, natural e, por isso mesmo, indestrutível. Mas, naquele momento, em que a produção se desenvolvia de forma acelerada e indiscriminada, não existia nada mais inexorável contra a classe trabalhadora do que a força do capitalismo.

A Liga não ignorava que o capital premia a vida do trabalhador. A força empregada nas máquinas não dava lugar a enganos e qualquer comparação com personagens mitológicos de força sobrenatural ou com os próprios animais não era desproporcional. “*Esses trabalhos de Hercúles* [...]”, comparou Penafiel (1925,

p. 11), “[...] *que realiza a machina na industria moderna, actividades febricantes impossiveis com o musculo humano, assim também com o musculo animal, [...], crearam,[...] novos problemas medicos psycho-physicos*”. O corolário da força “implacável” do capital sobre o trabalho se abateu não apenas física, mas também mentalmente sobre os operários; e eram esses últimos problemas os que mais interessavam a Liga.

De um lado, o desenvolvimento das forças produtivas trouxe novas formas de produção, mais organizadas em relação às anteriores, mais centralizadas e intensas, exigindo, de outro lado, um maior esforço físico e concentração mental do operário. O ritmo do trabalho é o ritmo das máquinas e o homem se torna um apêndice desta para quase se transformar em uma peça ou um adereço do maquinário. Penafiel (1925, p. 11), ilustra assim o “lugar” do homem no processo de produção,

[...] as consequencias, já actualmente apuradas em inqueritos memoraveis, da grande industrialização moderna e novas transformações a esperar, em futuro mais ou menos proximo, - são por si sufficientes para compreender que o homem não trabalha, sinão muito raramente, como um motor physico na agitada e constante vida das fabricas: trabalha e operará cada vez mais como um aparelho psycho-physiologico.

O autor reconhece que o esgotamento humano no processo de produção transcende o aspecto físico; ou seja, não existe uma parte, mas todo o organismo humano é colocado em funcionamento para satisfazer o processo de produção. Os sintomas do capitalismo na vida do trabalhador não aparecem somente no processo de produção, mas também fora dele, isto é, em sua casa, em sua vida cotidiana.

Eram os sinais da vida moderna apresentando os sintomas de um modo de produção que não respeita ambientes, fronteiras, corpos, mentes ou afetos⁴⁵. A

⁴⁵ Mesmo no plano afetivo a Liga não ignorava os efeitos do capital sobre o trabalho. Como ressaltou Cavalcanti (1944, p. 39), “[...] o indivíduo crescendo vai saindo de sua prisão afetiva familiar e vai se desagregando, é bem o termo, vai se tornando universal e o ambiente do seu

urbanização das cidades trouxe alguns avanços à civilização, “em compensação”, explica a Liga, “[...] *nesta cidade moderna, tudo conspira contra a saúde mental de seus habitantes: trabalha-se à pressa, na trepidação, no ruído. O operário toma conta de máquinas que exigem um esforço de atenção que nunca foi medido*” (RESENHAS, 1925, p. 168). Cavalcanti (1944, p. 38), ao referir-se às implicações da industrialização e urbanização emergentes, ressaltou que “[...] o adulto sofre a consequência da maior assimilação inconsciente, principalmente nos grandes centros populosos e assim, nas repartições, fábricas e departamentos do trabalho em geral”. Em uma palavra, quem trabalha, sofre.

A Liga não ignorava os efeitos físicos que se abatiam sobre a vida do trabalhador, mas privilegiava os aspectos mentais, nos quais encontrava sua razão de existir. Embora reconhecessem as implicações mentais das novas formas de produção sobre os trabalhadores, os higienistas não catalogavam entre as mais importantes nem a neurose nem o suicídio. No caso da neurose, explicavam que

[...] os homens demasiado escravizados á sua profissão e que não dedicam atenção alguma aos lados menos utilitários da vida pertencem ao ról desses individuos incompletos. Por outro lado, entretanto, as psycho-neuroses são raras entre as classes trabalhadoras (RESENHAS, 1925, p. 190).

Deixemos de lado o que o autor entende por “classes trabalhadoras”, já que essa é uma só. Embora não fique claro o que seriam os “lados menos utilitários da vida”, pode-se inferir daí que são os aspectos que envolvem maior esforço mental do que físico, o tipo de trabalho diretamente ligado à produção material, e não intelectual. Livres desse tipo de esforço “menos útil”, a classe trabalhadora estaria menos fadada aos problemas de psicose. Mas, e no caso do suicídio? Oliveira (1925, p. 79), explica que “[...] raro ainda é o suicidio entre o nosso

trabalho vai se tornando o seu novo mundo afetivo”. Em nosso entender, essa declaração de “liberdade familiar” deixou de acrescentar que a maior prisão do assalariado é precisamente o trabalho.

operariado, felizmente, dentro da modestia, de sua existencia, vive folgadoamente e mesmo com sobras do seu saldo, que lhe bastam para intoxicar-se com álcool”.

Quer no caso dos sintomas psiconeuróticos, quer no caso do suicídio, os membros da Liga sonham os efeitos que esses sintomas poderiam produzir nos desempregados, camada também pertencente à classe trabalhadora. Por piores que fossem as condições de vida dessa classe, que estava longe de experimentar “sobras do seu saldo”, seguramente seriam melhores que a dos desempregados, dos quais boa parte caía no desespero.

O álcool, sim, era considerado o grande mal da classe trabalhadora, levando os membros da Liga a enfatizarem, no maior número possível de fábricas, os malefícios dessa substância. Como registraram em ata, “[...] o Dr. Ernani Lopes declara que será feita por sua parte essa propaganda nas fabricas, aonde acompanhará o Prof. W. Radecki nas verificações psycho-physiologicas que esse cientista vai effectuar” (LOPES, 1925, p. 218).

Não obstante, os “indivíduos incompletos” que exerciam “esses trabalhos de Hércules” nas fábricas não eram somente homens cujas atividades eram impossíveis tanto para os seus músculos quanto para o “músculo animal”. Parte desse contingente de trabalhadores era constituída de crianças e adolescentes, talvez aí o sentido de “homens incompletos”, já que não estavam preparados fisicamente para trabalhos que nem os “músculos dos animais” conseguiriam realizar.

A Liga também voltou sua atenção para esse fenômeno, enfatizando os malefícios do trabalho na criança. A propósito das pesquisas realizadas sobre o trabalho infantil, Penafiel (1925, p. 12) lembra que

[...] levantaram-se, desde então, em diversos paizes, numerosas estatisticas sobre a mortalidade e varios estados morbidos, sobre a comparação do peso, da estatura e da força das crianças pertencentes a familias pobres ou de vida facil, evidenciando todas essas pesquisas que, no conjunto de condições dentro das quaes se passa a vida dos operarios, actuaem causas que acarretam a debilidade organica, a doença e a morte.

A Liga também realizou suas pesquisas com crianças. Uma dessas pesquisas pretendia investigar a fadiga das crianças trabalhadoras em fábricas. Verificou-se nela que “[...] *a efficacia total dos actos orgânicos e psychicos em crianças fortes e de mais de 14 annos representa uma perda total de 6% devida ao trabalho semanal e á fadiga causada por esse trabalho*” (RADECKI, 1925a, p. 184). Por outro lado, complementa o autor, “[...] *a perda para as crianças fracas e de menos de 14 annos – igual a 24%*” (RADECKI, 1925a, p. 184). A partir desses resultados, o autor lança a seguinte interrogação:

[...] póde uma criança utilizada na industria como mão de obra essencialmente barata, recuperar no dia de domingo os 24% da efficacia do seu trabalho perdidos por effeito da fadiga, póde ella recuperar os 10% de forças phisicas perdidas no mesmo tempo, ou cada semana fatalmente contribue para sua progressiva degeneração? (RADECKI, 1925a, p. 184).

Dessas questões colocadas pelo autor resultam outras duas, não sem importância. A primeira é: se a criança conseguisse se recuperar da fadiga aos domingos, isso significaria que um dia de descanso para ela seria suficiente? Outra questão é: o problema seria ampliar as horas de descanso das crianças ou acabar de vez com sua exploração nas fábricas?

A situação das crianças nas fábricas era grave. Além de descansarem apenas um dia, havia ainda o problema da baixa remuneração, como reconhece o autor quando explica o uso do trabalho infantil como “mão-de-obra essencialmente barata”. O “*essencialmente*” indica inclusive que era “excessivamente” mal-remunerada ou quase gratuita (RADECKI, 1925a, p. 184). Mas a questão “essencial” é que o estudo não conclui que o trabalho infantil deveria ser erradicado. No máximo, reduzido, a ponto de devolver à criança parte da fadiga que lhe foi “usada” no processo de exploração. Com semelhante medida o autor propõe curar com “aspirina” um tumor canceroso, que levou, como reconheceu

outro higienista, diversas crianças à “[...] debilidade orgânica, à doença e à morte” (PENAFIEL, 1925, p. 12).

Inclusive o cansativo trabalho das crianças devia-se, para a Liga, mais a um problema de orientação profissional do que a um problema objetivo, de esforço físico, de longas jornadas trabalhadas e péssimas condições de trabalho. Como enfatizou Cavalcanti (1944, p. 41), “[...] o delicado problema do trabalho de menores tem no psiquiatra o seu melhor orientador, ajustando esses cérebros jovens aos trabalhos mais variados, conforme suas tendências”. Ao substituir um problema objetivo por um subjetivo, a Liga credita ao papel do psiquiatra o poder de amenizar o trabalho infantil. Desconhece por absoluto as leis do capitalismo que em seus primórdios não desperdiçou nem mesmo uma gota de suor do trabalho infantil para se reproduzir⁴⁶.

Tudo indica que a preocupação central da Liga não era pôr fim, mas atenuar a situação de trabalho das crianças e adolescentes. Com isso, a exploração da força de trabalho, embora reduzida, estaria garantida. O problema estava em garantir que, do ponto de vista da Liga, essa força de trabalho não fosse degenerada. Como sentenciou Pacheco e Silva (1925, p. 34), “[...] *o Brasil carece e muito de braços para a sua expansão, mas de gente sã, que venha melhorar as nossas condições de vida e que seja ao mesmo tempo um factor eugenético*”. Enquanto investigava a “saúde mental” dos trabalhadores, a Liga buscava “depurar socialmente” aqueles indivíduos considerados inaptos para o trabalho, preservando apenas aqueles que poderiam de alguma maneira contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas. De um lado estava a “saúde mental” do trabalhador, do outro, os interesses da empresa. Sendo os dois intimamente relacionados, a preocupação com o primeiro conduz à garantia dos interesses do segundo, porquanto a seleção de trabalhadores mais saudáveis implica aumento na produção.

⁴⁶ Marx (1983, p. 220), referindo-se à Lei Fabril de 1833, ressalta que “[...] a verdade é que antes da lei de 1833, crianças e adolescentes tinham de trabalhar [...] a noite toda, o dia todo, ou ambos *ad libitum*”.

Com esse critério, a Liga buscava, não no plano físico, mas no mental, as melhores formas de trabalho. Como destacou Penafiel (1925, p. 12-13),

[...] esse elemento psychico indaga-se, quase elementarmente, por suas manifestações exteriores, porquanto o modo de trabalho de cada homem, o seu esforço dynamico, a duração das pausas na sua actividade, etc., trazem á despesa de energia e á quantidade útil fornecida elementos de variação dependendo das qualidades psychicas do individuo.

Assim, para a Liga, o fator psíquico e mental era o ponto decisivo no processo de produção, dependendo do qual poder-se-ia produzir mais ou menos, de acordo com as “qualidades psíquicas do indivíduo”. A administração das indústrias, das fábricas e do comércio estaria sob os cuidados da Liga, encarregada de investigar essas “qualidades” mediante as quais poderia desvendar quem eram os mais (in)aptos para o trabalho, desenvolvendo a depuração social também no âmbito da produção. Com isso o processo produtivo deixava de ser apanágio de economistas e administradores para ser matéria de preocupação também da Liga. Neste sentido, os testes psicológicos foram usados porque a calculadora não bastou.

Neste sentido, a Liga desenvolveria tarefas que nenhuma outra área do conhecimento daria conta de realizar. Os “tests” eram usados para propósitos para os quais nenhuma outra ferramenta na administração industrial estava preparada: a profilaxia. Como destacou Roxo (1925, p. 06),

[...] a psychologia moderna se serve principalmente de tests e por este motivo se comprehende bem que a sua execução não exigirá dispêndios excessivos e que qualquer serviço bem organizado de prophylaxia mental a poderá realizar com facilidade.

Com isso, por intermédio da Liga, o campo da psicologia estava aberto para o mundo... da fábrica, e as chaves eram os testes. Uma das principais causas de preocupação da Liga nas fábricas eram os acidentes de trabalho. Os testes

serviriam, neste sentido, para conhecer melhor as aptidões de cada trabalhador no sentido de evitar que ele, inapto para determinada função, incorresse em erros que o levariam a acidentes. Citando uma experiência em Nova Iorque, onde foram aplicados testes para detectar os indivíduos aptos para determinado trabalho, Penafiel (1925, p. 18) relata que

[...] diminuiu, em notáveis proporções, o numero de accidentes na vida publica, depois que os motorneiros da empresa de bondes e os conductores de autos foram submetidos a provas de capacidade mental, a exames prévios para a selecção conveniente”.

Em trabalho traduzido do italiano para os *Archivos*, a Liga mostrava sua preocupação com a questão da aplicação de testes como instrumento para detectar aptidões mentais no sentido de evitar acidentes de trabalho. Nesse estudo, realizado com um “[...] *grupo de operarios torneiros*” (RESENHAS, 1931, p. 150-151), verificou-se que

[...] para um grupo de operarios peritos no test, dos accidentes soffridos por elles mostrou ser a media annual dos accidentes 0,065”, ao passo que no outro grupo, “com resultados baixos no test, a media em apreço subiu a 0,345, mais do que o quántuplo.

De resultado em resultado, de país em país, a Liga recolhia esses estudos e traduzia-os para o português, indicando aos leitores as vantagens dos testes na prevenção de acidentes. A propósito desses acidentes, a Liga indicava sua preocupação com a saúde do trabalhador na medida em que este não oferecesse risco de indenizações às empresas. Uma vez selecionados os seus funcionários segundo suas aptidões, diminuiriam os riscos de acidentes, portanto, também o de indenizações para os operários. Ainda com respeito aos incidentes no trabalho, Lopes (1929a, p. 109), reconheceu que “[...] estes são mais freqüentes nos operários que não têm aptidão para o serviço que exercem [...]”, e complementa

dizendo que “[...] escolher os trabalhadores para cada mistér é, ao mesmo tempo, fazer uma prevenção dos accidentes e poupar-se ao pagamento das respectivas indemnizações [...]”.

Ora, como a questão da seleção era vital, não poderia a empresa realizá-la arbitrariamente, mas deveria adotar um critério minucioso de seleção, segundo as aptidões de cada trabalhador. Com isso, a Liga estreitou laços com a orientação profissional, trazendo essa disciplina para o campo da higiene mental. Como assinalou Lopes (1929a, p. 109), “[...] *o problema da orientação profissional é, [...] de hygiene mental*”. Para comprovar essa assertiva, Lopes (1929a, p. 109), explica que,

[...] basta, de facto, para o comprovar, que recordemos o enfado, o tédio, o desgosto de quem exerce uma profissão a contragosto, o abatimento de quem desempenha uma função sem capacidades para ella, a irritação despeitada de quem, regredindo, vê o official mais apto do mesmo officio em caminho da franca prosperidade.

A questão da orientação profissional, então, passa a ser de primeira grandeza para a Liga. Como ela assinalou,

[...] no intuito de concentrar a atenção do publico sobre alguns dos grandes problemas da hygiene mental”, consagraram números especiais sobre determinados assuntos de primeira ordem, dentre os quais figurava a “orientação profissional (EDITORIAL, 1931a, p. 92).

O intuito de conhecer melhor a orientação profissional levou alguns membros da Liga à França, onde foram recolher materiais para apresentá-los aos demais membros depois de reunidos. A propósito de uma dessas viagens, a Liga chama a atenção dos leitores, adiantando

[...] aos leitores dos ‘Archivos’ que o Sr. A. de Bulhões, no desempenho da incumbencia, frequentou, em França, varios

laboratórios de Psychotechnica, tencionando apresentar á Directoria da Liga relatório de suas observações, que publicaremos no próximo numero (LOPES, 1925a, p. 185).

A orientação profissional se torna um dos problemas centrais para a Liga, que passa a investir profundamente nessa prática. Com isso passa a estudar, conhecer e assimilar melhor essa prática para poder desenvolvê-la no Brasil. Já no ano de 1926, dois psicólogos vindos da França, o “[...] *Professor Alfred Fessard, da Sorbonne, e a Senhora Alfred Fessard* [...]”, realizaram,

[...] durante os três meses de sua profícua permanência em nosso meio, um utilíssimo curso pratico de **psychologia aplicada á orientação e á selecção profissionaes** que pela primeira vez era realizado no Brasil (A CAMPANHA..., 1934, p. 67-68, grifo do autor).

Além da prática objetiva de internacionalismo higiênico, importa ressaltar o primeiro curso de orientação profissional realizado no Brasil, que coincidiu com o processo de desenvolvimento capitalista e com as greves que ocorreram até mais ou menos essa época. Por isso, a questão da orientação profissional ganha maior importância na medida em que era necessário, para o capital, adequar cada trabalhador a cada função na produção. A divisão do trabalho social vai impondo sua necessidade de dividir entre os que pensam e os que trabalham, entre os responsáveis pela produção material e os responsáveis pela produção intelectual; entre os que deveriam produzir e os que deveriam pensar a produção; entre os disciplinados e os indisciplinados; enfim, nas palavras da Liga, entre os “aptos” e os “inaptos”.

A premissa taylorista do “homem certo no lugar certo” foi o horizonte que a Liga procurou para definir seu procedimento de depuração social no processo de produção⁴⁷. Embora atribuisse a frase “[...] um lugar para cada homem e cada

⁴⁷ Cavalcanti (1944), enfatizando essa premissa taylorista, dizia que “a grande verdade da seleção e da orientação profissional está em colocar o indivíduo no lugar que lhe compete” (p. 39).

homem no seu lugar[...] ” a “[...] James Hartness [...]” (PENAFIEL, 1925, p. 17), eram recorrentes as menções ao taylorismo como princípio de organização do trabalho ou como forma de “[...] não perder tempo” (LOPES, 1931, p. 19).

A influência do taylorismo se deveu à fase monopolista do capitalismo que trouxe para o Brasil novos ramos da indústria, criando novas formas de organização do trabalho, baseadas na mais alta produção, na concentração técnica e na organização científica do trabalho, de que a modalidade taylorista foi maior expressão naquele momento (VEGARA, 1974).

O importante, não obstante, não era a frase, mas sim o sentido que ela encerrava, como se o homem só pudesse estar no lugar certo desde que descobertas as suas vocações íntimas, escondidas de alguma maneira nas entranhas de sua alma. O teste psicológico, neste sentido, seria a medida prática por meio da qual se descobririam essas vocações. Como assinalou Penafiel (1925, p. 19), “[...] *ha, em summa, meios praticos, psicologicos, mais ou menos rapidos, para verificações rigorosas de capacidade mental, suficientes para a afirmação, em cada individuo, de uma aptidão geral para uma função dada*”. A função a ser descoberta era de ordem intelectual ou manual.

Em questionário adaptado dos Estados Unidos para descobrir essa “aptidão”, a Liga interrogava: “[...] minha preferencia é para os trabalhos de interior ou ao ar livre? É para dirigir pessoas ou dirigir coisas (objectos, instrumentos, aparelhos?). Para o trabalho manual ou mental?” (LOPES, 1929a, p. 110). Em rigor, a pergunta quer descobrir se terá o trabalhador “aptidões” para o trabalho intelectual ou manual; se será ele o gerente ou o empregado, o explorado ou o explorador. A condição de classe se transforma numa aptidão. Uma condição social se transforma em condição natural. O que é socialmente determinado se transforma em psicologicamente determinado. O conteúdo é substituído pela forma, os resultados pelas causas, e a história reduzida a querelas psicológicas, como se antes de o homem desenvolver as forças produtivas baseado em suas necessidades imediatas e históricas, existissem as aptidões para essas

necessidades; como se antes do trem da história viessem as “aptidões” de seu maquinista.

Essas aptidões ou vocações naturais se manifestariam no indivíduo desde tenra idade, manifestando-se na fase adulta como aptidões para os trabalhos manuais ou intelectuais. Além desses, existiam também as vocações para os trabalhos artísticos, conforme assinalam os *Archivos* (RESENHAS, 1931, p. 147),

[...] as vocações, isto é, as actividades profissionais da vida adulta são: o trabalho manual, as profissões e as artes, cada uma dellas subdivididas em innumerables variedades. Embora remota, a relação das crianças com as futuras profissões começa a aparecer com relativa importancia dos 4 a 5 años.

O trabalho da Liga, destarte, consistia em encontrar nesse universo de aptidões e vocações os “indivíduos certos para as funções certas” na sociedade. Os testes psicológicos deveriam, então, buscar os encaixos vocacionais dos indivíduos para descobrir qual sua atividade profissional, entendendo essa como oriunda “[...] *da vocação ou serviço que cada um tem a executar como parcella do trabalho global para o enriquecimento do patrimonio humano*” (BRAGA, 1931, p. 14).

Ao reduzir o “patrimônio humano” a generalizações abstratas, a Liga não conseguiu dissecar em detalhes a sociedade, a ponto de descobrir que esse patrimônio obedece a leis objetivas do modo de produção capitalista, em que a divisão social das riquezas ocorre de forma desigual, ou seja, enquanto o trabalho é social, a apropriação é privada. Assim, sem conseguir superar esse dilema objetivo da sociedade capitalista, a Liga, orientada pela fórmula de colocar o homem certo no lugar certo, terminava privilegiando apenas o rendimento das empresas ou indústrias. Sem disfarçar qualquer propósito nesse sentido, Cavalcanti (1944, p. 39) enfatizou que,

[...] o trabalhador, o proletário, ou seja todo aquele que vive do seu trabalho, se está em sua posição exata, se exerce a profissão que

a sua tendência, ou melhor, o seu temperamento o colocou no lugar que aspirava, êsse trabalhador renderá o duplo daquêle que exerce tal cargo por acaso ou por necessidade econômico-financeira.

A história ainda não brindou o conhecimento humano com nenhuma experiência que demonstrasse a possibilidade de trabalhar sem outra finalidade que a “econômico-financeira”. Permitir que um operário elegesse voluntariamente seu posto de trabalho seria destituí-lo de sua condição de classe, já que esta é determinada por questões objetivas, e não subjetivas. Nenhum proletário é explorado por opção, mas por determinações históricas que lhe escapam ao controle. Portanto, não basta permitir que suas tendências ou aspirações a determinada profissão sejam libertadas por algum exame de orientação profissional. A convergência entre escolha e número de vagas para o trabalho é incongruente com o capitalismo.

Para Penafiel (1925, p. 13), três diretrizes principais deveriam orientar o trabalho de investigação na fábrica com o fim de aumentar os rendimentos na empresa, quais sejam,

[...] 1º - como conhecer as qualidades mentaes que fornecerão o melhor rendimento para os trabalhos a executar; 2º - que condições psychologicas asseguram o melhor e o mais consideravel rendimento de trabalho; 3º - que meios educativos elevarão ao maximo as faculdades de que a Industria e o Commercio têm necessidade.

Assim, os instrumentos adequados para essa finalidade de conhecer “as qualidades mentais” e as “condições psicológicas” que garantiriam o rendimento da empresa eram os testes psicológicos. A seleção profissional, neste caso, não servia a outro propósito que não o de aumentar o rendimento da empresa. Como esclareceu Lopes (1929a, p. 109),

[...] no problema da selecção profissional, em o qual, inversamente ao que se faz na orientação, se tem de partir de um dado officio e

verificar quaes são os individuos aptos e capazes de o exercer, nesse problema tambem se procura a chave da maior productividade.

Assim, o encontro do indivíduo com sua “aptidão” estava marcado pela orientação profissional. Uma vez selecionado, ele trabalharia muito mais tranqüilo e feliz, aumentando consideravelmente os rendimentos da empresa. Como assinalou Lopes (1929a, p. 109),

[...] é de facil percepção o alcance da orientação profissional justa, pois certamente augmentará a producção nacional e crescerá a fortuna publica se cada cidadão trabalhar satisfeito, e exercendo o mistér para o qual tem aptidões naturais.

Embora desconhecesse as leis da mais-valia, a Liga não ignorava que os lucros, ao contrário de fazerem parte da “fortuna pública”, eram devidamente direcionados à empresa. Não somente indicava para onde os lucros iam, mas também os meios de obtê-lo. Assim (RESENHAS, 1925, p. 173),

[...] importa ao industrial conseguir que reine um optimum de hygiene mental entre os operários, porquanto d’ahi resulta melhor productividade e, pois, maiores lucros. Os meios de conseguir tal objectivo são a orientação profissional e a selecção psychiatrica e psycho-physiologica dos trabalhadores.

A Liga deixava claro seu vínculo com a classe dominante no sentido de ajudá-la no processo de exploração da mais-valia. Com semelhante operação, a Liga punha por terra a concepção segundo a qual é possível uma classe conciliar-se com a outra, viverem ambas em harmonia ou sem colidir-se. A promessa do governo Vargas (1943, p. 224) de que seria possível “[...] conciliar [...] as classes com o intuito de [...] garantir os seus mútuos interesses [...]”, não era outro pretexto que o de garantir a manutenção da exploração da classe operária pela capitalista. A Liga, que não desconhecia esse processo e quem lucrava com ele,

não escondia seu vínculo com a classe dominante, no sentido de prestar seus serviços às empresas e indústrias. Como ressaltou Penafiel (1925, p. 13),

[...] bem deslocado, dessa maneira, para o terreno ou dominio psychologico o eixo de taes indagações, a Liga de Hygiene Mental póde dar-se á tarefa de organizar um systema que possa, por meio de pericias de um Instituto apropriado, collocar methodicamente a experiencia technica, medico-psychologica a serviço do Commercio e da industria moderna.

Já se notam os compromissos que a psicologia foi assumindo no Brasil antes de se tornar uma profissão autônoma. Independentemente disso, é importante observar que a Liga não se limitou às explicações da importância da orientação profissional, ela também criou um espectro de atendimentos para garantir que seus serviços ao capital fossem garantidos.

Internamente, acrescentou na “[...] *Relação dos Membros Titulares da Liga Brasileira de Hygiene Mental* [...]”, a “[...] *Secção de Educação e Trabalho Profissional*” (RELAÇÃO..., 1925, p. 189). Além disso, acrescentou em seus Estatutos (1929, p. 40) mais 5 itens ao Capítulo I, dos quais um tratava de “[...] *estudar e por em pratica os melhores processos para fazer a orientação e selecção profissionaes* [...]” e o outro falava em “[...] *promover o estudo e desenvolvimento dos novos processos da psychologia applicada*”.

Lopes (1929a, p. 110-111) comenta os avanços que se avizinhavam com respeito à orientação profissional, lembrando que o

[...] Dr. Fernando de Azevedo, auxiliar ilustre do prefeito Antonio Prado Junior, que incluiu na sua recente e esclarecida reforma do Ensino Municipal a criação de um Gabinete de Psychotechnica e de orientação profissional.

A seleção profissional parecia ser um âmbito de atuação da Liga que as indústrias não desprezavam, e a Liga não ignorou esse proeminente negócio. Buscou se firmar prestando serviços de orientação e seleção profissionais às

indústrias e também atendendo aos chamados destas quando fossem dadas as oportunidades. Em nota nos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, a Liga anuncia:

[...] por intermédio de um dos membros da Directoria da Liga, foi a nossa instituição convidada a trabalhar no Laboratorio de Psychotechnica em via de organização nesta capital, graças á iniciativa do Dr. José Alves de Oliveira. O referido Laboratorio deverá funcionar annexo a uma grande Escola Technica, destinada, sobretudo, a proporcionar instrucção professional idônea aos candidatos á carreira commercial e á industrial (NOTICIARIO, 1931, p. 157).

Um importante período se abriu no sentido de oferecer serviços de seleção via aptidões. Colocar o homem certo no lugar certo era a tarefa da Liga em conjunto com as indústrias e empresas da época. Com isso, entre as principais “[...] *aspirações da Liga Brasileira de Hygiene Mental* [...]” estava a criação de um “[...] *Instituto de orientação e selecção profissinaes, como já existe em Lisboa, Barcelona e em varias outras metrópoles européas e americanas*” (A CAMPANHA..., 1934, p. 71-72).

Isso sem contar os trabalhos já realizados, conforme relatou Lopes (1925a, p. 173, tradução nossa), ao lembrar que

[...] no tocante aos recentes trabalhos da Liga, vale a pena pôr em relevo os exames que estão sendo efetuados nas fábricas do Distrito Federal do Rio de Janeiro, com o objetivo de verificar as condições de eficiência física e mental dos trabalhadores de menor idade⁴⁸.

⁴⁸ “[...] *en lo relativo á los trabajos recientes de la Liga vale la pena poner en relieve los examenes que están siendo efectuados en las fabricas del Distrito Federal de Rio de Janeiro, con el objetivo de verificar las condiciones de eficiencia fisica y mental de los trabajadores de menor edad*” (LOPES, 1934a, p. 173).

Com isso a Liga criava todos os meios possíveis para ir atrás dessa fonte de lucro chamada vocação, incluindo aí a de crianças. Lopes (1934a, p. 199) referiu-se a “[...] esse milagre vocacional do ‘homem no seu posto’, escopo supremo das sociedades equilibradas”. Assim, a vocação era sinônimo de equilíbrio, sendo o taylorismo seu princípio regulador.

Equilíbrio social para a Liga era depurar a sociedade, dividindo os “aptos” dos “inaptos”, emprestando um aditivo teórico à divisão social do trabalho no modo de produção capitalista. Os mais “aptos” naturalmente ganhavam mais, trabalhavam menos e em melhores condições. O equilíbrio dependia, portanto, de como o trabalho seria organizado⁴⁹.

Não obstante, esse processo de taylorização como preâmbulo da depuração social não poderia restringir-se à vida na fábrica. Ora, uma vez que as vocações se manifestam já na infância, o processo de caça às aptidões deveria também iniciar-se na infância. Como esclareceu Penafiel (1925, p. 20-21, grifo do autor),

[...] a organização do trabalho industrial só começou a entrar na vida científica depois que o seu estudo foi, nos últimos anos, abordado pela prática psicológica experimental. Já se pretende que também a **taylorização do trabalho intelectual nas escolas** seguirá a mesma lei, emprestando-se a esse termo a significação de um sistema orgânico de economia do trabalho industrial, mais productivo a curto e a longo prazo, mais vantajoso para o desenvolvimento individual de cada aluno, pondo-se em valor suas aptidões pessoais e, portanto, preparando-o para uma maior utilidade social.

Como a vocação ou aptidão era uma coisa natural, sob a ótica do ideário da Liga, supõe-se que seja transmitida hereditariamente, assim como os demais fatores da vida humana. Segundo essa concepção, a Liga estava à procura dos filhos dos operários que seriam operários amanhã, os filhos dos burgueses que

⁴⁹ Segundo Cavalcanti (1944, p. 39), “[...] o trabalho é uma função criada pelo homem para o seu aperfeiçoamento ou para o seu tormento, quando mal organizado”. Essa é uma questão relativa, pois, numa sociedade dividida em classes, o aperfeiçoamento privilegia apenas os lucros, tanto maiores quanto mais organizada for a produção.

seriam burgueses amanhã, e assim sucessivamente; uns trabalhando na produção, outros administrando-a. Como descreveu Penafiel (1925, p. 20), “[...] *do mesmo modo que existem typos ‘intellectuaes’, existem necessariamente ‘typos de trabalho industrial’.*”

Em outras palavras, existem aqueles “aptos” a vender a força de trabalho e os “aptos” para explorá-la. O “tipo” natural de vocação, na verdade, é a reprodução das relações de produção do capitalismo com roupagem de orientação profissional. A criança, neste caso, deveria ter suas aptidões captadas logo cedo para que o processo produtivo fosse assegurado. Com isso, a Liga deveria sair do domínio da indústria e entrar no domínio de maior concentração dessa massa “apta” ao “trabalho industrial”. Que melhor domínio para essa “seleção” do que a escola?

4. A EDUCAÇÃO SOB MEDIDA

Para o homem superior é na civilização, na cultura, na educação que está a felicidade (OLINTO, 1934, p. 122).

4.1 Cultivar desde cedo

Uma analogia entre a infância e a planta nos autorizaria a dizer que a primeira está para a Liga como a segunda está para um jardineiro. A própria Liga sustentava que a higiene mental não era “[...] apenas tratamento, mas sim cultivo da mentalidade humana” (OLINTO, 1934, p. 28). Ante a iminência de algum defeito, alguma imperfeição, a planta é imediatamente corrigida, podada e aperfeiçoada. Para a Liga, a criança também deveria ser submetida às devidas prevenções desde cedo para que não se desenvolvesse com “desvios”. Em todo o caso, uma vez degenerada, que não proliferasse como uma erva daninha que contamina as demais plantas.

O caráter profilático do trato com a criança era evidente e o objetivo igualmente claro. higienizar para conter. Esse era o princípio que orientava a Liga. A crise social pela qual o país passava abria uma inquietante interrogação: como prevenir a Nação de futuros conflitos sociais? Durante o 1º Congresso Nacional de Saúde Escolar, a Liga se manifestou nos seguintes termos à imprensa paulista:

[...] nesta época atormentada em que vivemos, quando o mundo passa por tantos entrechoques e **agitações sociais profundas**, nada é mais necessário que a Higiene Mental, a qual deve ser ensinada e aplicada desde a infância, garantindo-se destarte a integridade psíquica dos futuros cidadãos e contribuindo para que a Pátria tenha assegurado um porvir mais glorioso e pujante (ROXO, 1941, p. 27).

Nota-se que a Liga não negligenciava, de forma alguma, a crise pela qual o país passava naquele momento. Mais que voltar os olhos para o presente, a Liga estava atenta para o futuro. Sua meta era prevenir a “Pátria” de futuros “agitadores

sociais”, hoje escondidos atrás da infância, que precisava ser submetida ao rigoroso procedimento de aplicação da higiene mental.

O destino da depuração nas fábricas, na imigração e no exército estava preso a um inconveniente: os principais sujeitos desses domínios eram adultos. Tornava-se complicado demais, se não impossível, reverter um processo de degeneração nos adultos. Quando muito, controlava-se tal processo.

A cristalização de determinados hábitos, a ossificação de alguns vícios e a estratificação de algumas enfermidades mentais impediam que a Liga visualizasse outro horizonte que não o da depuração social. Um dos caminhos seria a esterilização⁵⁰; outro poderia ser condenar os degenerados ao ostracismo ou abandonar aqueles que certa feita foram chamados de “[...] *certos casos considerados inoperáveis*”⁵¹ (RESENHAS, 1934, p. 340).

As crianças, entretanto, não eram passíveis de esterilização e considerá-las “inoperáveis” significava assumir um risco muito grande de condenar ao ostracismo um ser com possibilidades de correção. Nesse caso, para não incorrer em erro, o melhor seria entendê-las, testá-las, selecioná-las e preparar as “sadias” para o futuro, enquanto as “doentes” seriam depuradas e confinadas em escolas especiais. Os testes estariam para esse procedimento como o prumo está para uma construção: um milímetro fora do lugar na fundação e o prédio inteiro estará condenado. O equilíbrio era imprescindível para o desenvolvimento da obra.

Dada a sua importância na construção de uma nação higienizada, a Liga prestava especial atenção às crianças. Como afirmaram,

[...] não pensemos apenas nos adultos, que já estão com as suas taras, os seus defeitos e anomalias por assim dizer estratificados. Pensemos nas crianças porvindouras e nas crianças actuaes, procurando defende-las dos perigos do ambiente, tão nocivo em factores pathogenicos (A CAMPANHA..., 1934, p. 65).

⁵⁰ Um dos membros da Liga que advogavam esta alternativa era o médico Renato Kehl (1925).

⁵¹ A propósito da aplicação da higiene mental, algumas definições consideravam que a “[...] *higiene visa o homem médio, e a criança, não se applica a seres excepcionaes*” (RESENHAS, 1925a, p. 184).

A Liga sustentava com convicção essa diferença entre a criança e o adulto. Como afirmou Radecki (1925, p. 21), “[...] *a creança não é um homem adulto em miniatura, mas representa periodo qualitativamente diferente*”. Essa constatação, aparentemente óbvia, foi uma das principais fundamentações sobre as quais repousou a orientação da Liga com respeito à criança. Diferenciar a criança do adulto do ponto de vista qualitativo era admitir que os efeitos da higiene mental sobre as crianças poderiam engendrar respostas também qualitativamente diferentes, ou seja, que a aplicação da higiene mental nas crianças poderia surtir efeitos contrários aos que apareciam nos adultos. Aquilo que nos adultos provocaria resultados negativos, na criança poderia aparecer em sua forma positiva, ou vice-versa. Daí a razão de a Liga privilegiar a criança como o melhor alvo de intervenção, como sustentou Carrilho (1925, p. 138):

[...] é, porém na idade infantil que a hygiene mental encontrou o seu maximo de utilidade pratica, justificando a intensificação de sua acção salvadôra nessa phase da existencia, quando as condições de receptividade para os bons principios a que é solicitada, melhor se revelam.

A criança, portanto, tornou-se um imperioso funil por meio do qual a higiene mental era introduzida, garantida e proliferada com mais intensidade. No chavão de Vianna (1925, p. 180), “[...] a criança de hoje é o homem de amanhã”. Precisamente por isso, o futuro da sociedade higienizada dependia da higienização infantil. Como advertiu Vianna (1925, p. 180),

[...] não se trata já de acariciar e proteger os pequenitos para simples satifação dos nossos instinctos sympathicos. Não se trata de piedade nem de caridade, fórmulas commodas de fundo um tanto egoista e que a nada obrigam. Trata-se de um dever, para nós, formal e imprescindivel. Exigem-no – a criança, para seu amparo e sua protecção, - a raça, para o seu aperfeiçoamento; - a sociedade, para a sua defesa e melhor organização; - as três, para um remoto ideal de humanidade feliz.

De fato, um ideal tão remoto quanto a distância entre o céu e a terra. O autor esteve repleto de razão em acrescentar a palavra “ideal”, já que o problema “real” pelo qual a criança passava era de ordem social, e não racial, biológica ou hereditária. O grande “mal” que afetava a vida da criança oriunda da classe trabalhadora era proveniente das fábricas, e não de sua hereditariedade, ainda que não fosse desprezada essa última. O fator que determinava a vida da criança era histórico, e não natural. Eram históricas, econômicas e sociais, e não biológicas, as forças que se impunham sobre a vida das crianças. Naquele momento, como recordou Marques (2003, p. 58),

[...] a entrada de crianças no mercado de trabalho concretizou um dos grandes anseios do empresariado, pois ao possibilitar a diminuição dos custos de produção contribuiu para aumentar a acumulação do capital. Crianças-operárias recebiam salários irrisórios para operar máquinas projetadas para adultos nas quais produziam tanto quanto antes. Porém não esqueçamos o detalhe: empresários importaram máquinas adaptadas aos pequenos para que, nelas, eles pudessem docilmente render mais.

Para “proteger” a criança era preciso, em primeiro lugar, libertá-la da exploração capitalista. Ao contrário disso, a Liga propunha que a criança fosse apenas protegida, não do trabalho, mas das influências morais dos degenerados. Despertar essa moral era a tarefa da Liga. Nesse sentido, os “ideais de raça”, “sociedade” e “Nação” ganhariam maior vulto na medida em que penetrassem na moral das crianças e também dos adolescentes. Para tanto, valeriam todos os meios ou “[...] *qualquer coisa que orientasse e afirmasse o moral, que formasse o caracter do adolescente*” (ESPOSEL, 1925, p. 104).

Não obstante, assim como muitos imigrantes, muitas crianças não sabiam sequer ler, sendo muito difícil ou quase impossível higienizá-las em toda a sua magnitude. O problema da alfabetização aparece novamente, e com ele a nova preocupação da Liga: ajudar a erradicar o analfabetismo.

4.1 Alfabetizar é higienizar

Para a Liga, higiene mental e analfabetismo eram termos antitéticos. Dificilmente uma criança analfabeta poderia aprender, assimilar ou compreender os princípios da doutrina proclamada pela Liga. Dado o número de analfabetos da época, a missão da Liga se tornava uma tarefa hercúlea. A preocupação com o analfabetismo ou, em todo o caso, com sua erradicação, foi exposta com as seguintes palavras pelo presidente Vargas (1943, p. 322-323),

[...] o analfabetismo é estigma de ignorância, mas a simples aprendizagem do alfabeto não basta para destruir a ignorância. A massa de analfabetos, peso morto para o progresso da Nação, constitui mácula que nos deve envergonhar. É preciso confessá-lo corajosamente, toda a vez que se apresentar a ocasião. Cumpre fazê-lo aqui, não para recriminar inutilmente, mas, apenas, para nos convenceremos de que o ensino é matéria de salvação pública.

A questão da alfabetização, conforme discutido anteriormente, estava intimamente relacionada à “tábua de salvação da República”, qual seja, preparar mão-de-obra qualificada para a produção. Como reconheceu o governo, ao lado da alfabetização, “[...] o preparo profissional constitui outro aspecto urgente do problema” (VARGAS, 1943, p. 323).

Havia também outra preocupação: o que fazer com a massa de crianças espalhadas pelas ruas do país? Como e onde “depositar” esse contingente de crianças antes que se tornasse um contingente de maiores problemas para o Estado? Eis que a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário surgem como solução. Segundo Vargas (1943, p. 323),

[...] a Constituição em vigor estabelece a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário. O volume de iletrados constitui obstáculo ponderável, tanto ao aparelhamento institucional, como para o desenvolvimento das atividades produtivas. É preciso

reduzi-lo rapidamente, e nessa campanha devem empenhar-se todos, em estreita cooperação com o Estado.

Mais uma vez a Liga corre em socorro do Governo, estabelecendo cooperação estreita com o Estado. Preocupados ao mesmo tempo em higienizar e alfabetizar, os membros da Liga refletiram sobre como poderiam ajudar nesse processo. Como manifestou Esposel (1925, p. 104),

[...] um meio pratico de combater o analphabetismo poderia ser proposto pela nossa Liga. Em seguida um inquérito do que se pratica em nossas escolas primarias, e o que de melhor se poderia fazer para maior e mais fácil aproveitamento do escolar para sua cultura mental.

A Liga não estava preocupada somente com a alfabetização, ela queria saber que hábitos eram cultivados nas escolas, que práticas eram exercidas pelos alunos e que ambiente cultural era estimulado. Era por meio dessas informações que poderia atuar nas escolas com maior eficiência.

A maioria dos membros da Liga estava convencida da necessidade de alfabetizar as crianças, como conclamou Moreira (1925, p. 196): “[...] *ensinemos a ler á nossa gente. Comecemos na escola de envolta com o ensino do alphabeto, a convencer a criança que é preciso dar combate aos factores deseugenisantes*”.

Ignoramos se alguma criança analfabeta soube algum dia o que significa “*factores deseugenisantes*”. O fato é que, para a Liga, não havia um processo separado, dicotomizado ou dividido entre alfabetizar e higienizar. Em rigor, conforme citação acima, os dois processos ocorriam combinados, conjunta e simultaneamente. Para higienizar era preciso alfabetizar, e alfabetizar era higienizar as mentes das crianças. Por isso a Liga estava tão preocupada com a alfabetização. A cartilha da criança seria escrita com as letras da Liga. Esperava-se que, antes de saber escrever o próprio nome, as crianças já tivessem dominado o alfabeto da higiene mental.

Desse empenho da Liga não escapavam nem mesmo os pacientes internados nos hospícios. Lopes (1925, p. 215), por exemplo, declarou-se “[...] *verdadeiro fanático da campanha contra o analfabetismo, tanto que até no seu serviço hetero-familiar da Colonia do Engenho de Dentro, todas as alienadas são alfabetizadas*”.

O exemplo acima cumpre apenas com o propósito de ilustrar o empenho envidado pela Liga no processo de alfabetização. Para o presente estudo interessa apenas como esse processo ocorreu com as crianças, razão pela qual cumpre entender melhor o espaço onde elas se concentravam e como a Liga o compreendia. No caso, esse espaço de concentração infantil é a escola.

4.2 A escola: berço da civilização

Atuar sobre a escola oferecia à Liga algumas vantagens. Ali se reunia o maior número de crianças. Ali o acesso às crianças era muito mais rápido, fácil e efetivo. Precisamente por isso, ali os testes teriam maiores possibilidades de serem criados, validados ou experimentados. Por outro lado, era na escola que as crianças passavam a maior parte de seu tempo, permitindo à Liga observá-las atentamente, ao passo que também estudava o próprio ambiente. Oliveira (19-- , p. 174), justificou que,

[...] sendo a escola uma força social e sabendo-se que o escolar aí passa grande parcela do seu tempo, justamente durante a fase em que seu organismo sofre profundas modificações, na esfera física como na intelectual e na moral, compreender-se-á o valor do estudo da Higiene Mental.

Como ratificou nesse sentido Moreira (1925, p. 196), “[...] o trabalho de incutir no espírito de nossa gente os preceitos de hygiene mental” deveriam continuar “em todas as collectividades”, em especial “nas escolas”. Era demasiado oneroso, difícil e parcimonioso o trabalho individual. A ação da Liga teria que

privilegiar os domínios da vida humana que concentrassem o maior número de pessoas. “A catechese de um a um é sempre insuficiente, precaria e não compensadora do esforço dispendido [...]”, lamentou a Liga (RESENHAS, 1925, p. 171-172). “É preciso [...]”, prosseguiu, “[...] fazer a propaganda prophylactica em larga escala, o que, na pratica, deve, de preferencia, ser levado a effeito, obtendo que cada organismo social [...], cuide da saúde mental de seus componentes” (RESENHAS, 1925, p. 171-172).

Ora, tomada como um organismo, a escola transformava-se num espaço natural, vítima apenas das “determinações naturais”, portanto, arredia às “intempéries” da história. Essa concepção natural não se restringia às escolas, senão que toda a educação era entendida como um fenômeno natural. Bittencourt (1941, p. 31) sustentava categoricamente que “[...] a educação é antes de tudo um crescimento e como tal um fenomeno biologico”. Sendo assim, o aluno deixava de ser um sujeito para transformar-se diretamente num organismo natural, cuja finalidade consistia exclusivamente em adaptar-se ao meio. O fator de maior importância no campo da educação, para a Liga, era o psicológico, já que seria o mecanismo por meio do qual a adaptação da criança seria garantida. Conforme sustentou Bittencourt (1941, p. 31-32), “[...] a educação não é só um crescimento: é também uma direção psicológica para uma adaptação social e sob esse ângulo é que se encontra a sua essência”.

Embora a Liga estivesse interessada em preconizar sua doutrina em todos os ambientes escolares, era nas escolas infantis que depositava a esperança de que seu ideário ecoasse. Se não no presente, pelo menos no futuro. Além disso, era nas escolas infantis que diagnosticariam com mais precisão os “predispostos”. A esse respeito, Fontenelle (1925, p. 195), sustentou que,

[...] nas escolas primarias, e, tambem, principalmente, nas escolas maternas e jardins de infancia, que é preciso multiplicar, é indispensavel fazer esse trabalho educativo, do mesmo modo passo que, por exames systematicos individuaes, serão pesquisados os predispostos, os psychopathas em inicio e os deficientes mentaes.

A razão de ser de semelhante preocupação residia no fato de que a escola, para a Liga, deveria estar a serviço da civilização. Como afirmou Braga (1931, p. 06), “[...] para organizar-se, pois, um programma integral de educação, tornar-se necessário, primeiro, averiguar quaes são os elementos essenciaes da civilização”.

Em se tratando de uma civilização burguesa, não é difícil imaginar quais seriam esses “elementos essenciais”. As ruas precisavam ser limpas, a produção garantida e a ordem conservada. Crianças nas escolas, higiene nas mentes. Essa era a receita que a Liga esperava conquistar. Se a civilização dependia de crianças sadias, os exames informariam quais delas atenderiam às exigências civilizatórias ou aos “elementos essenciais”.

O empenho da Liga era por uma educação “para todos”, universal, porquanto assim seria muito mais fácil inculcar seu ideário nas crianças. Além disso, seria importante conter as crianças no seio da escola, ao invés de deixá-las sob os cuidados da dura realidade da luta de classes.

Em todo o caso, alguns membros da Liga flutuavam ao sabor do vento soprado pelo Governo com destino à escola primária obrigatória. Vargas (1943, p. 324) afirmou que “[...] a iniciativa federal, para maior difusão do ensino primário, em obediência aos preceitos da nova Constituição, se processará de forma intensiva e rápida, estendendo-se a todo o território do país”.

Naquele momento era discutida a necessidade de se garantir a escola pública, obrigatória e gratuita para todas as classes. Muitos membros da Liga empunharam essa bandeira, somando-se à “[...] Cruzada Pedagógica pela Escola Nova” (LOPES e FIALHO, 1929, p. 68).

Essa “cruzada” se intensificou sobretudo a partir da década de 20, com as reformas estaduais do ensino e “[...] culminou no lançamento do ‘Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova’, em 1932, assinado por 25 educadores, entre eles Antônio de Sampaio Doria, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho,

Paschoal Leme e Cecília Meirelles” (FÁVARO, 2000, p. 53). Fávoro (2000) explica de forma sintética esse movimento. Segundo a autora,

[...] podemos dizer que os princípios escolanovistas baseavam-se sobretudo no respeito ao desenvolvimento da personalidade da criança, sendo ela o centro do processo educativo; na educação ativa, para capacitar o aluno a solucionar problemas individuais e sociais; na escola única, dando a todos uma base educacional comum; na escola do trabalho, para organizar para o trabalho e criar um sentimento democrático (FÁVARO, 2000, p. 53).

Azevedo (1976, p. 167) assinala que um dos objetivos da Escola Nova era o de acompanhar a “[...] mobilidade social [...]” e

[...] rompendo com as linhas da clivagem social entre vários grupos e classes, contribuir poderosamente não só para uma ‘democratização’ mais profunda como também para uma intensidade maior de trocas econômicas e culturais.

Embora os esforços do autor apontem para uma tentativa de dirimir as fronteiras limítrofes entre uma classe e outra, não fica claro como seria possível uma “intensa troca econômica e cultural”, já que as únicas trocas que o capitalismo respeita são as trocas de mercadoria, processo mediante o qual o trabalhador troca sua mercadoria força de trabalho por outra mercadoria na forma de salário.

Com a universalização do ensino, os escolanovistas esperavam que as classes sociais se diluíssem no interior da escola. Como notou Fávoro (2000, p. 51), “[...] a Escola Nova formaria valores e virtudes sociais, teria conteúdos universais, tornando-se neutra, e adotaria um novo método para formar os cidadãos, voltando-os para o social e incorporando-os ao Estado”. Com isso, a escola se tornava a mediação entre o Estado e as crianças, transmitindo os valores dominantes como valores universais, mas sempre respeitando a “[...] individualidade da criança” (FAVARO, 2000, p. 55).

A educação da Liga passou, então, a cumprir papel vital no ambiente escolar, já que era por intermédio das escolas que a educação higienista poderia se tornar um valor universal. A Liga voltou seus olhos para a educação como se essa fosse efetivamente uma das maiores e melhores saídas para o futuro da Nação.

Talvez seja este um dos aspectos mais importantes da estratégia da Liga, pois era na escola que ela poderia efetivar sua meta de criar uma educação sob medida. Chamamos de educação sob medida o processo mediante o qual a Liga submetia os indivíduos a processos de mensuração como forma de depurar socialmente aqueles considerados elementos noviços à ordem estabelecida, cuja denominação pouco importa, sejam eles “predispostos”, “degenerados” ou “tarados”. O importante dessa definição é explicitar como a educação e a escola cumprem uma função estratégica no marco de contenção social criado pela Liga.

A educação não se restringia ao âmbito escolar. Para a Liga, um dos fatores precípuos na educação da criança era a família. Braga (1931, p. 11) argumenta que “[...] o exito bom ou mal da escola depende em grande parte das attitudes da familia para com a educação”. Embora não fique clara a dicotomia “bom” e “mal” (mau), a Liga esperava que em todos os âmbitos da vida a educação higiênica pudesse se insinuar, imiscuir-se como prática e penetrar como ideário.

A educação familiar não era substituta da escolar, mas complementar. A escola existe porque a família não basta. Segundo máxima de Olinto (1934, p. 122), “[...] casa de paes, escola de filhos”. Na família, como na escola, também “[...] deverão chegar as providencias da Liga” (SOUZA, 1929, p. 107).

Para os membros da Liga mais aferrados à concepção eugênica, não havia saída para as famílias consideradas degeneradas que não fosse a esterilização. Outros membros, entretanto, ponderavam que a educação seria o melhor caminho, enfatizando “[...] o valor que teria, [...], a educação geral do publico” (RESENHAS, 1925, p. 169).

Em todo o caso, já que era a educação o caminho e a escola o destino, que se fizesse antes a “triagem” das crianças para que a Liga pudesse atuar rapidamente sobre elas antes que ingressassem nas escolas. Como explicou Lopes (1925, p. 159), “[...] *é nesse período pre-escolar, (...), que deve o especialista rastrear a possível anormalidade mental, muito mais susceptível de cura quando assim precocemente encontrada*”.

Destarte, o respeito à “individualidade da criança” significava também diferenciá-la das demais, quer por sua suposta “sanidade”, quer por sua “insanidade mental”. O critério de (in)sanidade era definido segundo a capacidade que o indivíduo tinha de adaptar-se ao meio. Para Bittencourt (1941, p. 32),

[...] é são mentalmente o que melhor se adapta às circunstâncias perenemente modificadas do ambiente, o que mais eficazmente reage a essas mutações, conseguindo vencer momento a momento os conflitos e impasses da vida, que, além do aspecto meramente biológico, de nutrição e reprodução, apresenta, no homem, as formas complexas de problemas sociais e morais.

Ou seja, “mentalmente são” é aquele indivíduo que, apesar da fome, do desemprego e da prostração, deveria abster-se de protestar, de insurgir-se e de lutar por uma melhor condição de vida. Quanto maior a capacidade de adaptar-se ao meio, maior a sanidade do indivíduo.

Pelo valor que atribuía ao psiquismo, entendido do ponto de vista médico, a Escola Nova tinha precisamente como um de seus fundamentos a Psicologia e a Biologia (FÁVARO, 2000), resgatando das duas as influências sobre as questões relativas a saúde, doença, normalidade e anormalidade. O campo da educação deixa de ser visto como um fenômeno histórico para ser um fenômeno psíquica e biologicamente determinado. A psicologia torna-se o mecanismo privilegiado de educação e a biologia, o fundamento sobre o qual se radica o trabalho médico. Com isso, as margens entre educação e medicina desaparecem, criando-se uma unidade pedagógica entre ambas, ligadas com o selo da higiene mental. Assim,

Não ha, pois, entre educação e medicina do espirito nenhuma diferença fundamental. Apenas a primeira se extrema no sentido de conservar a saúde do psiquismo e desenvolvê-lo e a segunda em restaurar a saúde mental, quando perdida. Entre esses dois polos, contudo, fica uma zona comum à pedagogia e à medicina, tão comuns que dentro dela ninguém saberá responder onde está uma sem a presença da outra: é a higiene mental (BITTENCOURT, 1941, p. 33).

Este fundamento permitia à Liga compreender a educação como um processo de “conservação e desenvolvimento” do psiquismo, no sentido de adaptá-lo às circunstâncias ambientais. Ao transformar a educação em uma especialidade médica, a Liga fazia do aluno um sujeito particularizado, compartimentado e isolado do processo histórico, ao qual cabia apenas adaptar-se.

Tal como na Escola Nova, a Liga também comungava da idéia de que o aluno deveria ser o epicentro das atenções. Braga (1931, p. 12) ressaltou que “[...] o centro de interesse pedagógico na escola deslocou-se da matéria a ensinar para o proprio alumno, que passa a ser o centro do programma todo da educação”.

De fato, o que se opera por trás dessa concepção é a individualização do aluno, balizada por uma fundamentação que pretende desligá-lo de qualquer relação de classes, como se diante da escola “todos fossem iguais”.

Vista a questão dessa maneira, fica descartada a possibilidade de a escola reproduzir a luta de classes, já que busca transformar o aluno em sujeito conciliador e a escola num mundo etéreo, sem contradições e metafisicamente harmoniosa. Para Braga (1931, p. 12),

[...] o que se trata, de facto, é de modificar os seres humanos, tornando-os melhores do que eram, nas suas relações com terceiros, nos seus conhecimentos de ordem intellectual, na sua capacidade de acção para exercer funcções reaes na vida como individuos e como factores da comunhão social.

Convergindo com a concepção defendida pela Escola Nova, muitos membros da Liga esperavam efetivamente que as crises vividas fora da escola não seriam reproduzidas em seu interior. Semelhante querela idealista é digna de observação, na medida em que busca abstrair a escola do restante da sociedade. O mesmo vale para a tentativa de fazer desaparecerem as relações de classes somente em função de ter-se substituído o nome por “relação com terceiros”.

De resto, não basta mudar o nome das coisas para que elas mudem. Chamar uma cadeira de vento não permitirá que alguém sentado nela caia no chão porque seu nome foi alterado. Em todo o caso, essa concepção precisaria ser introduzida nas escolas. O papel do educador nesse processo seria capital.

4.3 Educador: cabo de transmissão da Liga

Para a Liga, o educador cumpria um papel essencial na transmissão dos valores higiênicos à criança. “*Entretanto [...]*”, advertiu Radecki (1925, p. 20), “[...] *o educador deve ter consciencia, tanto da função em que pretende influir, como da direcção em que o vae fazer, como finalmente dos meios da influencia mesma*”.

Se a missão da educação era “modificar os seres humanos”, o educador deveria conhecê-los muito bem, ou pelo menos saber minimamente que fatores queria modificar. Para isso, lembra Radecki (1925, p. 20),

[...] elle deve, pois, escolher, no conjuncto do psychismo do educando, os processos sobre que deve já influir, deve saber como – quaes as modificações das funcções escolhidas – influirão sobre a modificação do conjuncto total.

Para que pudesse exercer alguma influência na criança, o educador deveria conhecê-la com profundidade. Mais que isso, deveria conhecer os próprios meios de influir. Esses cuidados revelavam como a Liga estava realmente preocupada em inocular nas crianças seu ideário. Estava em jogo nada mais que o futuro da Nação. Por isso, toda operação de influência deveria obter precisão cirúrgica. O

educador não era somente um transmissor de conhecimento, ele era o astro por meio do qual a moral da Liga poderia reluzir no espaço mental das crianças.

Mais do que ninguém, o educador deveria conhecer a criança em todos os sentidos. Ao lado da “atenção”, da “discriminação”, da “imaginação”, da “memória” e do “pensamento”, o educador deveria conhecer o “sentido”, visto que, “[...] na educação, para se ter influencia sobre a criança, é muito importante conhecer o dominio da sua maxima e preferida sensibilidade sensorial” (RADECKI, 1925, p. 24). Finalmente, o educador deveria conhecer profundamente a vida afetiva da criança. Essa, aliás, era uma tarefa complexa, já que, como reconheceu Radecki (1925, p. 65), “a influencia do educador sobre a vida affetiva da criança representa um dos mais difficeis problemas da pedagogia e hygiene mental”.

A Liga criava toda uma tecnologia psicopedagógica com o fito de exercer maior grau de influência sobre as crianças. Radecki (1925, p. 77), enumerou cinco formas de influenciar a criança. Com isso “[...] *os meios de influencia do educador tornam-se: 1) o informar; 2) o ordenar; 3) o pedido; 4) a persuasão; 5) a sugestão*” (RADECKI, 1925, p. 77).

Falando rapidamente sobre cada um, o “informar” repousa “[...] somente no facto de fornecer verbalmente, ou por meio de exemplo á criança as noções de valores ou consequencia de eventual acção” (RADECKI, 1925, p. 77). A “ordem [...]”, explica Radecki (1925, P. 77), “[...] representa já a introdução dum novo valor artificial”. Já o “pedido [...]”, comenta o autor, “faz entrar no jogo os valores que decorrem da relação da criança para com o educador” (RADECKI, 1925, p. 78). A “persuasão [...]”, explica Radecki (1925, p. 78), “[...] é uma apresentação e revelação dos caminhos do relacionamento, que conduzem para tal ou outra avaliação do projecto de acção”. Finalmente, a “sugestão [...]”, conclui o autor, “[...] a consciente ou subconsciente influencia exercida sobre a sub ou inconsciência de outra pessoa” (RADECKI, 1925, p. 79).

Assim, todo um estudo foi desenvolvido a fim de entender melhor como o educador poderia influir decisivamente na formação moral da criança. Educar a criança era, pois, inocular o ideário higienista. Educação e profilaxia se

confundiam. Olinto (1934, p. 122) sentenciou que “[...] *a verdadeira prophylaxia mental infantil, a verdadeira eugenia, resume-se em educar*”.

Afinal, educar com que finalidade? Sobre essa questão, a Liga não guardava segredos. Quanto aos objetivos do educador, Radecki (1925, p. 21, grifo do autor) explica que, “[...] *o fim do educador é, pois, [...], fornecer á creança educada a possibilidade de se desenvolver de modo a attingir o maximo da durável felicidade pessoal e **utilidade social***”. Ou seja, o educador só teria cumprido com sua meta desde que tornasse úteis as crianças. Esse utilitarismo era confundido com felicidade e era definidor de quem pertencia ou não à civilização. Mas que felicidade era essa? Olinto (1934, p. 122) é claro na resposta: “[...] a felicidade está em almejar pouco e trabalhar muito”. E o que mais restaria para quem não tinha outro futuro que não o de reproduzir a força de trabalho herdada dos pais?

Por isso era muito importante que os critérios de seleção para a escola fossem bastante rigorosos, pois era dali que partiriam as mãos para as futuras máquinas. Precisamente por esse rigor é que a Liga se colocou a tarefa de ensinar, também aos professores, os procedimentos de aplicação dos testes.

Os testes psicológicos nas investigações da vida intelectual da criança tiveram tamanha importância que a Liga criou uma “[...] *secção de psychologia applicada [...]*”, tendo como presidente de honra Manoel Bomfim e presidente efetivo Plínio Olinto (LOPES, 1931, p. 248). Bomfim (1928, p. 5), conta que em setembro de 1924, “[...] *o Director Geral da Instrucção Municipal [...]*”, do Rio de Janeiro, “[...] *nomeou uma comissão de professores – para estudar as possibilidades dos tests no ensino primário deste Districto*”. A idéia não era somente examinar os alunos, mas principalmente

[...] instruir, no assumto, uma turma de professoras, orientando-as, depois, em observações e experiencias que permitissem, a seu tempo, adaptar ao nosso meio as escalas de medida mental – Binet-Terman, e fazer uma estalonagem de tests pedagogicos para uso das nossas escolas primarias (BOMFIM, 1928, p. 05).

A meta, portanto, era preparar também os professores para que eles mesmos pudessem aferir o nível de capacidade dos alunos⁵². Assim, “[...] contávamos formar núcleos de mestres que, finalmente, difundiriam o novo método de verificação didática” (BOMFIM, 1928, p. 05). A manutenção dos testes e das salas homogêneas seria garantida também pelos professores, agora preparados para selecionar o padrão intelectual dos alunos por meio dos testes.

4.4 Seleção escolar: um funil sob medida

A Liga estava convencida da influência do educador sobre as crianças. Estava igualmente convencida da possibilidade de inocular seu ideário na mente dos alunos. Sabia que para isso seria necessário primeiro alfabetizar as crianças, e não ignorava que o acesso à mente dependia de suas condições intelectuais. Se o seu trabalho incidia em todas as crianças na escola, nem todas teriam acesso aos estudos.

A tendência apontava para uma escola obrigatória. O governo começava a dar sinal verde para que todas as crianças estudassem; mas a Liga acionava o vermelho para algumas delas. Se todas as crianças eram iguais, para a Liga algumas eram “mais iguais” que as outras. O governo dirá que a escola primária é um direito (VARGAS, 1943). A Liga parecia acrescentar: “sim, desde que as crianças fossem normais”.

A Liga quis instalar um funil escolar para os anormais, e o procedimento chegou com o nome de triagem. Nos *archivos*, a Liga explicava que “[...] a *triagem dos anormais deve, [...], ser efectuada antes da própria escola [...]*”, ou seja, “[...] *no período pre-escolar, em as escolas maternas*” (RESENHAS, 1925, p. 172).

⁵² A Liga guardava rigoroso cuidado com a aplicação dos testes por qualquer pessoa despreparada. Bomfim (1928, p. 11), logo no primeiro parágrafo de seu trabalho, recorda que “[...] ainda que seja um truismo, temos de começar por ahi: não deve tentar o emprego dos tests quem não tenha noção bem nítida e precisa – do que significam essas provas e do que se pode obter por meio dellas”.

A seleção era tão importante que a Liga confiou a tarefa de triagem a higienistas de outros países. Riedel (1925, p. 210) salientou que uma das grandes conquistas da Liga foi o “[...] *contracto do Prof. Radecki, Director da Faculdade de Psychologia da Universidade de Varsovia, ex-assistente de Claparède, para iniciar entre nós a selecção dos escolares*”.

Com semelhante medida a Liga esperava selecionar somente as crianças normais para a escola. Ou melhor, esperava selecionar os anormais que estariam privados de ingressar. O critério era, portanto, excludente, e não inclusivo. O Governo decidia que todos tinham o direito de estudar, mas a Liga selecionaria quem seriam os excluídos desse processo. Temia-se que os efeitos da higiene mental não tivessem resultado nos anormais, logo, era preciso selecioná-los antes de ingressarem nas escolas. Assim,

[...] desde 1920 os educadores têm como certo que o nível mental medido aos seis annos, por meio de tests, dá o prognostico do progresso educacional das creanças. Trata-se de verificar se esse prognostico é possível em edades mais tenras. Os processos, porém, terão que ser outros, desde que os tests de linguagem não têm, então, applicação. Socorre-se a psychometria em taes casos dos chamados ‘performance tests’, tests de actos, dos quaes a serie mais utilizada é a de Merril-Palmer, applicavel desde a idade de 18 meses (RESENHAS, 1931, p. 143).

Não obstante a diferenciação que a autora faz entre “testes psicológicos” e “psicometria”⁵³, o fato é que a Liga estava empenhada em aplicar esses instrumentos como forma de selecionar os alunos antes do ingresso na escola.

Os testes cumpriram um papel essencial nesse processo, e não foi sem entusiasmo que alguns membros da Liga acolheram a Reforma Fernando de Azevedo, que, dentre outras medidas, encorajava o uso dos testes psicológicos. Lopes e Fialho (1929, p. 68) receberam a reforma comentando que

⁵³ Em geral, a psicometria é “baseada numa concepção psicofísica, pretendendo medir a inteligência através de provas de discriminação sensorial” (LARRABURE, 1987). A psicometria, nessa concepção, portanto, é uma área que envolve os testes psicológicos.

[...] na escola primária – e é dos tests que se applicavam ás crianças que a frequentam que pretendemos tratar – foi principalmente a reforma formidavel de Fernando de Azevedo que veio abalar o professorado e pôr em ordem do dia uma serie de questões.

O que, em rigor, “abalou o professorado” foi o fato de que a sua maioria estava despreparada para aplicar os testes nas crianças. Como reconheceram Lopes e Fialho (1929, p. 68), “[...] a reforma foi de tal ordem que encontrou parte do professorado sem preparo para a receber”.

O instrumento estava definido. A questão era: quem irá aplicá-lo? A Liga propunha que, antes do ingresso na escola, ela mesma o aplicasse. Uma vez nas escolas, caberia aos professores o duvidoso compromisso de “apontar” quais crianças deveriam ser submetidas aos testes. A Liga recomendava que “[...] *ao professor ou á professora, devidamente enfronhados na questão, cabe apontar ao medico-inspector as crianças que, pela sua falta de progresso no estado ou pela sua indisciplina, se afigurarem deficientes mentaes*” (RESENHAS, 1925, p. 172).

Além da desafortunada atribuição de “delator” para os educadores, a concepção da Liga apresentava algumas contradições. Primeiro: indisciplina com relação a quem? Ao professor ou ao aluno? Segundo: muitas vezes a “falta de progresso do aluno” se deve muito menos a ele do que à própria professora, à educação ou à instituição em que estuda. Terceiro e último: quem disse que indisciplina é sintoma de doença mental?

Os testes não trouxeram somente uma forma de diagnosticar quem eram esses deficientes, eles também significavam uma forma de entender o ensino, já que imputavam às crianças os problemas da educação⁵⁴. Isso sem contar que em alguns casos eram como que medidas de “sanção” pela conduta indisciplinada.

⁵⁴ Bomfim (1928, p. 23) acrescenta que os testes também cumpririam um papel de educar, já que, para o autor, “[...] o poder educativo dos tests (e que é grande) consiste em levar a criança a *não hesitar*, a pensar methodicamente as differentes questões que lhe são apresentadas”

Os problemas da educação, sob essa ótica, são deslocados da sociedade, do Governo, do Estado e das instituições para o aluno. O respeito à “individualidade da criança”, preconizado pela Escola Nova, ganhava seu verdadeiro conteúdo com a exclusão dos considerados “deficientes mentais”. A individualidade do aluno estava garantida, desde que nenhum ato de indisciplina fosse cometido. O que de fato deveria ser respeitado era a competência técnica e científica da Liga de decidir quem eram os deficientes mentais.

De qualquer modo, a Liga queria que não somente seu ideário fosse propagado, mas sua própria atuação fosse garantida nas escolas. Incapazes de aplicar os testes, em sua maioria os professores deveriam conviver com a idéia de que era necessária a participação de um “novo educador”: os especialistas.

4.5 Os “novos educadores”

As tarefas na escola foram então divididas entre os educadores propriamente ditos e os “especialistas da mente”. Os primeiros ensinariam aqueles que os segundos selecionariam para estudar. Os professores, além de educar, deveriam observar as crianças e submeter suas avaliações “[...] *ao controle dos especialistas*” (RADECKI, 1925, p. 20). Com isso, a composição do quadro escolar deveria contar com a parceria de vários especialistas, além dos educadores. Radecki (1925, p. 20), sugere que

[...] a escola, a classe maternal, e todos os outros meios educativos, devem ser assistidos, não só por medicos escolares que cuidem do lado organico das creanças, como por psychologos escolares, para dirigir a observação systematica, classificar as creanças atrasadas e especialmente adiantadas, investigar o grão de adaptabilidade da creança ás profissões futuras, e junto com os pedagogos elaborar os methodos educativos e didacticos.

A psicologia, nesse momento, ainda não era reconhecida como profissão no Brasil⁵⁵. A Liga encarregar-se-ia de prover as escolas desses especialistas. A Liga (RESENHAS, 1925, p. 173) chamou a atenção para a necessidade de “[...] médicos inspectores escolares especializados em neuro-psiquiatria infantil. O numero d’esses médicos deve pautar-se pela proporção de normaes por examinar, isto é, cerca de 10% da população escolar”.

Embora essa estimativa se refira à França, a Liga também ansiava espalhar pelas escolas o maior número possível de especialistas. No Brasil já existia uma “[...] *Inspectoria de Hygiene Infantil* [...]”, sediada pelo “[...] *Departamento Nacional de Saúde Publica* [...]”, de onde a Liga publicou, “[...] *em primeira mão* [...]”, alguns “[...] *padrões para o exame mental na pre-escolaridade*” (FIGUEIRA, 1925, p. 203).

Em São Paulo também já funcionava uma “[...] *Diretoria do Serviço de Saude Escolar, do Departamento de Educação* [...]” cuja finalidade consistia na

[...] conquista da saude, pela cura de moléstias e correção de defeitos físicos; a conservação da saude, pela pratica de hábitos sadios e criação de atitudes sadias, na escola e no lar; e, finalmente, a melhoria da saude, pelo aprendizado das noções de higiene, para a defesa contra as moléstias (CASTRO, 1941, p. 58)⁵⁶.

Isso prova quanto o próprio Estado estava preocupado em prover as escolas de médicos-inspetores ou educadoras sanitário-escolares⁵⁷ e quanto estes se empenharam em criar padrões de seleção de alunos. O tema foi tão

⁵⁵ Somente com a promulgação da Lei 4119, de 27 de agosto de 1962, foi regulamentada a profissão de psicólogo.

⁵⁶ Em relatório apresentado no I Congresso Nacional de Saúde Escolar, Castro (1941, p. 60-61) explica que, entre os anos de 1933 a 1940, foram fichados “[...] 127.260 alunos [...]”, cabendo à Educadora o papel de organizar “[...] para cada classe, um quadro de observações, no qual lança o nome de cada aluno e anota os que precisam de providências especiais [...]”, sendo que “[...] os alunos que apresentam problemas de personalidade ou de conduta, com o caso historiado pela Educadora, são encaminhados para a Secção de Higiene Mental”.

⁵⁷ Castro (1941, p. 66) informa, ainda, que os estágios para “[...] Educadora Sanitária Escolar [...]” podiam ser realizados na “[...] Escola Normal Caetano de Campos [...]”, no “[...] Grupo Escolar Alfredo Bresser [...]”, no “[...] Dispensário de Puericultura da Escola Normal Padre Anchieta [...]” e no “[...] Instituto Profissional Feminino [...]”.

relevante para a Liga que o processo de seleção não deveria estar confinado no âmbito escolar. Era preciso selecionar tudo em todos os domínios da vida humana. Com isso a Liga esperaria fazer proliferarem seus especialistas onde os testes fossem suscetíveis de aplicação. Como reconheceu a Liga,

[...] possa o nosso meio contar, dentro de algum tempo com pessoal criterioso e treinado em *psycho-technica*, afim de que os 'tests' mentaes, bem manejados, prestem, não somente nas escolas, [...], mas ainda em outras organizações collectivas [...]" (RESENHAS, 1925, p. 183-184).

Desta forma, a Liga esperava que a seleção não se reduzisse à escola, senão que deveria desdobrar-se para todos os domínios "coletivos". Mas, para que isso fosse possível, era preciso encontrar um critério de seleção social e um padrão a seguir. O critério foi a "inteligência" e o padrão a "normalidade".

4.6 Em busca do padrão intelectual

A Liga tinha pela frente dois problemas para serem resolvidos. O primeiro era definir um padrão de inteligência *a priori*, "normal", mediano ou comum, que lhe proporcionasse parâmetro para definir com relativa segurança quem deveria e quem não deveria ser admitido nas escolas ou quem deveria ou não permanecer nelas.

O segundo problema, relacionado com o primeiro, era definir um critério de seleção que diferenciase um indivíduo dos outros. Não foi a cor, a religião ou a classe social a que pertencessem, mas a inteligência o critério de diferenciação social. Isso porque, "[...] *a actividade intelligente de um individuo é, em summa, a manifestação da vida completa desse individuo*" (RESENHAS, 1931, p. 67).

Os membros da Liga não desprezavam o papel social no desenvolvimento mental, mas sustentavam que a rapidez desse "*desenvolvimento é uma característica racial*" (RESENHAS, 1931, p. 67). Isso significava que a inteligência

era um fenômeno natural, biológico e inato ao ser humano. Não somente inato, mas com um grau de desenvolvimento limitado, conforme salientou Lopes (1931, p. 24), ao sustentar que “[...] a curva do crescimento mental, quanto á intelligencia natural, ou innata, muito pouco progride além dos 16 annos”.

Tendo-se em conta que a inteligência era algo inato, era preciso encontrar um padrão natural para ela. Como sua “curva de crescimento” não variava muito depois dos 16 anos, seria melhor estudar esse fenômeno antes dessa idade, de preferência na infância, quando a inteligência ainda estava se desenvolvendo - mesmo porque eram as crianças que seriam selecionadas segundo esse padrão.

Lopes e Fialho (1929) lamentaram a negligência com que até então havia sido tomado o tema. Como disseram, “[...] parece-nos que não se tem dado a devida importância á necessidade urgente de fixar uma escala de nível mental para a selecção dos alumnos das diversas classes” (LOPES e FIALHO, 1929, p. 70).

A ausência de um “padrão fixo” de desenvolvimento mental resultava em dois problemas imediatos. O primeiro é que, sem ele, o processo de seleção dos alunos poderia se comprometer, dada a falta de rigorosidade e de critérios seguros. O segundo é que os próprios testes perderiam a rigorosidade, visto que estariam medindo um nível de inteligência não validado, fixado e normatizado. Sem essa fixação de um padrão entre as crianças, os testes dificilmente decolariam para outros domínios da vida humana.

A importância do teste Binet nesse processo foi decisiva. Primeiro porque se tratava de um teste que definia a “[...] escala média de inteligência normal” (LOPES, 1931, p. 24). Segundo porque era um teste que já gozava de excepcional reputação no mundo inteiro⁵⁸, sendo necessário apenas validá-lo no Brasil. E a Liga não perdeu tempo. Nos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* de 1931, Lopes (1931, p. 17-52; 1931a, p. 97-132; 1931b, p. 180-207), apresentou três

⁵⁸ Garret (1966, p. 299) recordou que “[...] menos de dez anos após a publicação da revisão final (1911), a Escala Binet-Simon já estava sendo extensamente usada nos Estados Unidos, no Canadá, na Inglaterra, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Bélgica, Alemanha, Suíça, Itália, Rússia e China, havia sido traduzida para o japonês, para o turco”.

propostas de “[...] subsídios para a adaptação brasileira dos tests de Binet-Terman”.

Com isso, a Liga, ao mesmo tempo, fixava a “média intelectual” e definia o instrumento que a mediria. Esperava com esse procedimento estabelecer finalmente um critério universal de inteligência para que, a partir daí, pudesse selecionar com maior rigorosidade os alunos que ingressariam nas escolas, os que permaneceriam nela e os que deveriam ser encaminhados para outro tipo de entidade educacional.

Neste sentido, os testes ou exames de inteligência se tornavam os critérios mediante os quais seriam definidos os papéis de cada indivíduo na sociedade. Com isso,

[...] só o exame de intelligencia (...), pode decidir do melhor aproveitamento do individuo na vida social actual extremamente diferenciada, permittindo a realização racional dessa orientação profissional que apparece como uma das tarefas essenciaes de nossas civilizações modernas (RESENHAS, 1931, p. 68).

Em outras palavras, a “civilização” e a “vida social” deveriam ser organizadas com um critério – a inteligência – e com um instrumento – os testes psicológicos. Essa combinação é que permitira viver numa sociedade sob medida, se assim se pode dizer. Desta forma, a medida de todas as coisas não era o homem, mas os testes psicológicos.

Com isso a Liga contribuiu para o desenvolvimento da psicologia diferencial e a psicomетria, disciplinas ainda indefinidas, que muitas vezes eram confundidas entre si como se fossem o mesmo que psicotécnica, psicologia experimental ou outra variedade da psicologia.

Não obstante, fundamentalmente, a Liga resolveu os dois problemas que se propunha solucionar: o de encontrar um critério de seleção e o de estabelecer um padrão fixo para esse critério. Além disso, estava em via de validar um dos

instrumentos que mediria esse padrão, contribuindo para a seleção dos alunos, só que com maior rigorosidade. Mas, o que pretendia a Liga com essa seleção?

4.7 Classes homogêneas⁵⁹, profilaxia mental

Uma vez definida a capacidade intelectual de cada aluno, era preciso realizar uma operação no seio da escola que respeitasse os ritmos de cada um. Os “mais capazes” não poderiam seguir o ritmo lento dos “menos capazes” nem a operação oposta poderia ser realizada.

A maior ambição da Liga era criar, sustentar e consolidar aquilo que, nas palavras de Claparède (1959, p. 150), ficou conhecido como “[...] a escola sob medida”. Com efeito, semelhante concepção radicava-se na defesa da idéia segundo a qual cada classe se subdividiria “[...] em uma classe forte, para os mais inteligentes e uma classe fraca para os que têm mais dificuldade em segui-la” (CLAPARÈDE, 1959, p. 150). Em outras palavras, a Liga queria evitar o rebaixamento da “raça brasileira”, impedindo com que as “classes fracas” “contaminassem” os alunos das “classes fortes”.

A Liga julgava que esse procedimento tinha como base um princípio profilático, segundo o qual a separação dos alunos entre “fracos” e “fortes” implicava em sua higienização mental. Roxo (1925, p. 05) confessou:

[...] acredito, [...], que um dos melhores meios de se fazer prophylaxia mental consiste em agir sobre as crianças das escolas. A inspecção medica escolar que está entregue a profissionaes competentes bem poderia ficar encarregada deste serviço. Ao lado dos disturbios degenerativos que desde cedo se constatassem, poder-se-hia fazer a separação de acôrdo com o desenvolvimento intellectual.

⁵⁹ Bomfim (1928, p. 20), definia classes homogêneas como “[...] valor de intelligencia, como capacidade de aproveitamento e como aptidão especial para determinadas disciplinas. Essa distribuição de alumnos – segundo o nivel de intelligencia e de aproveitamento, e que não se póde obter sómente pela applicação da medida de intelligencia, é, certamente, condição indispensavel para o bom rendimento escolar”.

Já discutimos anteriormente o papel dos “novos educadores” nas escolas; cabe lembrar, portanto, que sua tarefa estava condicionada a essa preocupação em criar uma “escola sob medida”, desde que devidamente separados os alunos com “distúrbios” daqueles considerados normais.

A questão da separação dos alunos entre mais e menos desenvolvidos intelectualmente não estava auspiciada somente por uma concepção meritocrática. Ela se fundamentava principalmente numa concepção higienista, daí a Liga defender a idéia de que se tratava de uma medida profilática.

Todos os esforços da Liga eram endereçados no sentido de separar os alunos. A idéia era formar classes homogêneas, de preferência com alunos mais desenvolvidos intelectualmente. Sustentava-se, então, que

[...] a obra prophylactica começa na escola por uma selecção não só dos retardados como dos bem dotados, de modo que, constituídos em grupos homogeneos, possam ser-lhes applicados os methodos adequados de ensino” (RESENHAS, 1925, p. 172).

A primeira observação que se depreende dessa avaliação é que, segundo o autor, a profilaxia “começa na escola”, ou seja, é na infância que todos os esforços da Liga deveriam ser depositados, pelo menos no que diz respeito à profilaxia. Isso significa dizer que a Liga pretendia agir na infância, como forma de prevenção de futuras degenerações em adultos mal-cuidados no passado.

A segunda questão é que, se existiam “métodos adequados de ensino”, deveria existir um método para os “retardados” e outro para os “bem-dotados”. Veremos mais adiante o programa para os “retardados”. Importa ressaltar, no momento, que a Liga estava decidida a realizar o mais amplo processo de homogeneização escolar. Por isso insistia: “[...] *as aulas devem ser tanto quanto possivel homogêneas em relação ao nível intellectual dos alumnos*” (RESENHAS, 1925a, p. 185). Já Lopes e Fialho (1929, p. 70) observaram:

[...] a formação de classes homogêneas, do ponto de vista intelectual, é, no entanto, uma conclusão de há muito firmada pela pedagogia científica. Não é possível ministrar os mesmos conhecimentos, submeter ao mesmo plano de estudo, alumnos de capacidade mental diversa. Ainda em se tratando de escola activa, ver-se-ha que os interesses de alumnos de nível mental differente não terão nem mesmo objecto, nem o mesmo alcance. Causa, pois, espanto que até agora nenhuma tentativa official a esse respeito chegasse a um resultado definitivo.

Não obstante, como separar um aluno de outro segundo o desenvolvimento intelectual se nem sequer havia um “padrão fixo” de intelectualidade? A definição do padrão era importante precisamente porque a partir dele a Liga saberia quem eram os “mais” e os “menos” desenvolvidos. Daí a pressa e a necessidade em estabelecer um parâmetro nacional, quer da inteligência, quer do teste que a mediria.

Essa nacionalização de um padrão intelectual e de um teste foi definida da seguinte maneira por Lopes e Fialho (1925, p. 70): “[...] *por nacionalizar significamos a necessidade de revêr a distribuição dos tests na escala, para colloca-las em correspondencia real com a intelligencia brasileira*”.

A Liga deveria, portanto, descobrir a “inteligência brasileira”, para poder dividir a escola e homogeneizar as classes. Os testes tornam-se assim cruciais na definição dessa medida e desse padrão. Tinham o objetivo de informar acerca das diferenças dos alunos. A Liga afirmava que “[...] *conhecer é unicamente perceber diferenças e semelhanças*” (PENAFIEL, 1925, p. 18). Mas as diferenças em que a ela estava interessada não era de ordem social. Não eram diferenças de classe e de posições ante os meios de produzir as riquezas, mas sim, diferenças individuais e supostamente naturais, inatas. A dimensão técnica dos testes limitava a avaliação a questões preestabelecidas, ignorando, por assim dizer, o acesso ao acúmulo de cultura produzido pela humanidade. Desde que estivesse abaixo dos padrões estabelecidos pelos testes, a criança não mereceria outro

título que não o de retardada, anormal, fraca, menos desenvolvida ou inferior - títulos esses que os testes tinham a função de informar.

Os testes colocados a esse objetivo foram os mais variados. Penafiel (1925, p. 18) sustentou que deveria ser medida a “[...] *acuidade sensorial* [...]”, responsável, segundo ele, pela “[...] *causa physica mais acessivel de qualquer superioridade intellectual*”. A Liga “[...] *suggere que, em regra, numa primera secção, se use apenas o test do vocabulario – dos oito annos em diante – por ser facil, interessante e dos mais ‘classificados’, dando, pois, logo, a idea approximada do nivel mental do examinado*” (LOPES, 1931, p. 21). Além disso, defendia que “[...] *todas as escalas se reduzem, como technica de constrcção e como apuração de resultados, a dois typos: escala de Binet e escala de Yerkes*” (RESENHAS, 1931, p. 66).

De maneira geral, pela influência que teve o teste Binet no mundo todo, sua utilização foi mais recomendada pela Liga. Como recordou Roxo (1925, p. 06) a respeito dessa influência: “[...] *a selecção psychophysiologicala dos escolares atingiu nos Estados Unidos a um grande desenvolvimento e lá os testes de Binet-Simon, muito utilizados, são mais conhecidos que no seu proprio paiz de origem*”.

Além disso, a Liga queria evitar que os mais “atrasados” contagiassem, por assim dizer, os mais “adiantados”. Roxo (1925, p. 05) reconheceu que

[...] a distribuição das classes por este feitio logico e scientifico não visa unicamente o melhor aproveitamento dos escolares e sim um meio de evitar que a creança se enerve, já no afan de hobrear com as mais evoluídas, já no receio das censuras ou castigo das professoras. Nessa ocasião é a excitação nervosa de cada dia que vai condicionar um estado de desequilibrio nervoso, o qual pôde mais tarde culminar no desenvolvimento de uma psychopathia.

A preocupação da Liga era muito mais no sentido de “evitar” que os “mais evoluídos” se “enervassem” com os “menos evoluídos” do que de fazer com que uns alcançassem os outros nesse desenvolvimento. Era preciso garantir um estrato de alunos altamente intelectualizados que garantissem o futuro da Nação.

O emprego dos testes psicológicos era tão importante porque era por meio dele que as pesquisas psicológicas avançavam no terreno escolar. A propósito da contribuição dessas pesquisas com os testes, Braga (1931, p. 04) observou que elas “[...] *estão dando á educação um magnífico aparelhamento para aferir a capacidade mental, verificar o rendimento dos processos didacticos e avaliar os resultados obtidos*”.

Qualquer aluno que estivesse abaixo desse padrão de “capacidade mental” deveria procurar outro caminho. Assim como era preciso homogeneizar a inteligência, também era preciso homogeneizar a falta ou insuficiência dela. O pólo oposto das classes para os mais “fortes”, como veremos a seguir, era a “escola especial”, criada para os mais “fracos”. Com isso a depuração social ocorreria também no seio da escola, lugar no qual é priorizado o *ethos* individual.

4.8 O lugar dos fracos

Aos normais, a escola normal; aos anormais, tratamento especial. A Liga não entendia a questão da escolaridade como um produto social, senão que, ao contrário, sustentava que os problemas sociais e escolares eram de natureza psíquica. Bittencourt (1941, p. 34) sustentou que “[...] *a má escolaridade não é um erro intencional do aluno, precisando de condenação, mas um desajustamento social por disfunção psíquica que demanda diagnostico e cura*”. Sendo assim, o monopólio do conhecimento sobre a educação passava às mãos da Liga e o destino psíquico do indivíduo estava condicionado pela ditadura do diagnóstico, cujo resultado dependia dos testes psicológicos.

A preocupação central da Liga com aqueles que não alcançavam bons índices nos testes era oferecer-lhes uma alternativa fora da escola. Dentro dela eles não correspondiam às expectativas da Liga e de alguma maneira faziam parte daqueles alunos que representavam o atraso escolar. A esse fator escolar a Liga outorgou especial atenção.

Uma inteligência fraca, debilitada e menos desenvolvida não seria abrupta e rapidamente recuperada, se é que algum dia o seria. Mas a Liga não queria deixar os alunos “menos evoluídos” deseducados. Era preciso inocular também neles os hábitos de higiene mental. Por essa razão era preciso envidar esforços também com os mais fracos, a fim de tentar recuperá-los, ainda que parcialmente.

Uma das grandes conquistas reivindicadas pela Liga nesse sentido foi a criação de uma “Clínica de Euphrenia”, que, segundo a Liga,

[...] orienta a evolução mental da criança, concorre para a bôa formação do psychismo, robustece o character e a personalidade infantil, ao mesmo tempo que procura descobrir precocemente os primeiros signaes de dysfunction neuro-psychica, para prevenir, a tempo, os distúrbios nervosos que possam sobrevir no futuro (A CAMPANHA..., 1934, p. 65).

O campo ao qual pertencia essa área de atuação da Liga era a puericultura e higiene infantil. A importância do campo mereceu inclusive a criação de uma seção na organização da Liga, batizada de “[...] *secção de Puericultura e Hygiene Infantil*”⁶⁰ (RELAÇÃO..., 1925, p. 190). Uma das realizações que a Liga notificou com certo júbilo foi a criação de uma “[...] *secção de Orthophrenia e Hygiene Mental do Departamento Municipal de Educação*” (FACTOS..., 1934a, p. 253).

Entre os serviços prestados havia “[...] exame compulsorio, medico-psychologico, do escolar [...]”, com o objetivo de “[...] joeirar os casos problemas, os difficeis em seus vários graus [...]”; “[...] reajustar os mal-ajustados [...]”; realizar a “[...] correcta formação mental do educador [...]”; “[...] educar o publico [...]”; e, finalmente, promover “[...] planos de estudos ainda não realizados [...]”: caractereologia escolar, controle quantitativo da psycho-technica, trabalhos varios de experimentação, etc.” (FACTOS..., 1934a, p. 254).

⁶⁰ À frente dessa “secção” encontravam-se os seguintes membros: “Fernando Figueira, Nascimento Gurgel, Olinto de Oliveira, Pedro da Cunha, Mello Leitão, Jorge Sant’Anna, J. P. Fontenelle, Moncorvo Filho, Alcino Rangel e Queiroz Barros” (RELAÇÃO..., 1925, p. 190).

Embora não tivesse muitas esperanças em alguns “desajustados”, a Liga imaginou que poderia recuperar, senão total, pelo menos parcialmente algumas crianças. Tanto que propunha uma série de exercícios psicológicos, segundo o grau de desenvolvimento apontado pelos testes. Esses exercícios eram chamados de “[...] ginástica psicológica [...]” ou “[...] ortopedia mental [...]”, segundo consta nos *Archivos* (RESENHAS, 1934, p. 148). A Liga sustentava que “[...] ao iniciar esses exercicios de orthopedia mental não tinham outra preocupação sinão a de auxiliar a educação dos retardados, nas classes especiaes” (RESENHAS, 1934, p. 149). Desta forma, uma das preocupações da Liga também era a de tentar recuperar os “retardados” e reabilitar os de “mau caráter” por intermédio das escolas especiais. A escola especial seria o *locus* dessa realidade, já que na escola comum os mais atrasados poderiam ser responsáveis pelo atraso dos demais; e o atraso escolar era o vilão que a Liga queria combater.

Em sessão da Liga, Lopes (1925, p. 216) relatou que “[...] varios socios externam então seus modos de vêr sobre algumas das causas mais communs entre nós dos atrazos nos escolares”.

Para os alunos considerados anormais, a preocupação era principalmente não exigir mais do que a Liga considerava que eles poderiam fazer. Sobre a “[...] *hygiene intellectual escolar* [...]”, foi assinalada a preocupação com “[...] as questões da estafa escolar, do ensino de crianças anormais [...]” (RESENHAS, 1925, p. 184).

Alguns testes, como o “[...] test de cancellamento de signaes de Toulouse e Piéron [...]”, informariam que “[...] o rendimento diminuiria ao fim de um certo número de exercícos, [...] por effeito de uma saturação” (RESENHAS, 1934, p. 337-338).

Por essa razão, a Liga acreditava que o ritmo, o nível de exigência e as tarefas entre os mais e os menos desenvolvidos eram diferentes. Com isso, era preciso adaptar as escolas a cada necessidade especial. Como reivindicou Braga (1931, p. 13), “[...] deste conceito de educação resulta que o fetiche da uniformização do ensino, em todos os grãos, é incompativel com a escola

moderna. É imprescindível a flexibilidade dos cursos para que a escola não se isole da vida”.

A Liga não reduzia o problema a um fator pedagógico. Para ela, existia também um problema social a resolver. Não bastava criar uma alternativa pedagógica que flexibilizasse os cursos para os menos desenvolvidos: era preciso trazê-los para a escola, sob risco de permitir que os “inaptos” ganhassem as ruas, amotinando-se em busca de comida, de dinheiro ou de qualquer coisa que colocasse a ordem em perigo.

Nesse sentido, Moraes (1925, p. 219) insistiu na necessidade de promover “[...] assistência aos inaptos para trabalhar por insuficiência psíquica, do que adivirá diminuição do numero dos vagabundos e mendigos [...]”, bem como a “[...] educação especial dos retardados intellectuaes”.

Ora, se o problema era de ordem psicológica (insuficiência psíquica), como identificá-lo ou associá-lo a um problema de ordem social, econômica e política? Sem solução aparente para essa contradição, a Liga insistia na necessidade de oferecer uma alternativa para aqueles que ela considerava inaptos. Assim, propôs que,

[...] confirmado o ‘deficit’ determinados, mercê de ‘tests’ propios, sua natureza e grau, bem como, mediante inquerito social minucioso, (...) será proposto o tratamento idôneo e designar-se-ão para cada criança as medidas especiaes cabiveis (aulas de repetição para os retardados por insuficiência escolar, escolas ao ar livre para os atrasados por fraqueza físicas; escolas de aperfeiçoamento para os debeis intellectuaes; escolas de reforma para os perversos (RESENHAS, 1925, p. 172-173).

Os testes determinavam quem eram os “retardados” e a Liga decidia as “medidas especiais” que deveriam ser tomadas. A receita taylorista se repete com a fórmula do “aluno certo na escola certa”.

Com isso, a Liga pretendia resolver um problema de natureza pedagógica, mas estava longe de resolver o problema de natureza social. Mesmo que tivesse

conseguido tirar todos os “mendigos” e “vagabundos” das ruas, faltaria ainda resolver outro problema muito mais complexo: o que fazer com eles?

Para que a homogeneização das escolas tivesse total êxito, estas precisavam ser divididas entre “normais” e “especiais”. O advento da escola pública trouxe essa marca divisória que obedecia a razões políticas, visto que o maior interesse do governo com a criação das escolas especiais era o de diminuir a repetência nas escolas consideradas “normais”. Com as classes homogeneizadas, separando-se os alunos “fracos” dos “fortes”, esse índice de reprovação se reduziria. Relatando a experiência em São Paulo, Marcondes (1941, p. 88) afirma que,

[...] com o estabelecimento de classes especiais para débeis mentais nas escolas públicas, duas das quais foram inauguradas durante o recente Congresso Nacional de Saúde Escolar, está sendo possível baixar o índice de reprovações nas escolas de São Paulo. O problema dos repetentes, que tanto dispêndio ocasiona aos governos, está de certo modo ligado à higiene mental escolar. Com a correção das anomalias e deficiências encontradas nos escolares, principalmente na esfera psíquica, tornar-se-á possível a solução desse importante problema.

Estaria garantido o progresso da Nação por meio da “educação normal” dos mais “fortes”, feito à custa da proscricção dos mais “fracos”, confinados nas escolas especiais. Para consagrar a “educação sob medida”, a Liga precisava colocar as escolas entre dois pólos opostos: de um lado os alunos normais, responsáveis pelo futuro da Nação; do outro, os “débeis mentais”, alunos acintosamente proscritos por não se enquadrarem nos padrões intelectuais, cuja definição *a priori* dependia dos testes psicológicos.

A Liga estava preparando os “homens de amanhã” que, por suas “qualidades” intelectuais, pensariam a sociedade. Mas uma sociedade não vive somente de “intelectuais”. Ela precisa de braços para produzir, e é essa camada “menos evoluída” que geralmente produz o combustível que movimenta a máquina do capital. A divisão do trabalho social, então, é reproduzida na escola. A divisão

entre “mais” e “menos” evoluídos traduzia na linguagem da Liga o que na prática significava a divisão social do trabalho.

4.9 Estudar para produzir, educar para conter

A escola não é uma instituição abstrata. A educação não está divorciada das relações objetivas entre os homens. Nem a educação, em geral, nem a escola, em particular, são entidades supra-históricas, desligadas das condições que lhes são exteriores e do contexto que as tornou possíveis. Isso quer dizer que a educação dominante expressa os interesses da classe dominante e a escola responde às necessidades dominantes daquele período.

A escola deveria preparar o aluno para responder aos dois anseios da classe dominante, o da ordem e o do progresso: ordem social e o progresso econômico; a ordem burguesa e o progresso do capitalismo. Por isso o ideário da Liga não colidia com os interesses da burguesia: por um lado, preparava os alunos para a produção e, por outro, preparava-os para a vida social burguesa.

O governo realçava esses interesses para com a escola. Com respeito à formação intelectual dos alunos nas escolas, Vargas (1943, p. 321) explicava que,

[...] o raciocínio, força máxima da inteligência, deve ser aperfeiçoado, principalmente por sabermos que o trabalho manual também o exige, pronto e arguto. Não deixa de haver certo fundo de verdade na afirmação do psicólogo: ‘o homem que conhece bem um ofício possui, só por esse fato, mais lógica, mais raciocínio e mais aptidão para refletir do que o mais perfeito dos retóricos.

A escola, neste caso, deveria despertar as aptidões, aperfeiçoar o raciocínio e maximizar a inteligência: o trabalho manual exige, a produção agradece.

4.10 Estudar para produzir...

A Liga não tapou os ouvidos para esse chamado e não fechou os olhos para esses interesses. Tanto que propunha “[...] *Escolas Auxiliares* [...]” à produção, bem como “[...] *que se efectivassem nas fabricas trabalhos experimentaes de psychologia sobre a fadiga no trabalho dos menores*” (LOPES, 1925, p. 214). Ou seja, não somente a Liga propunha que a escola auxiliasse na produção, mas ela própria se propunha a atuar nas fábricas. O trabalho da Liga sobre os alunos incidiria, nesse caso, duas vezes: tanto na escola quanto na fábrica.

A tarefa na escola seria encontrar aqueles com “vocação” para o trabalho manual e aqueles vocacionados para o trabalho intelectual. Como assinalou Roxo (1925, p. 05),

[...] o ensino deve ser ministrado de accôrdo com a evolução psychica de cada um e as classes devem ser discriminadas de accôrdo com os ensinamentos dos psychologos e não consoante o criterio fallivel da idade. Da mesma fórma há crianças que têm grande habilidade manual e pódem ser muito proveitosas na vocação que evidenciam, ao passo que no manuseio obrigatório dos livros se enervam e nada produzem. A selecção para as profissões deve desde logo ser feita.

Novamente a divisão escolar segundo a capacidade intelectual aparece sem disfarces. Mais que isso, aparece o objetivo dessa divisão, que era claramente o de dividir os futuros trabalhadores entre manuais e intelectuais. Por isso a “seleção profissional” deveria começar na escola, para que a criança fosse preparada desde cedo para os “ossos do ofício”. Principalmente os “ossos” da força.

Por outro lado, essa seleção não poderia ser realizada de qualquer forma. Ela deveria ser organizada sistematicamente, para que a Liga acompanhasse o desenvolvimento do futuro trabalhador. A Liga propunha, então, uma “[...] *ficha*

medico-psychologica [...], que consistiria “[...] *não só na discriminação dos estudantes em classes adequadas á sua capacidade intellectual, como tambem no melhor aproveitamento em outros ramos de actividade humana daquelles que não dão para o estudo*” (ROXO, 1925, p. 06).

Entende-se logo por que a Liga pretendia atuar também nas fábricas. Não é difícil supor que os que “não dão para a escola” deveriam ser “aproveitados em outros ramos da atividade humana”. A escola, portanto, deveria ser o ponto a partir do qual seria dividida a sociedade entre trabalho manual e e trabalho intelectual.

A Liga transportou para o campo psicológico o que são as leis de um modo de produção específico; isto é, fez das necessidades econômicas do capital uma “vocaçãõ” humana, transportando os interesses da burguesia para os interesses ou aptidões do homem - como se a “aptidão” viesse antes da própria necessidade material que a engendrou, como se antes de existirem as fábricas, a indústria e qualquer “ramo da atividade humana” existissem as aptidões do indivíduo para esses ramos.

A “ficha médico-psicológica”, destarte, era mais para responder aos interesses do capitalismo do que para acompanhar o desenvolvimento intelectual dos alunos. Conforme assinalado, “[...] essa ficha estabelecida desde cedo, desde a escola, vai ser utilizada para o serviço de orientação profissional dos futuros trabalhadores” (RESENHAS, 1925, p. 179).

Não seria exagero chamar essa ficha médico-pedagógica de ficha de controle de produção. “Controle de produção de mais-valia”, é preciso acrescentar. A escola, para a Liga, deveria preparar os alunos para o mercado e a produção. Por isso os alunos eram chamados de “futuros trabalhadores”.

O grande problema é que entre as supostas aptidões e as necessidades da produção capitalista existia uma distância tão grande quanto a da Terra ao céu. De que adiantava uma maioria de alunos inclinados à poesia, à música e à literatura se a única arte que o capitalismo necessitava naquele momento era o

das guerras e da produção? A aptidão termina onde nascem os interesses do capital.

Além disso, havia outras aptidões que a Liga pretendia não mais descobrir, mas despertar. Se a Liga queria descobrir as aptidões para a economia, ela também precisava criar novas aptidões para a sociedade. A escola, portanto, não tinha somente o objetivo de preparar a força de trabalho, ela deveria também garantir a ordem social.

4.11 ...Educar para conter

Em tempos de crise social, de greves operárias, revoltas militares e guerras mundiais, todo cuidado é pouco no sentido de não dilatar a situação. A criança era submetida a constantes bombardeiros de referências provenientes dessa crise. A Liga estava atenta tanto à crise quanto à exposição da criança a esse processo. Bicudo (1944, p. 65) reconheceu que

[...] a criança é particularmente atingida pelos períodos de crise social, nos quais a sociedade procura novos ajustamentos. Proteger a criança é resguardar o capital humano da sociedade futura, evitando que se forme uma geração de indivíduos de mentalidade mórbida⁶¹.

Seria realmente possível preservar a integridade psíquica de uma criança que presenciou uma catástrofe de proporções transcendentais como foram as duas guerras mundiais? Difícil responder a essa questão. Mesmo assim, era preciso encontrar um espaço no qual a criança pudesse ser mais bem controlada. A escola, nesse sentido, tinha também a função de estabelecer um marco de

⁶¹ A autora recorda que “[...] as clínicas de orientação infantil em Londres têm verificado que as crianças transferidas para as zonas mais seguras, muitas vezes, sofrem mais do que as expostas a bombardeios. A criança separada dos seus pais tem a tendência a interpretar a separação como abandono afetivo, e daí as conseqüências psíquicas desfavoráveis” (BICUDO, 1944, p. 63-64). Portanto, nenhuma criança estava “mentalmente salva” da guerra.

contenção social ante o quadro instável que o país apresentava; mas, como assinalou Bicudo (1944, p. 67), “[...] os pais e os professores estão mais propensos a ter atitudes descontroladas, quando sob pressão social do período de guerra”.

A febre nas ruas, nos quartéis e nas fábricas deveria encontrar um antitérmico na escola. A educação, portanto, deveria ter como objetivo a contenção social, fosse qual fosse o nome atribuído a essa meta pela Liga. Braga (1931, p. 03) defendeu que a finalidade da educação deveria ser “[...] o bem-estar da comunhão social, se reforçando a vontade e iluminando os ideais do indivíduo; e, concurrentemente, tem por objectivo dar ao indivíduo mais vazas na vida, aperfeiçoando a comunhão social de que este é parte”.

A contradição nessa afirmação salta aos olhos. Se a finalidade da educação era a “comunhão social”, isso quer dizer que ela ainda não existia. Como o autor poderia “aperfeiçoar” a “comunhão social” se ela não existia? Como, se ainda era um objetivo ou uma finalidade da educação?

A humanidade em geral e o Brasil em particular assistiram a muitos fenômenos sociais, econômicos e políticos durante os anos de 1914 a 1945. A comunhão social, se é que existiu nesse interstício, seguramente não esteve entre os mais relevantes.

Não obstante, a Liga estava disposta a enfrentar o desafio de fazer da escola esse âmbito de contenção social, chamada por Braga (1931, p. 03) de “[...] *comunhão social*”. O próprio programa educativo deveria estar orientado no sentido de estabelecer essa contenção. Braga (1931, p. 11) recordou:

[...] é claro que o organizador de um programma de educação terá por esse processo conseguido possuir-se do ‘sentido da comunidade’ que é o controle social da educação. Seu archivo conteria, além do cadastro social, a documentação de ‘experiencias’ vividas no ambiente – os casos concretos observados na clinica social, os quaes comprehenderão não só as fichas resultantes dos vários tests psychologicos, mas ainda situações moraes, imponderáveis, mas ás vezes de uma realidade

trágica que emprestam á escola um papel social diverso do hospital e da prisão.

Nem prender, nem hospitalizar: conter – eis a tarefa da educação. Semelhante programa propunha um conhecimento amplo sobre o ambiente – sentido da comunidade, cadastro social, etc. – e sobre o indivíduo – testes psicológicos, situação moral, etc., no sentido de saber o grau de controle social que a educação deveria exercer sobre o aluno.

Conhecer o ambiente e o indivíduo não bastava. Se os testes indicariam a “situação moral” dos indivíduos, que meios informariam acerca da comunidade? Braga (1931, p. 09) propôs que, “[...] *um delles seria o questionario para descobrir, localizar e controlar a eficiencia das organizações sociaes que, além da escola, são parte do aparelhamento educativo na comunidade*”.

Descobrir, localizar e controlar: três palavras que sintetizavam todo um conjunto programático, uma proposta e um ideário do que pretendia a Liga com as organizações sociais. Ela deixava claro, portanto, que sua meta era a de “controlar”, não só a escola, mas também outras organizações que faziam parte do “aparelhamento educativo” da comunidade; ou seja, controlar a “eficiência” da família, dos clubes, dos sindicatos, etc.

Aliada a essa necessidade de “controlar” as organizações sociais havia outra; a de adaptar o indivíduo aos interesses da lei, da ordem, das instituições e do regime. Campos (1934, p. 16), defendeu quanto à educação, que

[...] cada vez maior é a importancia que se lhe atribui na formação das particularidades individuaes. Cabe á educação orientar a adaptação do individuo ao regime social, isto é, conseguir que desde a infancia renuncie o individuo a certos pendoros egoisticos em atençaõ ás conveniencias sociaes [...].

Embora sustentasse que o indivíduo deveria “renunciar” a certos apetites egoístas, a Liga acreditava que a noção de posse deveria ser inculcada no indivíduo

desde tenra idade. Preconizava a necessidade de educar as crianças segundo “[...] a confiança nas realidades concretas ou abstratas, muitas dellas ligadas á noção da posse, e todas ellas indissoluvelmente vinculadas á formação das noções da verdade e da sinceridade” (RESENHAS, 1931, p. 146).

Ora, as únicas “realidades concretas e abstratas” associadas à “noção de posse” no capitalismo são as leis, cuja “noção de verdade” advoga que a mais importante das posses é a propriedade privada. Assim, “adaptar-se ao regime” é adaptar-se ao regime da propriedade privada.

Com isso, o indivíduo “evoluído”, “apto” e “normal” era aquele bem-adaptado às leis, ao regime e à propriedade. Braga (1931, p. 06) ressaltou

[...] a intelligencia comprehensiva das condições da communitade como base sobre que o educador planeja o processo educativo no seu conjuncto... As convenções e os costumes do passado constituem suas fundações.

Assim, a Liga deixava claro seu ideário adaptacionista da educação. Além da produção, a escola deveria preparar o indivíduo para a sociedade, entendida aqui a sociedade de classes, com suas leis, seu regime e seus direitos, dos quais o mais importante era o direito à propriedade privada.

CONCLUSÃO

NEM NATURAL, NEM MENSURÁVEL

A essa altura de nosso trabalho impõe-se o desafio de realizar algumas reflexões à guisa de conclusão. A primeira questão que surge é se logramos alcançar nosso objetivo. Presumimos que, no essencial, a tarefa foi alcançada, ainda que, seguramente, tenham ficado algumas lacunas, que poderão ser preenchidas em futuros trabalhos.

Em se tratando de um período com semelhante riqueza de acontecimentos, torna-se difícil realizar um estudo dessa natureza sem cair naquilo que poderíamos chamar de “provocações históricas”. Guerras, ascensão do varguismo, golpes militares, crises econômicas, políticas e culturais são alguns dos ingredientes que formaram parte desse “tempero social” a partir do qual procuramos realizar nossa análise, buscando não ocultar nosso objeto por detrás de nenhum destes temas.

Parece oportuno enfatizar essa questão porque, em um estudo histórico, muitas vezes tenta-se esmiuçar detalhe por detalhe da história como forma de enriquecer o estudo. Ocorre que, não raro, a busca por esses encaixos históricos nos impele a abandonar o tema original para abrir outras veredas. Acreditamos que um segundo ponto a destacar no estudo foi nossa tentativa de manter a fidelidade ao objeto, procurando submetê-lo ao movimento histórico do período estudado.

Com isso, procuramos evitar dois pólos extremos: de um lado, privilegiar apenas o objeto, isolando-o do “palco histórico” do qual fez parte; e do outro, priorizar apenas o contexto, tratando o objeto apenas como um reflexo direto da realidade. Nosso maior esforço foi, portanto, o de guardar a singularidade do objeto sem que isso significasse um divórcio com o movimento histórico concreto. Foi com esse propósito que procuramos criar algumas mediações que dessem conta de responder aos nexos existentes entre o assunto estudado e a história.

Nesse sentido, destacaríamos como o primeiro esforço deste estudo a possível contribuição expressada na criação da categoria por nós batizada com o nome de “organicidade *sui generis*”, por intermédio da qual buscamos explicitar as relações de dependência financeira da Liga combinadas com sua autonomia organizativa. Foi por meio dessa categoria que pudemos explicitar a mediação existente entre a *Liga Brasileira de Hygiene Mental* e o Estado. Embora estivesse pautada em alguns argumentos auto-sustentados, essa categoria permitiu dar maior visibilidade às relações estabelecidas pela Liga com o Estado, definindo concretamente os nexos materiais que a associaram com a classe dominante da época.

Para além disso, destacaríamos como resultado deste estudo outras reflexões que julgamos importantes. Uma delas diz respeito à forma como a Liga concebia a educação. É interessante notar que, no convulsivo período então vivido pelo país, a Liga não visualizou outro destino para educação senão mantê-la nos estreitos marcos da contenção social. A diferença foi que ela enfatizou um critério meritocrático, cuja invenção não lhe pertence, mas por meio do qual ela selecionou as crianças que ingressariam nas escolas.

Embora advogasse uma escola “para todos”, na prática, os esforços da Liga eram por criar uma escola cindida entre os mais e menos capacitados, expressando no plano pedagógico a divisão social existente no seio da própria sociedade. Na escola não há meios de produção para que essa divisão seja efetivada. O fator objetivo que cria o antagonismo social inexistia nas escolas. Com a Liga, ele foi substituído por um fator subjetivo, que dividia não mais as classes, mas os indivíduos que estudavam. Naturalmente, aqueles que tiveram maior acesso aos benefícios sociais - como a cultura, a alimentação e o conhecimento - seriam privilegiados nessa seleção.

O individualismo também estava relacionado ao momento histórico, quando então começava a se consolidar o cidadão num modelo de natureza jurídica que pretendia universalizar o homem segundo os moldes burgueses. Nessa perspectiva, não são as classes, mas os cidadãos que compõem a sociedade. Os

homens, com isso, são destituídos de sua capacidade de agentes transformadores, já que não são os interesses históricos os que predominam, mas os do cidadão devidamente educado, devidamente selecionado e higienizado para a educação nas escolas.

Corroborando outros estudos realizados sobre o tema, consideramos como um dos pontos essenciais desse estudo a confirmação de que o ideário da Liga respondia a interesses determinados. Essa constatação é particularmente importante porque coloca em questão não só o estudo, mas também o método de análise, expressando tanto seus possíveis limites quanto seus alcances.

Outros aspectos de importância também precisariam ser refletidos, como é o caso dos testes psicológicos, ferramenta em ascensão no período estudado, a qual respondia às exigências de cientificidade da época. Procuramos mostrar que mesmo a educação não podia prescindir desses instrumentos, sem os quais, a julgar pela concepção da Liga, o critério científico estaria debilitado.

A força desses instrumentos consistia muito mais no modelo social da época do que efetivamente em seus critérios “neutros” ou científicos. Passados mais de oito décadas desde que os primeiros testes foram traduzidos pela Liga, embora muitos tenham sido modificados, os princípios que os regem continuam os mesmos, provando que sua existência está intimamente entrelaçada com as necessidades do modo de produção que até hoje permanece vigente.

A crise social, expressa fundamentalmente nas guerras, exigia novos incrementos de produção. A destruição de grandes ramos de forças produtivas sinalizavam que o capital precisava recompor sua queda na taxa de lucros. A fonte dessa riqueza não mudou, o que mudou foram os métodos de organizá-la, selecioná-la e explorá-la. Mais do que a força de trabalho já em movimento, os testes queriam garantir a seleção dessa fonte também para o futuro. Por essa razão, o papel da Liga foi muito mais do que criar uma “educação sob medida”, ele também serviu aos propósitos do capital, de criar uma “força de trabalho sob medida”, já que permitiu que se organizasse a produção de modo a explorar mais e melhor a força de trabalho tanto do proletariado de então quanto de seus filhos.

O estudo também permitiu entender como se dá a crise no mundo do trabalho. Os rearranjos na produção não denunciam outra coisa que não os problemas a serem superados pelo mundo do trabalho para continuar produzindo. Colocar o homem certo no lugar certo não significa outra coisa senão otimizar os lucros.

Outro ponto importante que impeliu à reflexão foram as falsas expectativas que rondaram o pensamento da Liga. Um deles foi imaginar que os testes poderiam expressar as diferenças dos indivíduos. O modo de produção capitalista não reconhece diferenças, já que ante o processo de produção todos são iguais. Não há como um indivíduo de mesma “competência” diferenciar-se de outros se as máquinas exigem de ambos o mesmo ritmo, a mesma disciplina, a mesma ordem e as mesmas habilidades.

As aptidões não podem ser expressas na realidade simplesmente porque a realidade não as reconhece. Um homem dirigindo um fusca jamais poderá expressar suas aptidões enquanto um outro estiver dirigindo uma Ferrari. Para o mercado, não existem homens diferentes ou singulares. Esse homem é um homem abstrato, de modo que os testes não mediam outra coisa senão um “ideal de homem”. Sob aparência de neutralidade científica, os testes traziam em si uma concepção de homem. Esse homem, *a priori*, era o homem burguês, cujo modelo, padronizado pelos testes, projetava ao mundo. Mais que isso, o homem dos testes negava o homem real.

Com isso, concluímos que a Liga buscava medir com os testes algo praticamente impossível de ser medido. O homem é fruto das relações que ele estabelece socialmente para produzir e dividir suas riquezas. Ele é ao mesmo tempo o resultado e o sujeito dessa realidade. Não há como medir a realidade, porque se trata de uma questão qualitativa. É possível analisá-la objetivamente, mas não medi-la, já que, assim como o homem, a realidade está em constante movimento. Por isso o homem, na condição de ser social, não é nem natural nem psicologicamente mensurável, é apenas historicamente analisável.

Determinado teste pode medir as faculdades de um homem em determinado período histórico e em outro os resultados podem ser absolutamente distintos. Isso sem contar que no mesmo período histórico, mas em sociedades distintas, esses resultados podem variar, assim como podem variar de um dia para o outro ou mesmo de um minuto para o seguinte.

Como procuramos explicitar, a concepção da Liga impunha limites em seu entendimento sobre a realidade, dado que colocava um sinal de igualdade entre todas as nações. O nacionalismo da Liga era o resultado do processo histórico pelo qual passava o país, quando então o processo de crise permitiu, ainda assim, um período de prosperidade econômica, mesmo à custa de enumeráveis empréstimos. Mas o Brasil não era a Alemanha, a França ou os Estados Unidos; por essa razão, o nacionalismo da Liga era tardio e sua concepção liberal completamente fora de época.

Em certo sentido, os limites da Liga eram os limites da classe social com a qual a Liga se entrelaçava. Expressa no plano do pensamento, a maior limitação da Liga estava no método de análise que utilizava para entender, assimilar e atuar sobre a realidade. Desse equívoco a Liga não estava isenta, uma vez que o acúmulo de conhecimentos humanos permitia formas mais profundas de analisar a realidade.

Por desconhecerem o processo histórico que se operava na realidade, os projetos da Liga sofreram severas limitações. Os fundamentos sobre os quais ela alicerçou sua educação sob medida estremeceram, provando que nada é natural na sociedade. Explicitar essa impossibilidade de naturalizar um fenômeno social como o homem e a educação foi, seguramente, um dos maiores propósitos deste estudo.

REFERÊNCIAS

A CAMPANHA pró-higiene mental: a mais relevante de todas as obras medico-sociais em nosso país. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n. 1, p. 63-72, jan./mar., 1934.

ACTAS e trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. Trabalhos Recentes da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n. 1, p. 209-221, 1925a.

ACTAS e trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. Assembléa geral ordinária. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno IV, n. 2, p. 161-165, mar./abr./mai., 1931.

ACTAS e trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. Assembléa Geral Ordinaria. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n. 1, p. 73-78, jan./fev., 1934.

ACTAS e trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n. 3, p. 264-270, jul./set., 1934a.

ALENCAR, Mário de. O Dever do médico (1919). In: Campos, H. de (Org.). **Antologia da Academia Brasileira de Letras: trinta anos de discursos acadêmicos (1897-1927)**. São Paulo: W.M.Jackson, 1947, p. 312-318.

ANASTASI, Anne. **Psicologia diferencial**. São Paulo: Herder, 1967. (Coleção Ciências do Comportamento).

ANASTASI, Anne. **Testes psicológicos**. Tradução D.M. Leite. 2 ed. São Paulo: EPU, 1977.

AZEVEDO, Fernando. **A transmissão da cultura: parte 3**. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BANDEIRA, Souza. Duas lições: de bilhar e de fé (1905). In: Campos, H. de (Org.). **Antologia da Academia Brasileira de Letras: trinta anos de discursos acadêmicos (1897-1927)**. São Paulo: W.M.Jackson, 1947, p. 75-81.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República: de 1889 a 1930**. 5 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

BICUDO, Virgínia Leone. Higiene Mental das crianças em tempo de guerra. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno XV, n 1, p. 62-68, nov. 1944.

BITTENCOURT, Raul. Psiquiatria infantil e saúde escolar. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno XIII, n 1, p. 31-49, jul., 1941.

BOARINI, Maria Lúcia. Higienismo, eugenia e a naturalização do social. In: Boarini, M.L. (Org.). **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2003, p. 19-43.

BOMFIM, Manoel. **O methodo dos tests: com aplicações á linguagem no ensino primario**. Rio de Janeiro, 1928.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Trad. W. Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRAGA, Erasmo. Os elementos psycho-sociologicos nos programmas de ensino. **Trabalhos Originaes. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno IV, n 1, p. 3-16, jan./fev., 1931.

BUENO, Francisco da Silveira. **Mini dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 1996.

BULFINCH, Thomas. **O Livro de Ouro da Mitologia: histórias de deuses e heróis**. Tradução D.J. Júnior. 10 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BULHÕES, Leopoldo. Sessões em 11 e 12 de agosto de 1914. Política financeira: análise de uma crise – debate com Pinheiro Machado. In: **Anais da Câmara dos**

Deputados. Perfis Parlamentares, 15, Brasília, DF: Câmara dos Deputados: José Olympio, 1979, p. 339-364.

CALDAS, Mirandolino. As causas e a prophylaxia do suicidio. Actas e trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno II, n 3, p. 155-163, dez., 1929.

CALDAS, Mirandolino. EDITORIAL. Os Archivos Brasileiros de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno II, n 1, out., 1929, p. 1-2.

CALDAS, Mirandolino. Editorial: As nossas campanhas. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno II, n 2, nov., 1929a, p. 57-60.

CAMPOS, Francisco. Sessão em 1º de julho de 1921. In: **Anais da Câmara dos Deputados. Perfis Parlamentares**, 6, Brasília, DF: José Olympio, 1979, p. 3-14.

CAMPOS, Murillo. Notas sobre a hygiene mental no exercito. Trabalhos Originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 2, p. 91-100, 1925.

CAMPOS, Murillo. **O filho único e a hygiene mental**. Trabalhos Originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 1, p. 3-17, jan./mar., 1934.

CARDOSO, Alvaro. Subsídios á legislação sobre immigração: meios de impedir o ingresso dos deficientes moraes. Trabalhos Originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, p. 141-146, 1925.

CARRILHO, Heitor. Considerações sobre prophylaxia mental e delinquencia. Trabalhos Originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, p. 131-139, 1925.

CASTRO, Aloísio de. **O Instituto de Manguinhos: a disciplina e a ordem nos trabalhos** (1919). In: Campos, H. de (Org.). **Antologia da Academia Brasileira de Letras: trinta anos de discursos acadêmicos (1897-1927)**. São Paulo: W.M.Jackson, 1947, p. 294-301.

CASTRO, Maria Antonieta de. A educação sanitária nas escolas. **Archivos Brasileiros de Higiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno XIII, n 1, p. 57-67, jul., 1941.

CAVALCANTI, Adalberto de Lira. Higiene mental do trabalho. **Archivos Brasileiros de Higiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno XV, n 1, p. 38-42, nov., 1944.

CAVALCANTI, Adalberto de Lira. O problema da imigração em face da higiene mental. **Archivos Brasileiros de Higiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno XVI-XVII, n 1, p. 52-54, dez., 1945-46.

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo**. Tradução J.A. Giannotti e M. Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 42-94. (Os Pensadores).

COMTE, Auguste. Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. In: _____. **Curso de filosofia positiva; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; catecismo positivista**. Tradução J.A. Giannotti e M. Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 41-61. (Os Pensadores).

DIÁLOGOS. In: Barros, M. N. dos S., Silva, M.V. de O. & Ferreira, M.R. (Org.). **Psicologia: Ciência e profissão**. n 3, dez., 2005.

CLAPARÈDE, Edouard. **A escola sob medida: e estudos complementares sôbre Claparède e sua doutrina**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

EDITORIAL. **Archivos Brasileiros de Higiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, p. 1-1, 1925.

EDITORIAL. **Archivos Brasileiros de Higiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno IV, n 1, p. 1-2, jan./fev., 1931.

EDITORIAL. **Archivos Brasileiros de Higiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno IV, n 2, p. 89-92, mar./abr./mai., 1931a.

EDITORIAL. Setimo Anno de Publicação. **Archivos Brasileiros de Higiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 1, p. 1-2, jan./mar., 1934.

EDITORIAL. Gustavo Riedel, o Grande Realizador. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 2, p. 87-90, abr./jun., 1934a.

EDITORIAL. As Ligas de Hygiene Mental Não Devem Ser Oficializadas. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 3, p. 219-221, jul./set., 1934b.

EDITORIAL. I Conferencia inter-americana de hygiene mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 4, p. 281-288, out./dez., 1934c.

ENGEL, Magali Gouveia. As Fronteiras da 'Anormalidade': psiquiatria e controle social. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**. V. 5, n. 3, Rio de Janeiro: nov. 1998/fev. 1999, p. 547-563.

ENGELS, Friedrich. **Economia Política**. Tradução R. Guimarães. Portugal: Edições Rés, 1976. (Coleção Substância).

ESPOSEL, Faustino. Ideas Geraes. Trabalhos Originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, 1925, p. 101-108.

ESTATUTOS da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, p. 223-234, 1925.

ESTATUTOS da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno II, n 1, p. 39-56, out., 1929.

FACTOS e commentarios. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 1, p. 49-57, jan./mar., 1934.

FACTOS e commentarios. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 2, p. 174-181, abr./jun., 1934a.

FACTOS e commentarios. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 3, p. 251-255, jul./set., 1934b.

FÁVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. **Sampaio Dora, a escola nova e as questões sociais no Brasil**. Dissertação de Mestrado/UEM, Maringá, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Luiz Otávio. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o brasil (1827-43). In: **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**. V. 6, n. 2, Rio de Janeiro: jul./out. 1999, p. 331-351.

FIGUEIRA, Fernandes. Padrões para o exame mental na pre-escolaridade. Noticiario. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, 1925, p. 193-207.

FONTENELLE, J.P. A contribuição de hygiene mental no 2º Congresso Brasileiro de Hygiene. Noticiario. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, 1925, p. 193-207.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lia, 1970.

GARRET, Henry E. **Grandes experimentos da psicologia**. Tradução M. da P.P. de Toledo. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1966.

HOMENAGENS à memória de Gustavo Riedel. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 2, p. 130-130, abr./jun., 1934.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. V. 70. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Retratos do Brasil).

JACQUEMIN, André. As técnicas de exame psicológico como instrumento na pesquisa e objeto de pesquisa. In: **Boletim de Psicologia**, v. 47, n 107, jul./dez., 1997, p. 57-68.

KAMIN, Leon & EYSENCK, Hans Jurgen. **O grande debate sobre a inteligência**. Tradução M.J. de A.C. Penteado. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1981.

KEHL, Renato. A esterilização dos granes degenerados e criminosos. Trabalhos originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 2, 1925, p. 69-74.

LARRABURE, Silva Ancona-Lopes. Os testes de inteligência. In: M. Ancona-Lopes (Org.). **Temas Básicos de Psicologia**. Avaliação da Inteligência I (pp. 24-40), v 20. n 1, São Paulo: EPU, 1987, p. 24-40.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. 4 ed. Tradução O. Beckerman. São Paulo: Global, 1987. (Coleção Bases).

LIEBKNECHT, Karl. **Contra a guerra**. Curitiba: Pão e Rosas, 2002.

LOPES, Ernani. Actas da sessão de assemblea geral ordinária realizada em 28 de fevereiro de 1925. Actas e trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, 1925, p. 209-221.

LOPES, Ernani. Trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 2, 1925a, p. 151-184.

LOPES, Ernani. Actas e trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno II, n 1, out., 1929, p. 27-38.

LOPES, Ernani. Actas e trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno II, n 2, nov., 1929a, p. 106-112.

LOPES, Ernani. Subsidio para a adaptação brasileira dos tests de Binet-Terman. Trabalhos originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno IV, n 1, jan./fev., 1931, p. 17-52.

LOPES, Ernani. Actas e trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno IV, n 2, p. 161-165, mar./abr./mai., 1931.

LOPES, Ernani. Actas e trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno IV, n 3, p. 245-250, jun./out., 1931.

LOPES, Ernani. Subsidio para a adaptação brasileira dos tests de Binet-Terman. Trabalhos originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno IV, n 2, mar./abr./mai., 1931a, p. 97-132.

LOPES, Ernani. Subsidio para a adaptação brasileira dos tests de Binet-Terman. Trabalhos originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno IV, n 3, jun./out., 1931b, p. 180-207.

LOPES, Ernani. Actas de reuniões da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 1, p. 73-78, jan./mar., 1934.

LOPES, Ernani. O problema da alimentação dos doentes mentaes. Trabalhos originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 4, out./dez., 1934, p. 297-308.

LOPES, Ernani. Actas de reuniões da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 2, p. 182-203, abr./jun., 1934a.

LOPES, Maria Brasilia Leme & FIALHO, Idalina de Abreu. Suggestões para o emprego dos tests. Trabalhos originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno II, n 2, nov., 1929, p. 68-77.

LOURENÇO FILHO, M.B. **Testes ABC**: para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Outubro**. V. 1, n. 1, São Paulo, Jan. 1998, p. 73-80.

MAESTRI, Marcos. **Demandas higienistas no século XX: aspectos histórico-educacionais**. Dissertação de Mestrado/UEM, 2000.

MAGALHÃES, Fernando. A medicina: profissão nobre (1926). In: Campos, H. de (Org.). **Antologia da Academia Brasileira de Letras: trinta anos de discursos acadêmicos (1897-1927)**. São Paulo: W.M.Jackson, 1947, p. 432-439.

MAI, Lilian Denise. **Boletim de eugenia (1929-1931): um estudo sobre forças educativas no Brasil**. Dissertação de Mestrado/UEM, 1999.

MAI, Lilian Denise. Difusão dos ideários higienista e eugenista no Brasil. In: Boarini, M.L. (Org.). **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2003, p. 45-70.

MANGABEIRA, Otávio. O Brasil na 1ª guerra: sessão de 29 de maio de 1917. In: **Anais da Câmara dos Deputados. Perfis Parlamentares**, 10, Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1978, p. 178-181.

MARCONDES, Durval. A higiene mental dos escolares. **Archivos Brasileiros de Higiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno XIII, n 1, Jul., 1941, p. 87-88.

MARQUES, Vera R. Beltrão. História de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no novecentos. In **Caderno CEDES**, v 23, n 59, [ISSN 0101-3262], 2003, p. 57-78.

MARX, Karl. O processo de produção do Capital. Tradução R. Barbosa e F. Kothe. In: Marx, K. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. 1, livro 1, tomo 2 (capítulos XIII a XXV). São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. O processo de produção do Capital. Tradução R. Barbosa e F. Kothe. In: Marx, K. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. 1, livro 1, tomo 1 (capítulos I a XII). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MONARCHA, Carlos. **Lourenço Filho e a organização da psicologia aplicada à educação**: São Paulo, 1922-1933. Brasília, DF: Inep/MEC, 2001. (Coleção Lourenço Filho).

MORAES, Evaristo de. Trabalhos recentes da Liga Brasileira de Hygiene Mental. Actas e Trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, 1925, p. 209-221.

MOREIRA, Juliano. A contribuição de hygiene mental no 2º Congresso brasileiro de hygiene. Noticiario. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, 1925, p. 193-207.

MOREIRA, Juliano. A selecção individual de immigrants no programma da hygiene mental. Trabalhos originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, 1925, p. 109-115.

MOREIRA, Juliano. A lues como factor dystrophiante. Trabalhos originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno II, n 1, out., 1929, p. 03-07.

NOTICIARIO. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, p. 193-207, 1925.

NOTICIARIO. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 2, p. 113-140, 1925a.

NOTICIARIO. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno II, n 1, p. 22-26, out., 1929.

NOTICIARIO. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno IV, n 1, p. 75-83, jan./fev., 1931.

NOTICIARIO. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno IV, n 2, p. 153-160, mar./abr./mai., 1931a.

OLINTO, Plinio. Sentimento de inferioridade em hygiene mental. Trabalhos originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 2, abr./jun., 1934, p. 120-123.

OLINTO, Plinio. Entrevista do Prof. Plinio Olinto. O 1º Congresso Nacional de Saude Escolar. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno XIII, n 1, 1941, p. 28.

OLIVEIRA, Valdemar de. **Higiene e puericultura**. 30 ed. Rio de Janeiro: Editora do Brasil, [19--].

OLIVEIRA, Xavier de. Da prophylaxia do suicídio. Trabalhos originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 2, 1925, p. 75-83.

PACHECO E SILVA, A.C. Imigração e hygiene mental. Trabalhos originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 2, 1925, p. 27-35.

PEIXOTO, Afrânio. A simplificação da ciência: os progressos da medicina (1919). In: Campos, H. de (Org.). **Antologia da Academia Brasileira de Letras: trinta anos de discursos acadêmicos (1897-1927)**. São Paulo: W.M.Jackson, 1947, p. 302-306.

PEIXOTO FILHO, Carlos. Orçamento da receita para 1914: *déficit*. In: **Anais da Câmara dos Deputados. Perfis Parlamentares**, 2, Brasília, DF: Câmara dos Deputados: José Olympio, 1978, p. 343-368.

PENAFIEL, Carlos. O elemento psychico no trabalho humano: a Liga de Hygiene Mental e os novos horizontes da hygiene publica. Trabalhos originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 2, 1925, p. 11-26.

RADECKI, Waclaw. Hygiene mental da creança. Trabalhos originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, 1925, p. 11-89.

RADECKI, Waclaw. Pesquisas experimentaes sobre a fadiga dos menores trabalhadores nas fabricas. Trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental.

Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 2, 1925a, p. 151-184.

REIS, José Roberto Franco. Degenerando em barbárie: a hora e a vez do eugenismo radical. In: Boarini, M.L. (Org.). **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2003, p. 185-216.

RELAÇÃO dos membros titulares da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 2, p. 187-191, 1925.

RESENHAS e analyses. Prophylaxia mental. Toulouse, G. Genil-Perrin & Targowla, R. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, 1925, p. 166-181.

RESENHAS e analyses. Hygiene intellectual e moral. Le Gendre, Paul. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, 1925, p. 184-190.

RESENHAS e analyses. Hygiene mental. Hadfield. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, 1925, p. 190-191.

RESENHAS e analyses. Tests: introdução ao estudo dos meios scientificos de julgar a intelligencia e a applicação dos alumnos. Albuquerque, Medeiros E. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, 1925, p. 183-184.

RESENHAS e analyses. O futuro das doenças mentaes consoante um criterio estatistico. Pollock, Horatio M. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 2, 1925, p. 101-104.

RESENHAS e analyses. O desenvolvimento mental e a intelligencia. Piéron, Henri. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno IV, n 1, jan./fev., 1931, p. 65-68.

RESENHAS e analyses. Prevenção dos accidentes pela selecção dos operarios. Canuto, Giorgio. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno IV, n 2, mar./abr./mai., 1931, p. 150-151.

RESENHAS e analyses. A significação da eugenia e da genetica para a hygiene psychica. Rudin, E. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno IV, n 2, mar./abr./mai., 1931, p. 147-150.

RESENHAS e analyses. Educação da creança em edade pre-escolar. Wooley, Helen T. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno IV, n 2, mar./abr./mai., 1931, p. 143-147.

RESENHAS e analyses. Orthopedia mental. Antipoff, Helena & Rezende, Naitres de. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 2, abr./jun., 1934, p. 148-150.

RESENHAS e analyses. O paragrapho 51 do código penal e o cuidado racial. Meggendorfer, Friedrich. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 2, abr./jun., 1934, p. 158-162.

RESENHAS e analyses. Da biologia á historia. Mendes Corrêa, A. A. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 3, jul./set., 1934, p. 240-241.

RESENHAS e analyses. Alguns dados sobre o reaprendizados e o “transfert” de exercicio. Chweitzer, A. Lopes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 4, out./dez., 1934, p. 337-339.

RESENHAS e analyses. Inoperabilidade social. Preston, George H. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VI I, n 4, out./dez., 1934, p. 339-341.

RESENHAS e analyses. Resultados do exame de alumnos asylados para fins de esterilização. Gregor, Adalbert. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 4, out./dez., 1934, p. 345-348.

RESENHAS e analyses. Typos constitucionaes e criminalidade. Pina, Luis de. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno VII, n 4, out./dez., 1934, p. 333-335.

RIEDEL, Gustavo. Acta da sessão do conselho executivo realizada em 14 de fevereiro de 1925. Actas e trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 1, p. 209-221, 1925.

ROXO, Henrique. Hygiene mental. Trabalhos originaes. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 2, 1925, p. 02-09.

ROXO, Henrique. Problemas de hygiene mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno XIII, n 1, jul., 1941, p. 03-07.

ROXO, Henrique. Mensagem à Associação Paulista de Imprensa. O 1º Congresso Nacional de Saude Escolar. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno XIII, n 1, jul., 1941, p. 27.

ROXO, Henrique. Problemas de higiene mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno XIV, n 1, jan., 1943, p. 03-06.

SETOGUTI, Ruth Izumi. **Reflexões históricas sobre a psicologia diferencial**. Dissertação de Mestrado/UNICAMP, 1991.

SILVA, Lucia Cecília. A Contribuição da Higiene Mental para o Desenvolvimento da Psicologia no Brasil. In: Boarini, M.L. (Org.). **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2003, p. 133-164.

SILVEIRA, Alex dos Santos & LIMA, Rosângela D. W. Gomes de. Saúde pública, atraso e reabilitação: República Velha e depois... **Espaço Acadêmico** [ISSN: 1519.6186]. Ano III, n 35, Maringá: Abril de 2004. [www.espacoacademico.com.br] (acessado em 22 de janeiro de 2006)

SOARES, Paulo R. R. La Difusión del Higienismo en Brasil y el Saneamiento de Pelotas: 1880-1930. In: Numero Extraordinario Dedicado al II Coloquio Internacional de Geocrítica (Actas del Coloquio). **Revista Nova: Revista Eletronica de Geografia y Ciencias Sociales** [ISSN: 1138.9788]. v. 69, n 38, 2000, p. 1-13.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUZA, Edmilson Wantuil Freitas de. **A consciência que se (des)faz nas dobras da história**: Atenas, século V a.C. Maringá: EDUEM, 2001.

SOUZA, Oscar de. O individuo e o meio no ponto de vista da hygiene mental. Actas e Trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno II, n 2, nov., 1929, p. 106-112.

STEWART JR, Donald. **O que é o liberalismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.

VARGAS, Getúlio. **As diretrizes da nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

VEGARA, José M. A. **A organização científica do trabalho**. Tradução J. Vasconcelos. Santos: Estampa, 1974.

VIANNA, Raymundo. Os rumos da medicina social. Trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, anno I, n 2, 1925, p. 151-184.